



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS – PPGER/CSC
NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL

IRAILDES BIANO SANTOS

**SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (RE)PENSANDO AS
PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

PORTO SEGURO - BA

2021

IRAILDES BIANO SANTOS

**SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (RE)PENSANDO AS
PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Área: Ensino e Relações Étnico Raciais nas Perspectivas Pós e Decoloniais.

Linha de Pesquisa: Pós-Colonialidade e Fundamentos da Educação nas Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos.

PORTO SEGURO - BA

2021

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S237s Santos, Iraildes Bianco, 1976 -
Sexualidade da criança na educação infantil: (re)pensando as
práticas educacionais no ambiente escolar. / Iraildes Bianco Santos. –
Porto Seguro, 2021.
139f.

Orientadora: Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Etnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. Educação Infantil. 2. Infância. 3. Sexualidade Infantil. I. Santos, Maria
do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos. II. Título.

CDD – 372.372



Universidade Federal Do Sul Da Bahia – UFSB
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPPG
Programa de Pós-graduação em Ensino e Relação Étnico-Racial – PPGER

FOLHA DE APROVAÇÃO

Banca examinadora da Defesa Pública de Mestrado

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Maria do Carmo".

Profª. Dra. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos (UFSB / PPGER)
Presidente da banca

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Carolina Bessa".

Profª. Dra. Carolina Bessa Ferreira de Oliveira (UFSB / UFSB)
Membra interna

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Rita Silvana".

Profª. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos (UnB)
Membra externa

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Iraildes Bianco".

Iraildes Bianco Santos
Candidata

Webconferência, 27 de outubro de 2021.

A memória da minha mãe, Neusa Bianco dos Santos, colaboradora direta na minha formação pessoal e principal responsável e estimuladora na minha trajetória acadêmica.

A minha filha Sacha Bianco dos Santos e ao meu filho Alef Bianco dos Santos, razões maiores do meu existir, aos quais sou extremamente grata, por todo apoio e encorajamento, vocês me impulsionaram e me fizeram acreditar que concluir o Mestrado era algo possível sim.

AGRADECIMENTOS

Eterno reconhecimento e gratidão a Deus, que por inúmeras vezes, me levantou, permitindo assim que a construção dessa pesquisa dissertativa se efetivasse.

Aos meus familiares, especialmente Marcos José meu esposo, Sacha Bianco minha filha e Alef Bianco meu filho, que mesmo com os seus afazeres e deslocamentos, me apoiaram, foram atenciosos e se fizeram presentes.

A amiga e parceira Patrícia D'Ajuda pela presença marcante e orações constantes durante todo o período dedicado a essa empreitada.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – (PPGER), da Universidade Federal Do Sul Da Bahia (UFSB), Campus Sosígenes Costa (CSC), pelo acolhimento, vivências, oportunidades de reflexões e (re)construções de conhecimentos experimentados ao longo do curso de Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

A admirável e maravilhosa orientadora Prof. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos, pelo carinho, zelo e delicadeza demonstrados na leitura atenta e acompanhamento cuidadoso e humanizado durante todo o processo de escrita desta dissertação. Como muitas vezes repeti: sua calma, me acalma... Muito obrigada. Eu precisava mesmo de alguém, como você, nesta caminhada.

A todas, todos e todes docentes do PPGER, pelo empenho e dedicação empregados para que os estudos críticos e diálogos decoloniais fossem uma realidade possível. De modo muito particular, pela persistência e incentivo, externo a minha maior gratidão ao Prof. Dr. Alexandre Fernandes.

A todas, todos e todes discentes do Mestrado, pelas contribuições com o meu processo formativo, que se deram também através das significativas discussões tecidas nas aulas, jornadas, colóquios, minicursos, oficinas, rodas de conversa e seminários que participamos.

As amigas consolidadas ao longo do curso, especialmente com Gilmária Menezes, Marcelo Dias, Liziane Rodrigues e Rosilene Santos, com quem dividi mais

de perto diversos momentos de estudos, trocas de angústias e experiências, dentro e fora do espaço acadêmico.

As membras das bancas de qualificação e de defesa, Prof.^a Dr.^a Carolina Bessa e a Prof.^a Dr.^a Rita Silvana Santana dos Santos, pela aceitação e disponibilidade em colaborar com esta pesquisa, através das suas leituras cuidadosas, sugestões e contribuições qualificadas, que muito somaram para uma melhor tessitura desse estudo.

A todas as colegas professoras, que compuseram o grupo focal, mulheres sensíveis, destemidas e corajosas que embarcaram nessa etapa da pesquisa, compartilhando comigo o seu tempo, (des)conhecimentos e experiências.

Para a menina

Desmancho as tranças da menina
e os meus dedos tremem
medos nos caminhos
repartidos de seus cabelos.

Lavo o corpo da menina
e as minhas mãos tropeçam
dores nas marcas-lembranças
de um chicote traiçoeiro.

Visto a menina
e aos meus olhos
a cor de sua veste
insiste e se confunde
com o sangue que escorre
do corpo-solo de um povo.

Sonho os dias da menina
e a vida surge grata
descruzando as tranças
e a veste surge farta
justa e definida
e o sangue se estanca
passeando tranqüilo
na veia de novos caminhos,
esperança.

Conceição Evaristo

RESUMO

A presente dissertação, intitulada “Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar”, tem como problemática os desconhecidos caminhos a se percorrer para alcançar uma atuação docente que promova espaços de diálogos e ações assertivas sobre sexualidade infantil na escola, dentro de uma ótica decolonizadora, impulsionadora da (re)construção dos conhecimentos necessários a demanda em questão. Assentada nos estudos de Bauman, Foucault, Freud, Furlani, hooks e Louro, estabeleço caminhos teóricos para pensar a sexualidade na Educação Infantil. O objetivo primordial deste estudo é contribuir com as práticas das(os) professoras(es) da Educação Infantil (Pré-Escola) sobre sexualidade na infância, através de uma perspectiva decolonizadora, norteadora às ações destas(es) profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar. A proposta metodológica adotada para esta pesquisa-ação está ancorada na abordagem qualitativa, de natureza aplicada e caráter exploratório. Este esboço consta de levantamento bibliográfico e revisão teórica no campo da educação e das relações étnico-raciais, com ênfase na sexualidade infantil. Baseado no dispositivo de conversação, realizou-se quatro encontros de estudo e pesquisa com o grupo focal, composto por professoras em exercício na Educação Infantil da unidade escolar pesquisada. Como produto final deste estudo, temos a elaboração e socialização do livro “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!”, resultado das investigações teóricas e práticas, composto por considerações norteadoras ao corpo pedagógico e propostas pedagógicas, a ser utilizado como instrumento de formação para as/os educadoras(es) da modalidade de ensino denominada Educação Infantil, acerca das problemáticas que permeiam a sexualidade das crianças, a fim de auxiliar essas(es) educadoras(es) em sua atuação efetiva em sala de aula.

Palavras-chave: Educação Infantil; Infância; Sexualidade Infantil.

ABSTRACT

The present dissertation, entitled "Child Sexuality in Early Childhood Education: (re)thinking the educational practices in the school environment", has as its problematic the unknown paths to be taken to achieve a teaching performance that promotes spaces for dialogues and assertive actions about child sexuality in school, within a decolonizing optic, driving the (re)construction of knowledge necessary to the demand in question. Based on the studies of Bauman, Foucault, Freud, Furlani, Hooks, and Louro, I establish theoretical paths to think about sexuality in Children's Education. The main objective of this study is to contribute to the practices of pre-school teachers on sexuality in childhood, through a decolonizing perspective, guiding the actions of these professionals on aspects involving sexual manifestations of children in the school institution. The methodological proposal adopted for this action research is anchored on the qualitative approach, of applied nature and exploratory character. This outline consists of a bibliographic survey and theoretical review in the field of education and ethno-racial relations, with emphasis on child sexuality. Based on the conversation device, four study and research meetings were held with the focus group, composed of teachers working in Early Childhood Education at the school unit researched. As a final product of this study, we have the elaboration and socialization of the book "SEXUALITY OF CHILDREN IN THE CHILDREN'S EDUCATION: let's talk about it!", the result of theoretical and practical investigations, composed of guiding considerations to the pedagogical body and pedagogical proposals, to be used as a training tool for educators of the teaching modality called Children's Education, about the issues that permeate the sexuality of children, in order to help these educators in their effective performance in the classroom.

Keywords: Early Childhood Education; Childhood; Child Sexuality.

RESUMEN

La presente disertación, titulada "La sexualidad infantil en la educación infantil: (re)pensar las prácticas educativas en el ámbito escolar", tiene como problemática los caminos desconocidos para lograr una actuación docente que promueva espacios de diálogos y acciones asertivas sobre la sexualidad infantil en la escuela, dentro de una óptica descolonizadora, impulsando la (re)construcción del conocimiento necesario a la demanda en cuestión. A partir de los estudios de Bauman, Foucault, Freud, Furlani, Hooks y Louro, establezco caminos teóricos para pensar la sexualidad en la educación infantil. El objetivo principal de este estudio es contribuir a las prácticas de los maestros de preescolar sobre la sexualidad en la infancia, a través de una perspectiva descolonizadora, orientando las acciones de estos profesionales sobre aspectos que involucran las manifestaciones sexuales de los niños en la institución escolar. La propuesta metodológica adoptada para esta investigación-acción está anclada en el enfoque cualitativo, de carácter aplicado y exploratorio. Este esquema consiste en un estudio bibliográfico y una revisión teórica en el campo de la educación y las relaciones étnico-raciales, con énfasis en la sexualidad infantil. A partir del dispositivo de conversación, se realizaron cuatro reuniones de estudio e investigación con el grupo focal, compuesto por profesores que trabajan en Educación Infantil en la unidad escolar investigada. Como producto final de este estudio, tenemos la elaboración y socialización del libro "SEXUALIDAD DE LOS NIÑOS EN LA EDUCACIÓN INFANTIL: ¡hablemos de ello!", resultado de investigaciones teóricas y prácticas, compuesto por consideraciones orientadoras al cuerpo pedagógico y propuestas pedagógicas, para ser utilizado como herramienta de capacitación para los educadores de la modalidad de enseñanza denominada Educación Infantil, sobre las problemáticas que permean la sexualidad infantil, con el fin de ayudar a estos educadores en su desempeño efectivo en el aula.

Palabras clave: Educación infantil; Infancia; Sexualidad infantil.

LISTA DE SIGLAS

AEE - Atendimento Escolar Especializado

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CECA - Centro Educacional Castro Alves

CEI - Colégio Estadual de Itabuna

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COVID-19 - *Coronavirus disease2019*

CSC - Campus Sosígenes Costa

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

EI - Educação Infantil

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FACEI - Faculdade Einstein

FIJ - Faculdades Integradas de Jacarepaguá

FNSL - Faculdade Nossa Senhora de Lourdes

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e demais pessoas, orientações sexuais e variações de gênero

MEC - Ministério da Educação

MESP - Movimento Escola Sem Partido

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAS - Programa Alfabetização Solidária

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PESP - Projeto Escola Sem Partido

PMM - Prefeitura Municipal de Mascote

PNE - Plano Nacional de Educação

PPGER - Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais

PROFORMAÇÃO - Programa de Formação de Professores em Exercício

SciELO - *Scientific Electronic Library Online*

SEDUC/PS - Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro-BA

SEE - Secretaria Estadual de Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UCB - Universidade Castelo Branco

UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz

UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia

UPA - Unidade de Pronto Atendimento

URCA - Universidade Regional do Cariri

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SELEÇÃO DE ARTIGOS PARA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA, p.33

TABELA 2: CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL (2020), p.38

TABELA 3: CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL (2021), p.40

TABELA 4: FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL, p.55

TABELA 5: NÚMERO DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO POR LOCALIDADE E ANO, p.74

TABELA 6: NÚMERO DE MATRÍCULAS DA ESCOLA PESQUISADA POR SEXO, p.77

TABELA 7: NÚMERO DE ALUNOS DA ESCOLA PESQUISADA POR DECLARAÇÃO RACIAL, p.78

TABELA 8: NÚMERO DE ALUNOS DA ESCOLA PESQUISADA POR BAIRRO DE RESIDÊNCIA, p.79

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: UNIDADE ESCOLAR PESQUISADA, p.75

FIGURA 2: BAIRRO SANTIAGO, p.80

FIGURA 3: BAIRRO SÃO PEDRO, p.81

FIGURA 4: BAIRRO ALTO DO VILLAS, p.81

FIGURA 5: CENTRO, p.82

FIGURA 6: BAIRRO NOVO ARRAIAL, p.83

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: PORTO SEGURO, p.72

MAPA 2: ARRAIAL D'AJUDA, p.73

SUMÁRIO

1 VIVÊNCIAS E PAPÉIS DA PESQUISADORA: DESAFIOS E DESÍGNIOS, p.18

- 1.1 APRESENTAÇÃO, p.18
- 1.2 FORMAÇÃO EDUCACIONAL INICIAL, p.19
- 1.3 VIDA PROFISSIONAL, p.20
- 1.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA, p.24
- 1.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, p.26

2 INTRODUÇÃO, p.27

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS, p.31

- 3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA, p.31
- 3.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E REVISÃO TEÓRICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO, p.32
- 3.3 PESQUISA DE CAMPO, BASEADA NO DISPOSITIVO DE CONVERSAÇÃO, p.34
- 3.4 O GRUPO FOCAL, p.36
- 3.5 PRODUÇÃO DO MATERIAL EDUCACIONAL, p.41
- 3.6 SOCIALIZAÇÃO DO PRODUTO, p.42

4 O COMPASSO DA PESQUISA, p.43

- 4.1 APRESENTAÇÃO, p.43
- 4.2 EDUCAÇÃO DECOLONIZADORA, p.43
- 4.3 CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE, p.47
- 4.4 SEXUALIDADE E EROTIZAÇÃO, p.52
- 4.5 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL, p.61

5 DADOS, EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E A SEXUALIDADE INFANTIL, p.71

- 5.1 APRESENTAÇÃO, p.71
- 5.2 LÓCUS DA PESQUISA, p. 71
 - 5.2.1 Arraial d’Ajuda, Porto Seguro, Bahia, Brasil, p.71
 - 5.2.2 A Educação Infantil pública no município de Porto Seguro, p.73
 - 5.2.3 Histórico e caracterização da unidade escolar pesquisada, p.75
- 5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES, p.83
 - 5.3.1 Descrição dos encontros, p.83
 - 5.3.2 Relatos e intervenções docentes, p.94
 - 5.3.3 Formação docente e ferramentas para atuação nas manifestações sexuais infantis, p.101

6 INCONCLUSÕES, p.105

7 REFERÊNCIAS, p.108

8 APÊNDICES, p.118

- 8.1 APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, p.118
 - 8.1.1 – Institucional, p.118
 - 8.1.2 – Individual, p.120
- 8.2 APÊNDICE B – Ficha de caracterização do grupo focal, p.122
- 8.3 APÊNDICE C – Planejamentos dos encontros com o grupo focal, p.124
 - 8.3.1 Planejamento do Encontro I, p.124

8.3.2 Planejamento do Encontro II, p.126

8.3.3 Planejamento do Encontro III, p.128

8.3.4 Planejamento do Encontro IV, p.130

8.4 APÊNDICE D – Estudo de caso, p.132

8.5 APÊNDICE E – Roteiro de propostas pedagógicas, p.134

8.6 APÊNDICE F – Certificado para o grupo focal, p.135

8.7 APÊNDICE G – Caracterização discente da escola pesquisada por sexo, raça e bairro de residência, p.136

8.8 APÊNDICE H – Livro “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!”, p.137

9 ANEXO, p.139

9.1 ANEXO A – Ficha de matrícula institucional, p.139

1 VIVÊNCIAS E PAPÉIS DA PESQUISADORA: DESAFIOS E DESÍGNIOS

A narrativa sobre si, contida nos memoriais de formação, pode funcionar como uma das possibilidades que o professor concede a si próprio para melhorar a sua capacidade de ver e de pensar sobre o que faz. Ao escrever sobre sua própria vida, cada um pode construir uma forma de registro reflexivo e não meramente descritivo. Os memoriais de formação possibilitam a recuperação dos acontecimentos de uma vida e seu registro não somente pela memória, falha não poucas vezes, mas pelo escrito. Assim, é possível a leitura diacrônica do vivido e sua ressignificação, feito não somente que viveu e registrou o acontecido, mas também por quem a lerá, como no caso dos memoriais produzidos como parte integrante dos textos monográficos (MORAIS, 2008, p.3).

No presente memorial exponho¹ minha trajetória escolar e profissional, apresento também os caminhos trilhados e algumas das dificuldades encontradas ao longo desse processo de formação, até ingressar no curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, através do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) - Campus Sosígenes Costa, o que tem me proporcionado um maior aprofundamento dos estudos decoloniais, favorecendo uma ampliação dos conhecimentos necessários ao fazer pedagógico que em muito contribui para com a minha formação pessoal e capacitação profissional.

1.1 APRESENTAÇÃO

De família originariamente humilde, desprovida de qualquer privilégio, sou a última de sete filhas(os) de um casal de pouco acesso à informação e educação sistemática, haja vista que até três anos antes do meu nascimento, toda a minha família residia na zona rural, o que retardou também o acesso de todas(os) as/os minhas/meus irmãos(ãos) à instituição escolar. Nasci em 18 de fevereiro de 1976, em casa, com a ajuda de uma parteira, no distrito de São João do Paraíso, município de Mascote-Bahia, localidade também considerada como zona rural, mas que já havia pequenas escolas, sendo possível ter acesso à educação formal.

Aos nove meses do meu nascimento, um fatídico acidente automobilístico envolvendo toda a minha família, do qual eu fui poupada pela saudosa vizinha Dona Dudu (a qual sou eternamente grata e de sua face jamais esquecerei, mesmo tendo

¹Nesta dissertação, “o singular” será utilizado apenas quando a referência estiver ligada às experiências pessoais da autora deste estudo.

ela também partido, desse plano terreno, ainda na minha adolescência), que insistentemente pediu e minha mãe permitiu que ficasse com ela nesse dia, retirando-me do colo do meu pai nesta viagem que ceifou a vida dele, me privou da convivência paterna e deixou a luta pela sobrevivência ainda mais difícil e dolorosa para toda a família.

Recordando-me dos relatos da minha mãe e das(os) minhas/meus irmãs(ãos) mais velhas(os), julgo necessário destacar que meu pai dominava o mundo da leitura e da escrita e se sobressaía na caligrafia e no cálculo matemático mental. Já para a minha mãe, o acesso ao mundo da leitura e escrita, iniciou-se bem após o meu nascimento, ela dizia que, na época em que ela era nova, as mulheres não podiam aprender a escrever, para não mandar cartas aos namorados. Lembro-me também, de ainda criança, ter contribuído para que minha mãe aprendesse a escrever o próprio nome e decodificar algumas palavras, até que, posteriormente, ela foi inserida em uma turma de Alfabetização de Adultos (MOBRAL²), o que alimentou o seu desejo de aprender e permitiu criar laços de amizade e novas convivências em meio a uma vida tão regrada e sofrida. Viúva e mãe de sete filhas(os) que se encontravam em meio à infância e adolescência, mas que junto com ela, já lutavam pela subsistência familiar, razão pela qual, todas(os) trabalhavam desde muito cedo.

1.2 FORMAÇÃO EDUCACIONAL INICIAL

Das(os) sete filhas(os), fui a única a iniciar o processo de escolarização ainda na primeira infância, mesmo em situação de vulnerabilidade social, em 1981, aos cinco anos de idade, me foi dada a oportunidade de frequentar uma classe de Educação Infantil (EI), de onde trago a doçura, carinho e respeito da minha primeira professora, a Senhora Zélia Dórea, com a qual vivenciei essa importante etapa do processo sistemático de educação e tive o prazer do reencontro casual e também muito significativo, já na fase adulta da minha existência repleta de mudanças, encontros e desencontros.

²Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) - Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar (MENEZES; SANTOS, 2001).

Em São João do Paraíso, distrito de Mascote - Bahia cursei até a antiga 5ª série do Ensino Fundamental (atualmente 6º ano), porém, na época, a partir desta série, a oferta de matrícula se dava apenas no turno noturno. Mesmo eu tendo apenas 11 anos de idade, cursei esse ano letivo deste modo, o que motivou dois dos meus irmãos, que trabalharam em Itabuna-Ba, cidade mais desenvolvida, localizada a 109,9 quilômetros de distância, a viabilizar a nossa mudança de residência, oportunizando assim, a continuidade dos meus estudos durante o dia e não mais a noite.

1.3 VIDA PROFISSIONAL

Paralela à vida escolar, a luta pela sobrevivência era contínua, diante da nossa condição financeira, era imprescindível que todos colaborassem para garantir o sustento familiar, assim, me recordo que desde muito pequena, no máximo aos sete anos de idade, já vendia geladinho na escola, o que garantia ao menos o pão do dia, também vendi confecção e cosméticos de porta em porta. Nessa conjuntura, também fui garçoneite, bordadeira, doceira, atendente, operadora de caixa, balconista, secretária, recenseadora. Experiências que me fortaleceram e me encorajaram, enquanto pessoa, enquanto mulher, enquanto classe menos favorecida que sempre precisou lutar pela sobrevivência e por seus ideais. Foram momentos de incríveis aprendizados, momentos pelos quais não me envergonho jamais, muito pelo contrário, são experiências que nunca esquecerei, e, que sempre fiz questão de dividir com outras pessoas, nunca, jamais por vitimização, mas sim, com a intencionalidade de encorajá-las na luta pela superação e partilha de experiências exitosas, nesse mundo tão desigual no qual estamos inseridas(os).

Em 1993, mesmo trabalhando durante o dia no comércio, cursando no período noturno o Ensino Médio (Técnico em Contabilidade), no Colégio Estadual de Itabuna (CEI), também era muita engajada na Comunidade Nossa Senhora do Carmo, no Bairro Daniel Gomes, periferia de Itabuna-Ba onde residia na época, e me foi lançado o desafio de atuar em uma ação voluntária de alfabetização de adultos. Este grupo do qual fiz parte, foi capacitado no salão do Santuário Nossa Senhora da Piedade no bairro vizinho (Maria Pinheiro), em uma iniciativa da igreja

católica, em parceria com a CUT³, através do método Paulo Freire de Alfabetização⁴, experiência que considero ter sido um divisor de águas na minha vida. Foi o contato com a turma de alfabetização de adultos por mim assumida, que me despertou o desejo pela docência, foi essa vivência que me oportunizou experimentar a relação professor/aluno em sala de aula, não mais como aluna, mas como a “responsável” por propiciar a formação daquelas pessoas em que a luta diária pela vida lhes cerceou o direito à escolarização e ao conhecimento formal, e ajudá-las nesse processo de superação e conquista, partindo da realidade deles, como propunha o método freiriano. Essa experiência foi de suma importância para uma revirada transformadora em nossas vidas, ainda carrego comigo algumas lembranças daqueles ricos momentos de descobertas que me oportunizaram pensar na educação enquanto profissão futura.

O ano de 1994 foi um marco para toda a família, a conclusão do Ensino Médio para mim e minha irmã mais velha, feito na época, surpreendente e de imensurável valor para cada uma/um de nós, diante da nossa história e para a realidade que nos encontrávamos. Concluí o curso de Contabilidade sem oportunidade de emprego na área e incerta da carreira que pretendia seguir, acho que a Pedagogia já me chamava e eu não dava ouvidos, mas eis que surgiu um convite para contratação temporária em uma escola comunitária em minha terra natal, São João do Paraíso, distrito de Mascote - Bahia, então para lá regressei. O desejo de continuar os estudos permanecia em mim, mas, naquele momento o curso superior era algo inatingível, então decidi cursar o Magistério e assim me preparar para a função que já exercia, só que agora sendo remunerada para tal, inicialmente, como professora leiga, demonstrando domínio dos conteúdos necessários, mas, sem a habilitação específica, o que era permitido, de acordo a necessidade das

³A Central Única dos Trabalhadores (CUT) é uma organização sindical brasileira de massas, em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujo compromisso é a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. Baseada em princípios de igualdade e solidariedade, seus objetivos são organizar, representar sindicalmente e dirigir a luta dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos e inativos, por melhores condições de vida e de trabalho e por uma sociedade justa e democrática (Central Única dos Trabalhadores).

⁴O método Paulo Freire estimula a alfabetização dos adultos mediante a discussão de suas experiências de vida entre si, através de palavras ‘geradoras’. Aplicado há mais de 50 anos (1963), o método Paulo Freire de Alfabetização foi testado pela primeira vez na cidade de Angicos, no sertão do Rio Grande do Norte (BECK, 2016).

instituições de ensino, o que foi o caso. A respeito do/a professor(a) leigo(a), só em 1999 o Ministério da Educação (MEC) oferta o PROFORMAÇÃO⁵ para afiançar o exercício dessas(es) educadoras(es), atendendo assim às exigências estabelecidas pela Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), conferindo-lhes também o diploma que lhes assegura o direito de desempenhar a atividade docente na Educação Infantil e Ensino Fundamental I (anos iniciais).

O ambiente escolar sempre esteve muito presente em meu cotidiano, ousou mencionar, que muitas das mais significativas histórias da minha vida têm a escola como cenário. Em 1997, casei com o meu colega de curso, alguém que apresenta um histórico de luta e sobrevivência muito parecido com o meu e nesse mesmo ano conclui o segundo curso de nível médio, o Magistério, no Centro Educacional Castro Alves (CECA) estando então habilitada para a função que já exercia. Apesar de preencher os requisitos necessários ao exercício da docência para a época e modalidade de ensino em atuação, imensa era a responsabilidade para com a formação daqueles sujeitos inseridos na turma em que eu era a professora. Portanto, estudar sempre esteve presente em meus projetos, não apenas no campo das vontades, mas também das necessidades, pois ensinar requer habilidades como tão bem pontuou Paulo Freire quando declarou que, "... ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção própria ou a sua construção" (FREIRE, 1996, p.25), portanto, o conhecimento precisa ser experimentado e alimentado por todos os agentes envolvidos no processo educativo.

Mesmo tendo uma mudança radical na vida pessoal, dedicando-me também à maternidade, algo que considero de incomparável e imensurável valor (não sou mais a mesma mulher depois dessa incrível e inusitada experiência) continuei inserida na educação e sempre ciente da necessidade de formação constante. Assim, atenta às propostas e oportunidades que surgiam nesse meio, afinal, "... a educação refaz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo" (FREIRE, 1987, p.47), no

⁵Programa da Secretaria de Educação a Distância, é um curso em nível médio, com habilitação para o magistério na modalidade Normal, realizado pelo MEC em parceria com os estados e municípios. Destina-se aos professores que, sem formação específica, encontram-se lecionando nas quatro séries iniciais, classes de alfabetização ou Educação de Jovens e Adultos – EJA das redes públicas de ensino do país (Ministério da Educação).

ano de 2000 fui selecionada para participar na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) de um curso de formação para alfabetizadores do Programa de Alfabetização Solidária (PAS⁶), sendo esta a minha primeira experiência em uma universidade, o que fez crescer em mim o desejo de ocupar aquele espaço enquanto aluna de um curso de nível superior. Queria “beber” mais daquela fonte inesgotável de conhecimento, saí desse curso me sentindo mais preparada para lidar com a demanda da sala de alfabetização de crianças que já atuava e mais confiante para assumir a classe do PAS que me responsabilizei após essa formação, experiência muito rica e gratificante, tempo em que descobri à espera do meu segundo e último filho, assim como a primeira, também inesperado, mas muito amado e bem-vindo. Mesmo enfrentando duas gestações de risco, nesse âmbito, tudo terminou bem, estava me considerando uma mulher, professora, esposa e mãe feliz e realizada, mas sentia que para enxergar-me plena ainda faltava a formação universitária. O vínculo das(os) alfabetizadoras(es) do Programa Alfabetização Solidária (PAS) tinha duração de seis meses, com a mudança de gestão pública municipal e as “influências políticas” que não possuíamos, o contrato temporário que eu e o meu esposo tínhamos com a Prefeitura Municipal de Mascote (PMM) não foi renovado. A busca pela subsistência familiar e a necessidade de professoras(es) em Porto Seguro - Bahia foram as motivações para mais uma mudança providencial de endereço e vínculo empregatício assegurado pela aprovação em concurso público municipal.

A formação continuada em serviço também sempre foi uma prioridade, assim, participei de vários momentos de construção de conhecimento e troca de experiências, como participações em diversos cursos, oficinas e eventos nacionais e internacionais voltados à área de educação. Onde opto por destacar aqui o curso de formação em Educação Indígena na sala de aula, realizado em 2010 no Instituto Anísio Teixeira em Salvador - Bahia, a participação na Oficina de Diversidade Afrodescendente e Recreação Escolar em 2011 ofertado pela Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro – Bahia.

⁶O Programa Alfabetização Solidária (PAS) manifestava como objetivo reduzir os índices de analfabetismo do país, focalizando nos jovens de 12 a 18 anos. Em 1997, priorizava os municípios com taxas de analfabetismo superiores a 55%: os localizados nas regiões norte e nordeste. Em 1999, atingiu os Grandes Centros Urbanos e, em 2002, as regiões Centro-Oeste e Sudeste (BARREYRO, 2010).

1.4 FORMAÇÃO ACADÊMICA

Para além do que fora posto pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96, Artigo. 62, que sinaliza a necessidade de formação em nível superior para as/os educadoras(es) da Educação Básica, já era por mim nutrido o desejo de experimentar o universo acadêmico mais de perto, estava certa de que precisava, tão logo fosse possível, ingressar em uma instituição superior de ensino. Eis que surgiu na escola em que trabalhava, a informação de oferta de seleção para acesso no curso de Pedagogia em uma instituição privada de ensino em Ilhéus-Bahia. Assim como eu, outras(os) colegas encontravam-se na mesma busca por formação, no qual passamos por um percurso longo e cheio de percalços. Nesse processo formativo, migrei de instituição, sobrevivi a um acidente automobilístico e me adaptei ao deslocamento para os estudos, associando sempre a vida acadêmica, a maternidade e a profissão educacional que nunca deixei de exercer.

Em 2006, concluí a Graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Atuando como professora do mesmo município (Porto Seguro – Bahia), ainda precisava continuar estudando e notava a crescente demanda de alunas(os) com deficiências e o pouco conhecimento sobre como lidar com essa realidade. Assim, nesta mesma cidade, cursei a primeira Pós-Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Institucional, concluída em 2008, pela Universidade Castelo Branco (UCB). Pela ausência de professoras(es) suficientes com licenciatura específica na localidade em que atuava e ainda atuo (Arraial d’Ajuda – distrito de Porto Seguro – Bahia), lecionei a disciplina de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental, o que me conduziu na busca por uma formação na área, assim, decidi por cursar a segunda Pós-Graduação *Lato Sensu* em Matemática, concluída em 2008, em um Polo das Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ) na cidade de Teixeira de Freitas - Bahia. Retomei os meus estudos na Faculdade Nossa Senhora de Lourdes (FNSL), instituição privada desta cidade, cursando então a terceira Pós-Graduação *Lato Sensu* agora em Psicopedagogia Institucional e Clínica, concluída em 2012. A quarta e última Pós-Graduação *Lato Sensu*, foi em Gestão Escolar, finalizada em 2013, na Faculdade Einstein (FACEI).

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* esteve por anos em meus planos, até ingressei em um Curso de Mestrado em Educação, oferecido por uma instituição

privada em Vitória da Conquista - Bahia no ano 2014, porém, preocupada com a qualidade da formação e compartilhando com a minha família a luta da minha mãe, uma mulher guerreira que foi vencida por um maldito e impiedoso câncer neste mesmo ano, optei por abandonar este curso, adiando essa importante etapa formativa.

Em 2019 me deparei, em um grupo de professoras(es) em determinado aplicativo de rede social, muito usual atualmente, com a postagem de um edital de seleção para ingresso de alunas(os) especiais em componentes curriculares do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER), da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Sosígenes Costa (CSC), localizado em Porto Seguro - Bahia, cidade em que resido, vibrei ao sentir que os ventos sopravam ao meu favor, assim, não pestanejei em logo produzir o material solicitado para seleção em dois dos componentes ofertados. Para minha surpresa e alegria, fui selecionada em ambos, até tentei, porém a atividade profissional me impediu de cursar os dois, assim, precisei escolher em abandonar o não menos importante Componente Curricular de Filosofia da Ancestralidade ministrado pelo Professor Doutor Alexandre de Oliveira Fernandes, e levar adiante os estudos no Componente Curricular Gênero, Sexualidades, Negritudes e Pobreza: um debate interseccional, ministrado pela Professora Doutora Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos.

Esta escolha se deu também por constatar a carência na capacitação de professoras(es) para os debates de gênero, sexualidade, etnia e classe, e encarar esse componente como uma oportunidade de aproximar-me destas discussões e aplicar estes conhecimentos em minha atuação profissional. Além de o eleito componente ser ministrado em um dia mais favorável a minha ausência na escola, o mesmo, dialogava mais diretamente com as inquietações que já me provocavam para a escrita do projeto e tentativa bem sucedida de ingresso enquanto aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) no Campus Sosígenes Costa, no município de Porto Seguro - Bahia - Brasil.

Essa trajetória no PPGER me possibilitou o fortalecimento do pertencimento racial, novas reflexões e produção de conhecimentos no tocante às relações étnico-

raciais e a educação, onde experienciei a participação e construção de eventos e artigos acadêmicos, minicursos, oficinas e comunicação oral, e vivenciei momentos de grandes partilhas junto aos Grupos de Pesquisa “Pensamento Negro Contemporâneo” (UFSB/CNPq) e “Pluralismos Jurídicos e usos Emancipatórios do Direito” (UFSB/CNPq).

1.5 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Para nós, seres humanos, as lembranças trazem reflexões. E, às vezes, estas alimentam aquelas. Inconscientemente, construímos nossas histórias de vida com os retalhos de quem fomos, ou de quem acreditamos ter sido. O que importa é o trabalho de costura (JESUS, 2017).

Assim sendo, julguei valioso e significativo descrever aqui parte das aventuras pessoais e profissionais que vivenciei. Esse mergulho interno me permitiu revisitar a minha trajetória, fazendo-me perceber o quanto as minhas experiências e (re)construções se constituem em sua maioria no espaço educacional sistematizado, e como estas ressignificam e enriquecem a minha vida pessoal e a minha prática profissional.

Para além de explicitar as minhas memórias, o propósito é contextualizar o processo formativo que, através das experiências adquiridas no cargo de professora, no desempenho da função de coordenadora pedagógica, e no percurso acadêmico, principalmente a partir das vivências junto ao Programa de Pós-Graduação, possibilitou a minha sensibilização e interesse em desenvolver a presente pesquisa.

2 INTRODUÇÃO

⁷Ela tinha apenas 5 anos de idade, corpo franzino, de habilidades consideradas próprias de menino travesso. Subia em árvores, jogava futebol com os meninos, detalhe, era na brincadeira a única menina, não por ter sido escolhida, mas porque se impunha a aceitá-la. Olhos arregalados, pareciam que iam saltar de tanta curiosidade que eles transmitiam.

Pele amarronzada, cabelos lisos, sempre esvoaçados, correspondendo à ação do corpo, que não conseguia parar sequer por um instante.

Criança curiosa é criança inteligente, mas essa trazia consigo peculiaridades um tanto estranhas, incomum. Era a primeira vez em que me deparava com tal situação. Então uma criancinha de 5 anos que não apresentava nenhuma “dificuldade” cognitiva de aprendizagem, ao contrário tinha bom raciocínio lógico, reconhecia o alfabeto, números, quantidades, coordenação motora ampla bastante desenvolvida, aparentemente feliz, começou a ter atitudes estranhas.

Comecei observando que não sentava na cadeira, mas debruçava sobre a mesa e na quina da mesa, começava a esfregar a vagina, uma, duas, três vezes, e ao ser chamada atenção,, corrigia sua postura mas logo distraía e voltava fazer a mesma coisa. Com o passar dos “dias” essa situação foi deixando de ser corriqueira, mas com frequência em um curto tempo, ela já voltava a praticar. E perdeu o total “controle” dessa ação. Agora já não era apenas a quina da mesa, mais a cadeira, o chão da sala, os pneus do pátio, a alça da mochila, o lápis, o joelho da pró quando se aproximava para correção. Nesse momento era visível um semblante de prazer e satisfação naquela ação, que começaram a interferir em seu desempenho mediante a execução das atividades propostas. E mais um elemento surgia, ela agora se alojava no banheiro a cada uso de outros colegas, ela fazia de um tudo para estar no banheiro, olhando por debaixo da porta com muita curiosidade. Aqui ela já não fazia mais questão de esconder tais atitudes, os movimentos, a prática, tornara algo normal, e para ela, essencial (CLEMENTINA, 2020).

Desde o nascimento, as crianças experimentam o prazer através de inúmeras experiências, apesar do longo período de negação da sexualidade desses indivíduos. Essas manifestações são por vezes vistas como atos de perversão, que devem ser contidos e negados de imediato. Tudo o que está relacionado ao prazer com o corpo está ligado à sexualidade, que cotidianamente, por senso comum, confunde-se com a erotização.

Nas experiências vivenciadas enquanto coordenadora pedagógica em uma escola municipal no distrito de Arraial d’Ajuda, em Porto Seguro - Bahia, atuando diretamente com estudantes e educadoras da Educação Infantil - Pré-Escola (04-05 anos), presenciei diversas inquietações por parte do corpo docente no que tange a

⁷O presente texto se refere ao relato que foi grande impulsionador da elaboração desta pesquisa, compartilhado por Clementina no ano de 2019, e escrito pela mesma em 2020 para compor o corpo da presente dissertação.

sexualidade na infância. Confrontadas por manifestações sexuais das crianças, como os toques corporais e o despir-se frente aos/às colegas, surgem as dúvidas entre docentes sobre a motivação de tais atos e como intervir perante estes. Por vezes essa dúvida e insegurança, causadas, sejam por um déficit na formação ou por amarras sociais, resultam numa ação de dura repressão ou desconsideração.

Levantando o questionamento sobre a sexualidade nos corpos infantis e suas assíduas manifestações em sala de aula, Michel Foucault aponta uma correlação entre a sexualidade e o espaço escolar quando assegura:

[...] sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. Mas ainda há mais: o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII — e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral — um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselhos às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes. Toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais, prolifera em torno do colegial e de seu sexo (FOUCAULT, 1988, p.30).

Assim, é evidente a necessidade de formação docente que aborde questões relacionadas à sexualidade desde a Educação Infantil (EI), com suporte teórico desnudo de mitos e tabus, capaz de refutar as “verdades” sobre sexualidade, cristalizadas no decorrer da nossa história, respeitando as descobertas e manifestações sexuais próprias da fase do desenvolvimento infantil, denominado infância.

Considerando a sexualidade infantil e as manifestações sexuais deste grupo como uma realidade latente na Educação Infantil, a presente pesquisa se faz necessária para a obtenção de propostas pedagógicas que visam contribuir para com as práticas das/dos professoras(es), dentro de uma perspectiva decolonizadora⁸, formativa, dialógica, crítica e reflexiva.

Desse modo, diante do ponto central que constitui o desafio desta pesquisa, indagamos: quais os caminhos a se percorrer, para alcançar uma atuação docente

⁸Conceito defendido pelo autor Luiz Fernandes de Oliveira (2016), a ser contemplado no compasso desta pesquisa.

que promova espaços de diálogos e ações assertivas sobre sexualidade infantil no ambiente escolar, dentro de uma ótica decolonizadora, impulsionadora da (re)construção dos conhecimentos necessários a demanda em questão? Tal motivação provocou e encorajou esse processo de busca, reflexão e escrita.

A presente pesquisa tem como objetivo geral, contribuir com as práticas das(os) professoras(es) da Educação Infantil (Pré-Escola) sobre sexualidade infantil, através de uma perspectiva decolonizadora, norteadora às ações destas(es) profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar, para que haja espaço de diálogos e ações assertivas sobre a sexualidade infantil.

Alcançando, em seu percurso de desenvolvimento, os seguintes objetivos específicos:

- Identificar e analisar criticamente as abordagens das educadoras presenciadas e/ou por elas relatadas no exercício da função docente, de modo a caracterizar o pensar e o agir em sala de aula no que tange a sexualidade os corpos infantis;
- Estabelecer espaços dialógicos de formação docente, enriquecidos pelos pensamentos decolonizadores, acerca da sexualidade infantil no ambiente escolar;
- Fomentar a tomada de decisões e uso de estratégias mais assertivas no enfrentamento de situações cotidianas relacionadas à sexualidade das crianças.

Para integrar todos os objetivos elencados, a presente dissertação está estruturada como uma afluência de quatro capítulos:

O primeiro refere-se aos percursos metodológicos elegidos para esta pesquisa, onde expomos as ferramentas conceituais e as escolhas metodológicas que alicerçaram os estudos e os diálogos no processo de fala e escuta junto às professoras que compuseram o grupo focal;

Já no segundo capítulo, realizamos um estudo e análise da literatura, para assim podermos melhor compreender a perspectiva decolonizadora de educação, os processos formadores das identidades, erotização e sexualidade na infância, e

sexualidade na Educação Infantil;

No terceiro, apresentamos a pesquisa em campo, sendo importante destacar que, para além dos dados gerais do município, distrito, instituição e etapa de ensino em que a pesquisa se debruçou, foram analisados relatos, experiências e informações de como as profissionais da Educação Infantil atuam frente às manifestações sexuais e a erotização dos corpos infantis;

O quarto e último capítulo, caracteriza-se pelas inconclusões da pesquisa em sua totalidade, retomando aos objetivos estabelecidos, desvendando alguns saberes (re)construídos ao longo dos deslocamentos e descobertas oriundos do processo de estudo e escrita dessa dissertação.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

3.1 METODOLOGIA DA PESQUISA

Os métodos adotados para esta pesquisa estão ancorados na abordagem qualitativa, onde se objetiva a compreensão das subjetividades e singularidades dos fenômenos sociais, grupos sociais e organizações. Neste tipo de pesquisa a representação quantitativa é substituída pela intensidade da imersão da/do pesquisadora/pesquisador, através da observação participante, dos diálogos com o grupo pesquisado e da análise crítica das diversas fontes que possam possibilitar a compreensão e descrição minuciosa do fenômeno estudado (GOLDENBERG, 1997).

Como afirma a pesquisadora Maria Cecília de Souza Minayo, a pesquisa qualitativa investiga esferas internas das relações e fenômenos sociais que não são alcançadas através da análise de variáveis numéricas, como as crenças, significados e ações (MINAYO, 2009). Nesta perspectiva, a/o cientista é sujeito e objeto da pesquisa, almejando obter informações profundas e representativas de aspectos não quantitativos da realidade, bem como novas problemáticas tangenciadas da pesquisa, que possibilitem a compreensão das dinâmicas sociais (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008; GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

No tocante à sua natureza, a pesquisa aplicada se empenha na identificação e diagnóstico das problemáticas, para a formulação de conhecimentos a serem praticados como resoluções adequadas às demandas dos grupos, instituições e atores sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009; THIOLENT, 1986). Destarte, podemos definir a pesquisa aplicada como um “conjunto de atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impacto” (FLEURY; DA COSTA WERLANG, 2017, p.11-12).

Quanto aos objetivos, classificamos este estudo como uma pesquisa exploratória, cujo planejamento flexível possibilita a contemplação de múltiplos aspectos do fenômeno estudado. Esta modalidade tem como escopo central a familiarização com o problema, estabelecendo uma investigação profunda, para construir hipóteses e aprimorar ideias. Usualmente estas pesquisas são

caracterizadas por conter: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão” (GIL, 2002, p.41).

No que se refere aos processos metodológicos, o estudo corresponde à modalidade pesquisa-ação, que objetiva transformar a realidade através da compreensão e conhecimento dos constituintes da pesquisa. Neste modelo, a/o pesquisadora/pesquisador transita do local de observadora/observador para uma atuação participativa, trazendo seus conhecimentos como alicerce para a análise do fenômeno social estudado (FONSECA, 2002). Desta maneira, entendemos esta modalidade como a síntese de Michel Thiollent:

A pesquisa ação é um tipo de investigação social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 1986, p.14).

Por fim, o presente estudo se estrutura em quatro procedimentos:

- (1) Levantamento bibliográfico e revisão teórica no campo da educação;
- (2) Pesquisa de campo, baseada no dispositivo de conversação;
- (3) Produção do material educacional;
- (4) Socialização do produto.

3.2 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E REVISÃO TEÓRICA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

O primeiro momento consta de levantamento bibliográfico e revisão teórica no campo da educação, dos estudos decoloniais, das relações étnico-raciais e de gênero, com ênfase na sexualidade infantil. A seleção das obras para compor o corpus desta análise bibliográfica foi realizada através de um levantamento de artigos na plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online, <http://www.scielo.org/php/index.php>). Esta base de dados foi escolhida por reunir publicações de trabalhos realizados na América Latina, e indexar um número expressivo de periódicos (aproximadamente 1.800).

Optamos pela restrição da investigação de artigos indexados em periódicos

pois, de modo geral, estas publicações são submetidas a análises críticas e rigorosas pela comunidade científica. A partir destes, buscamos amparo teórico em outros textos dissertativos frequentemente citados, que puderam contribuir para o enriquecimento do presente estudo e o alcance dos objetivos estabelecidos.

A busca sistemática foi realizada sem a restrição de datas, utilizando as seguintes palavras-chave: (i) Sexualidade Infantil; (ii) Educação Infantil; (iii) Infância; (iv) Sexualidade. Inicialmente levantamos 1.729 materiais, dos quais foram filtrados 1.615 artigos, e efetuada a leitura dos respectivos resumos/abstracts. Nesta primeira análise obtivemos 44 estudos com potencialidade ao debate de sexualidade e erotização de crianças na Educação Infantil (EI). A partir da leitura crítica destas pesquisas, obtivemos 14 artigos (Tabela 1) pertinentes à revisão bibliográfica proposta.

TABELA 1 – SELEÇÃO DE ARTIGOS PARA ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA

TÍTULO	AUTORIA
SEXUALIDADE INFANTIL	
A operação do dispositivo de sexualidade nas identidades emocionais atribuídas a crianças em livros de leitura espanhóis e colombianos na primeira metade do século XX.	SERRANO-LÓPEZ, Federico Guillermo.
Integração Saúde e Educação: Contribuições de Psicologia para Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil.	COSTA, Adriane; CIAFFONE, Rocha; GESSER, Marivete.
As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões.	ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra.
Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual.	FURLANI, Jimena.
Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano.	BEARZOTI, Paulo.
Sentimentos e reações do aluno de referência de algumas situações relacionadas à sexualidade infantil.	RIBEIRO, Moneda Oliveira.
EROTIZAÇÃO	

Erotización infantil y gramáticas afectivas: discursos sobre la infancia en la era 2.0 en Argentina.	GONZÁLEZ, Pilar Anastasía.
--	----------------------------

INFÂNCIA

Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito.	MOTTA, Flávia; PAULA, Claudemir de.
Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância.	XAVIER FILHA, Constantina.
Da menina meiga à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas da ficção e da vida.	SALGADO, Raquel Gonçalves.
Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder.	VIANA, Claudia. FINCO, Daniela.
Uma experiência de educação sexual na pré-escola.	DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; GARCIA, Aida Cássia Leal.

SEXUALIDADE

As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros no Orkut.	MELO, Glenda Cristina Valim de; LOPES, Luiz Paulo da Moita.
Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças.	RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo.

Fonte: A autora (2021)

A análise do levantamento de artigos nos forneceu acesso a dimensões sociais, culturais, educacionais e psicológicas, presentes nas manifestações sexuais infantis no espaço escolar. Neste processo buscamos: (i) Compreender a sexualidade e sexualização infantil; (ii) Perceber a construção da identidade e sexualidade da criança; (iii) Entender a relação infantil com o corpo; e (iv) Analisar abordagens da sexualidade na Educação Infantil.

Dos 14 artigos pertinentes a presente pesquisa, obtivemos os resultados a serem apresentados, onde discutiremos os seguintes aspectos: (i) Construção identitária; (ii) Sexualidade e erotização; e (iii) Sexualidade e Educação Infantil.

3.3 PESQUISA DE CAMPO, BASEADA NO DISPOSITIVO DE CONVERSAÇÃO

No segundo momento, realizou-se uma pesquisa de campo com o intuito de tomar conhecimento das problemáticas e práticas vivenciadas pelo corpo pedagógico relativas à sexualidade infantil, baseada no dispositivo de conversação desenvolvido por Jacques-Alain Miller em 1990, onde foram estabelecidos diálogos com o grupo focal composto por parte da equipe pedagógica operante na Educação Infantil da unidade escolar pesquisada.

Miller (2003) define a conversação como:

[...] uma situação de associação livre, se ela é exitosa. A associação livre pode ser coletivizada na medida em que não somos donos dos significantes. Um significante chama outro significante, não sendo tão importante quem o produz em um momento dado. Se confiamos na cadeia de significantes, vários participam do mesmo. Pelo menos é a ficção da conversação: produzir — não uma enunciação coletiva — senão uma associação livre coletiva, da qual esperamos um certo efeito de saber. Quando as coisas me tocam, os significantes de outros me dão ideias, me ajudam e, finalmente, resulta — às vezes — algo novo, um ângulo novo, perspectivas inéditas (MILLER, 2003, p.15-16).

Deste modo, a conversação é um dispositivo que possibilita uma associação livre coletivizada, buscando alcançar as ideias reais dos indivíduos participantes acerca da temática dialogada. Assim como as autoras Christielle Fagundes e Sandra Almeida, compreendemos que a conversação deve envolver todas(os) participantes nesta associação livre e coletivizada, para que não haja uma escuta passiva (FAGUNDES; ALMEIDA, 2016).

À mediadora, cabe o compromisso de buscar estabelecer uma sintonia e confiança entre o grupo, para que este se sinta tocado e atraído pela problemática em questão e possa assim compartilhar as suas diversas experiências escolares que lhes causaram conflitos, inseguranças e indecisões frente à sexualidade das crianças na Educação Infantil (EI).

Nesse formato, foram realizados quatro encontros com o grupo focal, conforme descrito abaixo:

- Primeiro encontro - Apresentação da proposta de estudo para apreciação, alinhamento, aceitação de participação e caracterização do grupo focal;
- Segundo encontro - Levantamento de vivências e informações sobre as questões que envolvem a sexualidade no ambiente escolar, a reação das

professoras diante dos fatos vivenciados e os métodos de resolução por elas utilizados no cotidiano escolar, através de perguntas norteadoras e um estudo de caso;

- Terceiro encontro - Introdução teórica da pesquisa, com ênfase na formação sobre a sexualidade infantil no ambiente escolar e o que englobam as manifestações sexuais na infância, e retomada das reflexões estabelecidas no estudo de caso;

- Quarto encontro - Socialização e análise coletiva de propostas pedagógicas para resolução das problemáticas apontadas, e encerramento da pesquisa de campo.

Relevante frisar que, foi necessária a comunicação individual e em subgrupos, visto que os diálogos não se esgotaram após o encerramento dos encontros, permitindo assim um maior alcance nesse processo de fala, escuta e (re)construção.

Mediante as narrativas e reflexões promovidas pela conversação, apreciamos as práticas educacionais da equipe pedagógica por meio da análise de conteúdo. Para a retificação e/ou complementação dos dados obtidos através das vivências compartilhadas, arquivos de registros docentes foram consultados. Então, traçamos coletivamente métodos e estratégias para abordagem das manifestações sexuais na infância condizentes com a realidade vivenciada.

3.4 O GRUPO FOCAL

Quanto às profissionais do setor pedagógico que atuam na Educação Infantil da unidade escolar pesquisada, vale frisar que a equipe responsável pela prática pedagógica na Educação Infantil também contava, no contexto de ensino presencial, com as valorosas contribuições de oito auxiliares de classe e duas cuidadoras. Mas, para uma melhor delimitação das discussões, o grupo focal deste estudo foi composto, inicialmente, por dezesseis professoras e uma coordenadora pedagógica. Com as alterações, dadas a implementação do ensino remoto, o grupo passa a ser composto por nove professoras e uma coordenadora pedagógica.

Reforçamos que por questões éticas e garantia do sigilo da identidade das

professoras e da instituição escolar em que estas estão inseridas, foram utilizados nomes fictícios. Assim, decidimos adotar nomes de mulheres negras do cenário nacional brasileiro, intelectuais, pesquisadoras, militantes, protagonistas na luta e resistência do povo negro, que buscam/buscaram romper o silenciamento e invisibilidade impostos pelo colonialismo. Como: Antonieta de Barros, Carolina Maria de Jesus, Clementina de Jesus, Conceição Evaristo, Dandara dos Palmares, Diva Guimarães, Djamila Ribeiro, Esperança Garcia, Lélia Gonzalez, Luiza Helena de Bairros, Maria Beatriz Nascimento, Maria Felipa, Maria Firmina, Marielle Franco, Neusa Santos Souza, Petronilha Silva e Sueli Carneiro.

Ao realizar o encontro inicial, foram delineados os objetivos, elucidada a proposta e os procedimentos da nossa pesquisa, onde todas as professoras se mostraram interessadas em participar desse processo de (re)construção de conhecimentos acerca da sexualidade infantil e suas manifestações no ambiente escolar. Em seguida, foram fornecidos dados individuais que permitiram a caracterização do grupo focal. Importante enfatizar o quanto foi valoroso perceber a receptividade positiva e o desejo destas profissionais em participar da referida pesquisa.

Considerando o cenário restritivo e de isolamento social em que estamos imersas por conta da pandemia ocasionada pela COVID-19 (Coronavirus disease 2019), visando também garantir a segurança de todas as envolvidas e a não interrupção dos nossos estudos e (re)construções, os encontros para formação e levantamento das questões pertinentes a pesquisa ocorreram no formato metapresencial, através de aplicativos, inicialmente por chamada de vídeo, e posteriormente via videoconferência, onde é possível realizar compartilhamento de tela, legendas em tempo real e gravação dos encontros, o que, para além das notas realizadas, foram de grande valia para o registro dos questionamentos, contribuições e relatos das professoras.

Mesmo em tempos de isolamento social, imposto como medida preventiva a disseminação do Coronavírus, fomos todas provocadas a buscar alternativas para que a nossa pesquisa e trocas de conhecimentos não adormecessem. Assim, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A), e em consenso com todas as envolvidas, em julho e agosto de 2020

esses momentos de diálogos, produtivos e necessários para caracterização do grupo focal, foram realizados através da ferramenta de chamadas de vídeo, em pequenos grupos, e trocas de mensagens de texto e/ou áudios individuais, via um aplicativo de rede social de domínio em comum. Os dados se encontram sistematizados na tabela a seguir:

TABELA 2 - CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL - 2020

Nº DE ENTREVISTADAS	17
CARGO	(01) COORDENADORA PEDAGÓGICA (16) PROFESSORAS
GÊNERO ⁹	(17) MULHER
VÍNCULO EMPREGATÍCIO	(09) CONTRATO (08) EFETIVO
CLASSE ECONÔMICA	(0) A [+20 Salários Mínimos] (03) B [10-20 Salários Mínimos] (05) C [4-10 Salários Mínimos] (09) D [2-4 Salários Mínimos]
RAÇA/COR	(16) NEGRA [07 PRETA 09 PARDA] (01) BRANCA
IDADE	(02) 27-29 anos (03) 30-39 anos (10) 40-49 anos (02) 50-59 anos
RELIGIÃO	(10) CATÓLICA (03) PROTESTANTE (01) ESPÍRITA (03) NÃO POSSUI OU NÃO DECLARADA
FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO	(01) ADMINISTRAÇÃO (01) CONTABILIDADE (05) FORMAÇÃO GERAL (12) MAGISTÉRIO OBS.: 02 das entrevistadas fizeram 02 cursos de nível médio

⁹A escolha pela caracterização por gênero é pensada com base nos papéis e leituras sociais determinados historicamente.

GRAU ACADÊMICO	GRADUAÇÃO (16) Pedagogia (03) Outras Licenciaturas OBS.: 02 das entrevistadas fizeram 02 cursos de graduação
	ESPECIALIZAÇÃO Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (14) Concluído OBS.: 09 das entrevistadas fizeram mais de um curso de especialização
	MESTRADO Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (02) Concluído (01) Em curso
	DOUTORADO (01) Concluído
TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	(06) Até 05 anos (04) 06-10 anos (05) 11-15 anos (02) 16 anos +
NA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A SEXUALIDADE INFANTIL FOI ABORDADA?	(11) SIM (02) NÃO (04) Não lembraram ou não responderam

Fonte: A autora (2020)

O quadro de docentes na Educação Infantil da instituição pesquisada, no ano de 2020 contava com dez (10) docentes 1 (sendo 07 efetivas e 03 contratadas) e seis (6) docentes 2 (contratadas), o que contemplava a divisão dos componentes curriculares das 18 turmas, e garantia a reserva técnica. Em 17 de março de 2020, em decorrência da pandemia (COVID-19), as aulas de toda rede de ensino foram suspensas.

Em 15 de março de 2021, ocorreu de forma remota o retorno das aulas da rede de ensino de Porto Seguro, para conclusão do ano letivo de 2020 até julho de 2021. Devido ao encerramento dos contratos de 2020 da rede municipal, foram suspensos os vínculos de sete (07) participantes do grupo focal. O quadro docente foi reestruturado para onze (11) docentes (sendo 07 efetivas já atuantes em 2020, 02 efetivas convocadas em 2021, após o início da presente pesquisa, e 02

contratadas já atuantes em 2020), designadas à 19 turmas, em virtude da implementação do ensino remoto ocasionado pelo contexto pandêmico e exclusão da reserva técnica. O aumento da busca por vagas resultou no surgimento de mais uma turma, mesmo havendo uma redução no quadro docente. Essas mudanças requereram uma revisão dos dados de caracterização do grupo focal, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 3 - CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL - 2021

Nº DE ENTREVISTADAS	10
CARGO	(01) COORDENADORA PEDAGÓGICA (09) PROFESSORAS
GÊNERO	(10) MULHER
VÍNCULO EMPREGATÍCIO	(02) CONTRATO (08) EFETIVO
CLASSE ECONÔMICA	(0) A [+20 Salários Mínimos] (03) B [10-20 Salários Mínimos] (05) C [4-10 Salários Mínimos] (02) D [2-4 Salários Mínimos]
RAÇA/COR	(09) NEGRA [05 PRETA 04 PARDA] (01) BRANCA
IDADE	(00) 27-29 anos (01) 30-39 anos (08) 40-49 anos (01) 50-59 anos
RELIGIÃO	(07) CATÓLICA (01) PROTESTANTE (01) ESPÍRITA (01) NÃO POSSUI OU NÃO DECLARADA
FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO	(01) ADMINISTRAÇÃO (01) CONTABILIDADE (00) FORMAÇÃO GERAL (10) MAGISTÉRIO OBS.: 02 das entrevistadas fizeram 02 cursos de nível médio

GRAU ACADÊMICO	GRADUAÇÃO (09) Pedagogia (03) Outras Licenciaturas OBS.: 02 das entrevistadas fizeram 02 cursos de graduação
	ESPECIALIZAÇÃO Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> (10) Concluído OBS.: 09 das entrevistadas fizeram mais de um curso de especialização
	MESTRADO Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> (02) Concluído (01) Em curso
	DOUTORADO (01) Concluído
TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	(00) Até 05 anos (03) 06-10 anos (05) 11-15 anos (02) 16 anos +
NA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A SEXUALIDADE INFANTIL FOI ABORDADA?	(07) SIM (02) NÃO (01) Não lembraram ou não responderam

Fonte: A autora (2021)

Das sete professoras contratadas, que foram suspensas e retiradas da pesquisa, duas não tiveram seus contratos renovados, e uma retornou para a escola em outra modalidade de ensino. As outras quatro professoras tiveram seus contratos renovados para atuação na Educação Infantil, porém, posterior a realização do terceiro encontro.

3.5 PRODUÇÃO DO MATERIAL EDUCACIONAL

O terceiro período da pesquisa decorreu da elaboração de um livro, produto final das investigações teóricas e práticas, composto por considerações norteadoras ao corpo pedagógico e propostas pedagógicas, que servirá como instrumento de formação para as/os educadoras(es) atuantes na modalidade de ensino denominada Educação Infantil, acerca das problemáticas que permeiam a sexualidade das

crianças.

Portanto, esta produção textual abarca conhecimentos científicos, dentro de uma visão teórica interdisciplinar e decolonizadora, propostas pedagógicas, e narrativas compartilhadas sobre sexualidade na infância, advindas do cotidiano dos sujeitos envolvidos nessa pesquisa qualitativa, na perspectiva de instrumentalizar as/os professoras(es) ativos nesta modalidade de ensino.

3.6 SOCIALIZAÇÃO DO PRODUTO

O referido livro produzido foi socializado, ainda em versão digital, com a equipe da Educação Infantil da unidade de ensino em que a pesquisa foi desenvolvida, afim de auxiliar essas(es) educadoras(es) quanto à sua atuação efetiva em sala de aula frente às questões relacionadas à sexualidade na infância.

Para além da disponibilização à instituição escolar participante nesta pesquisa, há o propósito de socializar o presente produto educacional com a rede de educação pública municipal de Porto Seguro, bem como a publicação para aquisição em livre demanda, promovendo assim a disseminação dos conhecimentos produzidos.

4 O COMPASSO DA PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO

Para viabilizar a construção de ferramentas pedagógicas adequadas a respeito da sexualidade e erotização infantil, julgamos necessário um estudo teórico aprofundado sobre os aspectos psicológicos, culturais e sociais que envolvem esta problemática. Deste modo, no presente capítulo, iremos realizar uma análise da literatura, à luz da Psicologia, Sociologia, Decolonialidade e Educação, para assim podermos compreender os processos de construção da identidade social e sexual desse corpo sexualizado, atravessado pelos marcadores de gênero e raça, e como as/os profissionais da Educação Infantil atuam frente às manifestações sexuais e a erotização das crianças.

4.2 EDUCAÇÃO DECOLONIZADORA

Analisando os processos históricos construtores das diversas sociedades, nos deparamos com uma minoria branca exercendo a dominação e exploração de povos tradicionais (como afrodescendentes e indígenas) habitantes das repúblicas nascentes, tomando o controle dos meios de produção e forçando a subordinação das subjetividades dessa população à reprodução e aceitação da cultura europeia (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019). Neste contexto colonial, o corpo colonizado é percebido e posto como servil e destituído de voz, vontade e subjetividade (hooks¹⁰, 1995). Mediante isso, sujeitos colonizados foram fixados em determinadas identidades, onde o homem era posto na figura de mão de obra, e a mulher tornada como um objeto da “economia de prazer e do desejo” (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p.19).

A colonialidade do poder impossibilitou uma concreta democratização nas nações latino-americanas, pois seus impactos moldaram as instituições à luz do padrão capitalista europeu, reproduzindo a “dependência histórico-estrutural” (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p.6). Assim, a colonialidade subsiste hodiernamente em nossas ambições, culturas, reações sociais e outros aspectos da

¹⁰O nome bell hooks será escrito em letras minúsculas nesta dissertação, pois, a ativista Gloria Jean Watkins, que adotou o nome de sua bisavó materna, se apresenta desta forma. Visto que a norte-americana desconsidera as diferenças entre nomes próprios e os substantivos comuns, salientando a construção social das identidades.

vivência humana moderna (MALDONADO-TORRES, 2007). Destarte, a colonialidade representa:

um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, porém, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre os povos ou nações, refere-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça (MALDONADO-TORRES, 2007, p.131)

Buscando compreender e retomar as problemáticas históricas coloniais, articulam-se pesquisas decoloniais ao fim da década de 1990, como as do pesquisador pioneiro Aníbal Quijano (1928-2018), se empenhando na construção e expansão do arcabouço conceitual e teórico da decolonialidade. Pensando a colonialidade do poder e o seu impacto na produção intelectual, Pablo Quintero, Patrícia Figueira e Paz Concha Elizalde, em seus estudos sobre arte e descolonização (2019), nos aponta dois conceitos valorosos: 1) Colonialidade do saber, e 2) Colonialidade do ser.

Pensando a colonialidade do saber, o eurocentrismo como lócus epistêmico produz, através da cultura local, um modelo de ciência que generaliza a experiência europeia como um molde normativo e fonte exclusiva para conhecimentos válidos. Alinhando esta discussão ao racismo epistêmico, há uma negação aos povos racializados das suas potencialidades cognitivas e do reconhecimento de suas epistemologias como produtoras de conhecimento científico. Dessa forma, a construção teórica, por autoria dos pensadores ocidentais, favoreceu a afirmativa de serem os únicos sujeitos com capacidade e credibilidade para construir conhecimentos verdadeiros (OLIVEIRA, 2016). Em síntese:

A colonialidade do saber estaria representada pelo caráter eurocêntrico do conhecimento moderno e sua articulação às formas de dominação colonial/imperial. Essa categoria conceitual refere-se especificamente às formas de controle do conhecimento associadas à geopolítica global traçada pela colonialidade do poder (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p.7).

A colonialidade do ser, conceito proposto por Nelson Maldonado-Torres, surge da necessidade da elucidação dos efeitos da colonialidade nas experiências vividas não apenas na mente do sujeito subalterno. A racialização dos corpos foi utilizada como constructo para a escravização e aniquilação da humanidade dos povos colonizados, esta desumanização e irracionalização são as principais

expressões da colonialidade do ser (MALDONADO-TORRES, 2007). Assim, refletimos sobre o seguinte enunciado:

“penso, logo existo”, oculta-se a validação de um único pensamento (os outros não pensam adequadamente ou simplesmente não pensam) que outorga a qualidade de ser (se os outros não pensam adequadamente, eles não existem ou sua existência é dispensável). Dessa forma, não pensar em termos modernos se traduzirá no não ser, em uma justificativa para a dominação e a exploração (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p.8).

Essa ótica das civilizações ocidentais enquanto detentoras da intelectualidade e do desenvolvimento industrial, científico e tecnológico sustentaram as convicções de que estes encaminhariam o mundo para o progresso da humanidade e das organizações sócio-econômicas e políticas, logo, deveriam levar o desenvolvimento aos povos subalternos, vistos como atrasados (QUEIROZ, 2014). Assim, naturalizando as situações coloniais¹¹ dos países menos “civilizados”, e vangloriando os colonizadores pela forçada adequação do povo aos costumes, culturas e religiões consideradas superiores.

Através da colonização do saber e do ser podemos perceber o papel da educação como um dispositivo em serviço do colonizador para disseminar os conhecimentos e valores adequados para nutrir a sua supremacia e dominação. Como exemplificação das situações de dominação-subordinação sustentadas pela educação temos as seguintes:

1) sociedades reunindo internamente regiões tecnologicamente mais avançadas e outras mais atrasadas; 2) sociedades reunindo grupos sociocultural e etnicamente diferentes, em que um deles detém o poder sobre os demais; 3) sociedades hierarquizadas em classes; 4) divisão entre sexos, em sociedades de civilização ocidental; 5) divisões em classes de idade no mesmo tipo de sociedades (QUEIROZ, 2014, p.24).

De início, a educação do período colonial encontra pouca oposição, mas com o passar do tempo se desperta gradativamente nos colonizados uma movimentação de luta contra o opressor. Esses pensamentos e ações anti-colonialistas também são difundidos para outros colonizados por meio da educação (QUEIROZ, 2014). Assim, a partir do primeiro sujeito colonizado que agiu contra o sistema colonial, surge à prática de oposição e intervenção chamada decolonialidade

¹¹“Por ‘situações coloniais’ quero dizer a exploração/pressão cultural, política, sexual, espiritual, epistêmica e econômica dos grupos étnicos/racializados subordinados por grupos étnicos/racializados dominantes, com ou sem a existência de administrações coloniais” (GROSGUÉL, 2007, p.13).

(BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

A linha teórica decolonial provém da necessidade de se estabelecer pensamentos críticos oriundos da ótica dos sujeitos historicamente subalternizados, e através destes estabelecer a “construção de um projeto teórico voltado para o pensamento crítico e transdisciplinar, caracterizando-se também como força política para se contrapor às tendências acadêmicas dominantes de perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento histórico e social” (OLIVEIRA, 2016, p.1). Reconhecendo a dominação colonial interna e externa dos impérios, onde a raça, o racismo e a racialização protagonizou o estabelecimento das divisões de privilégios, experiências e oportunidades entre os povos brancos e não brancos (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016).

Levando-se em consideração esses aspectos, a decolonialidade enquanto projeto político-acadêmico traz a necessidade de reconhecer os múltiplos processos coloniais, bem como as diversas reações dos povos e sujeitos subalternizados à colonialidade do poder (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016). Trata-se então de um chamado para se aprofundar no conhecimento científico para além da cegueira da ótica masculina europeia, que invisibiliza e invalida as “experiências histórico sociais de sujeitos subordinados às codificações de gênero, sexualidade e raça” (BERNARDINO-COSTA; GROSFUGUEL, 2016, p.21).

Pensando a esfera educacional, a pedagogia decolonial é elaborada a partir da reflexão das problemáticas históricas coloniais e o enfrentamento à colonialidade, uma “prática política contraposta à geopolítica hegemônica monocultural e monoracional, pois se trata de visibilizar, enfrentar e transformar as estruturas e instituições que têm como horizonte de suas práticas e relações sociais a lógica epistêmica ocidental, a racialização do mundo e a manutenção da colonialidade” (OLIVEIRA, 2016, p.3).

Considerando a necessidade de uma educação não somente denunciativa, e sim propositiva de novos pensamentos e conhecimentos, empregamos o conceito decolonização. Este termo referencia então:

a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços

educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais. DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não constituir outras formas de pensar e produzir conhecimento (OLIVEIRA, 2016, p.3).

Mediante o exposto, o pensamento decolonial aliado à educação é uma ferramenta de problematização e denúncia das situações coloniais ainda presentes na contemporaneidade, visando à emancipação dos povos subalternizados pela colonialidade (OLIVEIRA, 2016). Pensar a partir destes, reconhecendo sua cultura, política, economia e ideologias, e valorizando epistemicamente os seus saberes e conhecimentos em detrimento das heranças eurocentradas impostas pela colonialidade (REIS; ANDRADE, 2018).

4.3 CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

A sexualidade é atravessada pela vida social, afetiva e cultural, destarte, faz-se emergente compreender inicialmente as identidades humanas, para assim haver um maior aprofundamento sobre os plurais processos de construção da sexualidade dos sujeitos (DALGALARRONDO, 2008). O pesquisador Celso José Martinazzo caracteriza a identidade humana como um “traço característico de cada ser”, demarcador de diferenças e semelhanças individuais e coletivas (sejam físicas, ideológicas ou comportamentais), que possibilita a construção de sua história (MARTINAZZO, 2010, p.33).

Para entender a construção das identidades, partimos dos estudos Sociológicos e Psicológicos de Antonio da Costa Ciampa (1987), Claude Dubar (1997), Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2006). Deste modo, entendemos a identidade como não estática, mas sim um eterno processo de (re)construção e mutação (BAUMAN, 2005; HALL, 2006), onde, através das interações do sujeito com o contexto histórico, social e cultural a qual está inserido (CIAMPA, 1987; DUBAR, 1997), produz-se identidades individuais e coletivas momentâneas. Assim, é primordial a análise de como os indivíduos vivem e experienciam os “processos de socialização”, para compreendermos o funcionamento do sistema de construção identitária e apropriação da cultura de seu meio (MOTTA; PAULA, 2019, p.5).

Inicialmente a criança era marcada pela “ingenuidade, fragilidade e incompetência”, dependendo estritamente do controle moralista das instituições

familiares e escolares para estabelecer modelos e comportamentos inerentes a sua identidade (SALGADO, 2012, p.120). A pós-modernidade trouxe a desestabilização destes papéis convencionais destinados à criança e ao adulto, onde, na então “sociedade de consumo”, a criança assume um espaço de protagonismo nesse processo, tendo uma interferência direta das mídias eletrônicas (SALGADO, 2012, p.120). Destarte, vemos a criança enquanto sujeito socialmente ativo e atuante na construção de sua identidade, capaz de desenvolver reflexões próprias sobre a cultura e as interações sociais que a cercam, para assim reinventar-se enquanto sujeito social e (re)construir seu cotidiano, ações e brincadeiras (CERTEAU, 1998).

Para Kabengele Munanga, refletir sobre identidade evoca conceitos de diversidade que se fazem presentes na consolidação de uma educação democrática, como classe, etnia, gênero e etariedade, cujos sujeitos estabelecem relações dialéticas e/ou excludentes (MUNANGA, 2005). Pensando na interferência do meio na construção das identidades, a autora Danubia de Andrade Fernandes nos atenta para a validação e ratificação das diferenças entre os sexos presentes nas presunções científicas, também conhecidas como verdades filosóficas e científicas universais, de grandes pensadores, a exemplo de Platão, Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, que estruturaram e fundamentaram um sistema de hierarquização dos sexos (FERNANDES, 2016).

Nestas pressuposições associa-se o sexo masculino ao espírito, tido como fruto da criação divina e essência da humanidade, capaz de portar inteligência. O sexo feminino se correlaciona ao corpo e a natureza, visto como uma produção humana e incompleta a partir do homem, conectado ao emocional e ao erotismo, ao Eros. Em contraposição a estes pensadores, filósofas da contemporaneidade, como Judith Butler e Dorilda Grolli, pautaram a necessidade de interpelar a perspectiva ideológica que se fez presente na constituição do sexo feminino, e da mulher enquanto performance de gênero, nestes discursos filosóficos ocidentais de influência grega e cristã (FERNANDES, 2016).

Dito isso, quando se nota o início dos interesses sexuais da criança, se acentuam os marcadores que diferenciam as identidades e papéis de gênero, com as ações determinadoras da família e escola. As meninas são alertadas a manterem certa distância dos garotos, para que não sejam alvo de atitudes sexuais de tal

grupo, enquanto os garotos se distanciam para não terem sua virilidade e masculinidade questionadas pela interação com as meninas (RIBEIRO, 2006). A pressão posta aos meninos, de manterem íntegra a sua imagem masculina de poder, fortalecem nestes o uso do corpo e da sexualidade (heteronormativa), negando e reduzindo o título de homem dos garotos que fogem desta norma (RIBEIRO, 2006). Assim, com as classificações identitárias e os ideais de comportamento adequado apresentados às crianças pelos adultos de seu convívio, estes meninos e meninas absorvem as informações e reelaboram suas ações cotidianas com o meio, que expressam de maneira simbólica, através de falas, brincadeiras e posturas, as suas relações com o gênero e sexualidade do seu corpo infantil (RIBEIRO, 2006).

Sobre a terminologia gênero, esta possui significados que ultrapassam o corpo e sexo biológico, pois, subsidia ideias e valores nas áreas de organização social (VIANA; FINCO, 2009), como nos símbolos culturais sobre heterossexualidade e homossexualidade, nas políticas públicas e nas identidades subjetivas e coletivas, estando assim presente na dinâmica de transformação social (SCOTT, 1995). Assim, através dos modelos de performance de gênero que são estabelecidos diariamente às crianças nos ambientes sociais, estes corpos infantis vão passando por processos de feminilização e masculinização de sua estética, preferências, posturas, sexualidade e brincadeiras.

Desse modo, a educação relacionada ao corpo de crianças de 0 a 5 anos tende a ser construída à luz das normas sociais determinantes às diferenças de gêneros, onde as práticas educativas reforçam o elo das meninas ao emocional, e dos meninos a expertise (VIANA; FINCO, 2009). Assim, as identidades de gênero das crianças vão sendo tecidas sob moldes sociais do que é adequado, e rejeitas a transgredir ao diferente, como nos expõe Claudia Viana e Daniela Finco:

O modelo binário masculino-feminino é apresentado diariamente para elas. A manutenção desse modelo binário depende do ocultamento das masculinidades e feminilidades alternativas, do silêncio sobre elas e de sua marginalização. É por meio desses “maus exemplos” que a sociedade reforça a associação unívoca e supostamente natural entre sexo e padrões de gênero. Mas é também por meio deles que se convive com a diferença (VIANA; FINCO, 2009, p.280-281).

Para além do gênero, a identidade racial¹² também é atravessada pelo processo de escolarização. A oposição racial é estabelecida em parâmetros similares aos de gênero, onde se construiu a concepção de pessoas brancas como seres intelectuais e civilizados (tal qual os homens), e pessoas negras como irracionais e emocionais (tal qual as mulheres) (FERNANDES, 2016). Sobre a intersecção de gênero e raça na identidade de mulheres não brancas, Lélia Gonzalez salienta:

É importante insistir que, dentro da estrutura das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada. Trata-se de uma dupla discriminação de mulheres não brancas na região: as amefricanas e as ameríndias. O caráter duplo de sua condição biológica — racial e/ou sexual — as torna as mulheres mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente (GONZALEZ, 2020, p.132).

Apesar dessa semelhança de fundamentação, se debruçando sobre os estudos de Kabengele Munanga e Frantz Fanon, compreendemos uma maior complexidade na categoria de análise racial, devido a animalização e subalternização dos povos negros ter sido uma ferramenta utilizada pelos colonizadores para sustentar a economia fundamentada na escravização e calar os discursos de liberdade. Dito isso, a identidade negra provém da perspectiva de um sujeito e seus semelhantes sobre si mesmo e a relação social, cultural e histórica destes com os sujeitos de outros grupos étnico-raciais (MOTTA; PAULA, 2019).

Em uma pesquisa desenvolvida durante os anos 2014 e 2016 por Flavia Motta e Claudemir de Paula numa creche do Rio de Janeiro, intitulada “Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não dito”, se investigou “os efeitos de uma educação antirracista para a subjetividade das crianças”, através da observação e discussão da influência causada pelas questões raciais nas vivências pedagógicas em instituições de ensino da primeira infância (MOTTA; PAULA, 2019, p.1). Um dos resultados obtidos aponta o cabelo e a pele como marcadores para a identificação de cor e raça pelo olhar das crianças, e nesta perspectiva havia uma reprodução social do sujeito negro como inferior e menos digno dos essenciais direitos humanos, o que se expressava através do isolamento das crianças negras e as interrupções da participação nas brincadeiras.

¹²Compreendemos a raça como uma categoria socialmente construída para estabelecer uma relação de domínio e exclusão, sendo assim um registro sociopolítico de desigualdades (GOUVEIA; ZANELLO, 2019).

Pensando na identidade sob o olhar de si e o olhar do outro ao seu respeito, a reflexão da pesquisa nos revela a necessidade de não isolar a abordagem de pautas negras das considerações de pessoas brancas, como nos orienta Fanon (FANON, 2008). Se o processo colonial nos impôs o modelo de ideal humano como sujeitos brancos, as formas como construímos nossas identidades, imersas(os) no meio cultural, irão ser atravessadas por nossa socialização com o outro (padrão). Visto isso, não podemos analisar pessoas negras e brancas como essências isoladas e distantes, ignorando a relação entre estas e o contexto sócio-cultural a qual somos educados.

Por um longo período o cabelo crespo e a pele negra foram símbolos utilizados para robustecer os discursos e estruturas racistas da nossa sociedade. Mas há de se reconhecer o movimento constante de pessoas negras para a valorização desses fatores como expressões da sua beleza, buscando contribuir com a redução dos impactos do racismo na aceitação de si. Se tratando da autoestima de crianças negras no espaço escolar, o corpo pedagógico necessita exercitar desconstruções dos discursos e práticas que reforçam a padronização da beleza e inserir referências plurais, para perceber-se a diferença como algo presente, mas que não determina características positivas ou negativas (MOTTA; PAULA, 2019).

Compreender-se enquanto pessoa negra, então, está para além do olhar e imaginário do outro sobre si. Os processos de construção das identidades negras apresentam grande complexidade e são atravessados por dolorosas cicatrizes históricas, que exigem conscientização e enfrentamento às diversas formas de opressões. Sobre essas experiências, a design gráfico Gabriela Pires relata ao site *Blogueiras Negras*¹³:

A construção da identidade negra não é fácil. Construir, neste caso é, antes de tudo, desconstruir. Desconstruir preconceitos de si mesmo, desconstruir ideias que estão há muito tempo enraizadas, desconstruir sua história e até sua família. É principalmente, tomar consciência dos preconceitos que sofreu, e que sofre, sem tentar justificá-los (PIRES, 2014).

Mediante o exposto, concluímos que os sujeitos se compõem de múltiplas e dissemelhantes identidades (como as de gênero, sexualidade e raça), que se

¹³Projeto composto por mulheres negras e afrodescendentes blogueiras, que utilizam a escrita de suas histórias como ferramenta de luta e resistência para pautar questões da negritude, do feminismo e da produção de conteúdo.

estruturam ao passo que estes experienciam espaços, culturas, e interações com grupos sociais diversos. Onde, através dessas vivências e do sentimento de pertencimento, nos reconhecemos como parte de grupos identitários (LOURO, 2000a; MOTTA; PAULA, 2019).

Por fim, considerando as transições e mobilidades dos corpos ao longo da vida e suas interações com pessoas e grupos sociais diversos, a identidade não pode ser vista como fixa e definida, pois está sempre em processo de (re)construção (BAUMAN, 2005; HALL, 2006). Nessa metamorfose identitária, a Educação Infantil é uma etapa privilegiada para contribuir efetivamente no processo de formação da identidade, podendo possibilitar a construção e reconstrução de diversas infâncias (CHAMBOREDON; PRÉVOT, 1986).

4.4 SEXUALIDADE E EROTIZAÇÃO

Em síntese, a educação de crianças pequenas (4 a 5 anos e 11 meses) é marcada pela socialização com diversos sujeitos, e o transitar exploratório destes corpos infantis pelos ambientes sociais e escolares. Destarte, o espaço é também determinante para a formação e desenvolvimento infantil, visto que, o modo como concebemos e nos relacionamos com este lugar está vinculado à “concepção de cultura” de dado momento histórico, estabelecendo assim os modelos de sujeitos aos quais desejamos formar (AMBROGI, 2011, p.65). Apesar de reconhecermos a contribuição da família para a construção da sexualidade infantil, iremos centralizar a pesquisa no ambiente escolar, reconhecendo como o uso desse espaço, na criação de crianças pequenas, “pode propiciar o adestrar ou o educar, o domesticar ou o formar para a autonomia” (AMBROGI, 2011, p.65).

A exemplo do uso dos espaços escolares, temos a separação dos banheiros por gênero, presente de forma marcante no contexto escolar, que se baseia no receio adulto sobre o despertar da sexualidade infantil, através do reconhecimento do seu corpo e do corpo do outro. Sob esta ótica angustiante, as manifestações de natureza sexuais são reprimidas e evitadas, colocando a criança num elo entre ingenuidade e malícia (TEIXEIRA; RAPOSO, 2007). Esta separação pode ser inserida na teoria dos roteiros coercitivos de gênero, de John H. Gagnon (2006), que aponta o aprendizado das crianças sobre os roteiros sociais designados aos gêneros, contendo concepções de valores e comportamentos morais, através da

distinção do uso de roupas, brinquedos, e também, banheiros.

Segundo a Cartilha de Gênero e Diversidade na Escola, a sexualidade engloba, nas ciências sociais, “significados, ideais, desejos, sensações, emoções, experiências, condutas, proibições, modelos e fantasias”, configurados de acordo ao contexto social, histórico e temporal (BRASIL, 2009, p.112). Referindo assim às construções culturais sobre as relações sociais (como a saúde, a afetividade e o exercício do poder na sociedade) e corporais (a exemplo do erotismo, da reprodução e do desejo) dos prazeres (BRASIL, 2009). Utilizando das palavras do neuropsiquiatra Paulo Bearzoti:

sexualidade é energia vital instintiva direcionada para o prazer, passível de variações quantitativas e qualitativas, vinculada à homeostase, à afetividade, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil, ao erotismo, à genitalidade, à relação sexual, à procriação e à sublimação (BEARZOTI, 1994, p.5).

Partindo dessa reflexão, a sexualidade está para além da individualidade de cada sujeito, sendo uma problemática imersa nas esferas sociais, políticas, morais, religiosas, psíquicas, educacionais, históricas, culturais e éticas (LOURO, 2000a; XAVIER FILHA, 2014). Dessa forma, é de fundamental importância para as crianças a interação com as pessoas que integram seu meio social, pois, é através dos vínculos, estímulos e relacionamentos saudáveis com a sociedade que construímos a nossa sexualidade ao longo dos processos de desenvolvimento humano (BEARZOTI, 1994). Portanto, a sexualidade é aprendida e elaborada por vários sujeitos, em diferentes modos, ao longo da vida de cada pessoa (LOURO, 2000b).

Compreendendo a sexualidade enquanto assentada por processos históricos e culturais, Michel Foucault (1988) sinaliza a origem do modelo normativo de sexualidade, ainda presente em nossa sociedade ocidental, advindo do século XVIII. O filósofo elabora o conceito de Dispositivo da Sexualidade, se referindo a estratégia perversa de gerenciar e controlar o desenvolvimento dos corpos, dos sujeitos e suas subjetividades, através de discursos, instituições, regulamentações, leis, medidas administrativas, e teorias científicas, filosóficas, morais e filantrópicas (FOUCAULT, 1979). Configurando determinadas formas de manifestação e vivência da sexualidade como ilegítimas, retendo assim a sua existência sob controle para a manutenção das relações de hierarquia e poder (FOUCAULT, 1988).

Sobre as concepções acerca da sexualidade infantil nos séculos XIX e XX, a doutora em estudos de gênero Pilar Anastasía González (2019), em uma pesquisa de análise sócio semiótica dos discursos, nos apresenta duas elocuições sociais que permearam a época. A primeira parte da burguesia vitoriana do século XIX, que configurou a infância como um período assexual da vida, sendo a criança uma figura representativa da inocência e do sagrado. Em oposição a essas narrativas, as considerações da psicanálise freudiana, da antropologia, psicologia e sociologia, fundamentaram a sexualidade infantil como natural, normal e essencial para o desenvolvimento humano (GONZÁLEZ, 2019).

Mediante a consolidação dos movimentos de luta contra a violência sexual infantil, no contexto dos Estados Unidos das décadas de 1970 e 1980, se estabelece uma estratificação da sexualidade por idade. Nesta norma, a sexualidade na infância é concebida como brincadeiras e experimentações destituídas de pretensões sexuais, que na adolescência irá se desenvolver com o surgimento de fantasias e identidades eróticas, alcançando na fase adulta a sua integralidade. Assim, constituiu-se a associação hegemônica da sexualidade como um produto correspondente à idade adulta (GONZÁLEZ, 2019). Esta percepção da vulnerabilidade das crianças, e da necessidade de serem protegidas, gera a elaboração de medidas normatizadoras e moralizadoras voltadas ao público infantil, presentes nas literaturas, no brincar e na educação.

Para Sigmund Freud (FREUD, 1996), fundador da Psicanálise, ciência que aborda os estados e processos mentais do comportamento humano e de suas interações com um ambiente físico e social, a sexualidade é resultado de diversas etapas do processo de desenvolvimento, ligadas às funções corpóreas, que percorre a infância e vida adulta dos indivíduos. Afirmando a existência da sexualidade infantil, extrai-se a criança do universo da ingenuidade comumente atribuída a esta fase da vida. Tal afirmativa também evidencia o deleite e satisfação às suas necessidades, que são proporcionados através do despertar das prazerosas sensações ao corpo infantil, vivenciadas em suas auto eróticas descobertas.

Em sua obra “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1996), Freud nos apresenta as fases do desenvolvimento psicosssexual, sistematizadas na tabela a seguir:

TABELA 4: FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

FASE ORAL	0 - 1 ANO	É através da boca que ocorrem as primeiras interações da criança, sendo ela essencial para a alimentação e para exploração do meio.
FASE ANAL	1 - 3 ANOS	Este período é marcado pelo aprendizado dos processos de evacuações e higiene, onde a criança desenvolverá prazeres e desprazeres com esta parte do corpo.
FASE FÁLICA	3 - 6 ANOS	Fase onde a criança percebe as diferenças entre os sexos, podendo desenvolver uma maior atração ao/a seu genitor(a) de sexo oposto. Para ter uma maior resposta afetiva, a criança se aproxima de características do(a) genitor(a) do mesmo sexo.
FASE LATENTE	6 ANOS - PUBERDADE	Estágio resultante da intervenção de outros sujeitos nas manifestações sexuais, onde os desejos sexuais serão reprimidos e a atenção se voltará para o desenvolvimento social que não envolve a sexualidade.
FASE GENITAL	PUBERDADE	O aumento dos impulsos sexuais faz emergir os conflitos estabelecidos nas fases anteriores. É um período onde se toma maior consciência das identidades sexuais e se busca meios de realizar os seus desejos eróticos e interpessoais.

Fonte: A autora (2020)

O autor César Nunes e a autora Edna Silva (2006) nos apontam que, nas primeiras duas fases do desenvolvimento sexual infantil as experiências estão voltadas à descoberta do próprio corpo, explorando as suas “múltiplas possibilidades e características”, onde o cuidar-se e interagir consigo é também para criança uma relação de afeto, associada às experiências de auxílio dos adultos responsáveis com ela (NUNES; SILVA, 2006, p.77; ZORNIG, 2008). Entre os três e quatro anos, essas manifestações se intensificam e se observa a manipulação dos órgãos genitais, que, apesar de não intencional, proporcionam intenso prazer para a criança e uma apropriação sensorial do próprio corpo e as potencialidades dele (NUNES; SILVA, 2006). Estas experiências são resultantes de impulsos biológicos e psíquicos, estabelecidos pelos instintos e necessidades sexuais, que podemos compreender como libido. O objeto do instinto sexual abrange tudo que intermedia o objetivo do

impulso sexual, podendo ser partes do próprio corpo (como podemos observar na fase oral e anal) ou de outra pessoa (como ocorre após a puberdade), e outros elementos externos ao corpo biológico (BEARZOTI, 1994; NUNES; SILVA, 2006).

Retomando as interseccionalidades desta discussão, o estudo desenvolvido pela pesquisadora Jucélia Santos Bispo Ribeiro (2006), sobre a relação da socialização e a construção da identidade de gênero e sexualidade, no brincar de crianças de uma determinada comunidade da Bahia, nos revela diferenciações nas manifestações e leituras sexuais de meninos e meninas. Apesar de a percepção das diferenças entre os gêneros ocorrerem cada vez mais cedo, com a melhor articulação das falas e o avanço no desenvolvimento cognitivo, as crianças iniciam processos mais profundos de assimilação e classificação entre gêneros e práticas sexuais (RIBEIRO, 2006).

No contexto da pesquisa realizada, partindo da perspectiva dos meninos, as meninas que possuem comportamentos mais agressivos, permissivas às manifestações sexuais e afetivas dos meninos e que transitam nos espaços “deles”, são tidas como assanhadas. Já as que não interagem com eles e repreendem suas ações, são vistas como comportadas. Na ótica das meninas, os meninos são naturalmente agressivos e afeitos à sexualidade, assumindo ações provocativas e obscenas (RIBEIRO, 2006). Estas observações refletem a naturalização da sexualidade como um traço característico e dominante dos garotos, e que, quando expressos pelas meninas, tomam um teor inapropriado. Desse modo, expressar sua sexualidade e corresponder às ações dos meninos, é se inserir numa situação que não lhe seria naturalmente compatível, sendo então compreendida como desqualificada e portadora de uma sexualidade não controlada. Sendo assim, estas garotas elaboram a sua sexualidade de modo a reprimi-la, negando os seus corpos e desejos que ele possui, ou arriscam subverter as condutas e vigilâncias das ideias hegemônicas (RIBEIRO, 2006).

Para introduzir os conceitos e discussões que tangem a erotização infantil e a sexualização precoce, ocasionadas pelo meio social, cultural e midiático, faz-se necessário compreender os diferentes discursos sobre as infâncias que se estabeleceram ao longo da história, pois, as diferenças nos atravessamentos raciais, temporais, geográficos, sociais, de classe e gênero, produzem múltiplas percepções

e infâncias (MULLER, 2007). No período da Idade Média (século V a XV) e do Renascimento (século XIV a XVI) as crianças eram vistas como adultos de baixa estatura, que, apesar de dependentes e inexperientes, desempenhavam as funções de trabalho tal qual os adultos, partilhando o mesmo espaço nos processos de aprendizagem, e não havendo assim diferenciação de características entre as duas categorias etárias, além da força e altura (PAULA et al., 2018). Sobre essa perspectiva, as pesquisadoras Elane da Silva Plácido e Maria da Conceição Santos (PLÁCIDO; SANTOS, 2021) fazem um paralelo com a vivência das crianças no cenário de escravidão no Brasil, onde, na faixa dos quatro anos, experienciavam junto aos seus descendentes o sofrimento das atividades impostas pelo regime escravocrata. A ideia primária de infância é elaborada pela igreja, a qual eram representadas como anjos, sendo assim símbolos sagrados de inocência e pureza. Com o advento da escolarização, no século XVII, ocorre a separação de crianças e adultos, e se estabelece a infância enquanto categoria social com suas características, crenças, normas, socializações e representações específicas (PAULA et al., 2018).

Uma problemática frequente nos estudos relacionados à infância e a sexualidade, trata do poder e interferência da mídia na formação das crianças. Ao fim da década de noventa, o educador e teórico de mídia Neil Postman (1999) nos apontou a dissolução das barreiras entre infância e fase adulta após a criação da televisão, pois, através desta, todo conteúdo, incluindo os que eram omitidos para os sujeitos até que se alcançasse uma maior idade, eram difundidos e acessados por crianças e adultos (POSTMAN, 1999). A criança, sendo agora um alvo principal de consumo, transita do outrora estado frágil, inocente e dependente dos aprendizados fornecidos pelas ações e conhecimentos de um adulto, para o domínio global do mercado e suas normas, transmitidas através dos estímulos audiovisuais e da gestão da ludicidade (SALGADO, 2012). Essas mudanças sociais e culturais remodelam, a cada instante, as concepções do universo infantil e adulto.

As representações do ser criança e do ser adulto expressas nos veículos de comunicação são elaboradas por sujeitos adultos, e contribuem para a formulação das identidades infantis (POSTMAN, 1999). Uma parte significativa do consumo das crianças são os desenhos animados, com seus personagens e narrativas que atravessam as barreiras entre ficção e vida real, através da venda de brinquedos,

roupas e outros produtos. Investigando a relação do desenho animado e as suas contribuições na produção de referências simbólicas das crianças acerca da infância, vida adulta, ser menino e ser menina, a pesquisadora de Psicologia do Desenvolvimento, Raquel Gonçalves Salgado (2012), faz uso da exposição do desenho “As meninas superpoderosas” e de músicas da cantora Kelly Key, para crianças da Educação Infantil, como objeto de análise.

As narrativas contidas no desenho revelam o cenário de reconfiguração das figuras infantis e adultas, e as relações entre estes, apontadas por Neil Postman, onde se observa o personagem adulto (o Professor) como responsável pela educação e cuidado das crianças superpoderosas (Florzinha, Docinho e Lindinha) que rompem o discurso de fragilidade e vulnerabilidade infantil. Visualizando a realidade que nos cerca, encontramos infâncias contemporâneas similares, que desestruturam as fronteiras etárias quando acessam e se integram das culturas outrora pertencentes ao universo adulto, como posturas, músicas, moda e danças (SALGADO, 2012).

Enfatizando a posição da cultura popular atual na composição da subjetividade das meninas, se aponta o desempenho da mídia na representação heróica de meninas sexualizadas precocemente, perspicazes e maliciosas, como uma ameaça para o discurso de uma infância ingênua e distante da realidade do adulto. As representações simbólicas contidas nas músicas da cantora Kelly Key revelam uma jovem forte, inteligente e ingênua, mas também erotizada, e são modelos de normatização como estes, presentes nos produtos midiáticos da cultura e tempo vivenciados pelas meninas, que contribuem para o estabelecimento de qualidades e experiências a serem alcançadas (SALGADO, 2012).

A erotização, por definição, é o ato ou o produto de promover sensações eróticas a si ou ao outro. Quando falamos de erotização infantil remetemos ao estímulo de uma sexualidade e sensualidade não correspondentes aos anseios naturais das crianças, antecipando processos do seu desenvolvimento que podem expor a situações de vulnerabilidade (SILVA, 2017). Junto à erotização ocorre a adultização e sexualização precoce, que, através de influências externas, alteram os comportamentos das crianças de modo a reproduzirem ações e preferências adultas e inadequadas a sua faixa etária. Podemos observar esses estímulos nos conteúdos

musicais, publicitários, literários e cinematográficos, na incorporação da moda adulta ao vestuário infantil, nas danças, no uso de maquiagens, e também na viralização da exposição destes corpos nas redes sociais (GONZÁLEZ, 2019).

Modeladas pelas influências mercadológicas, as infâncias sofrem processos de erotização e sexualização precoce, tornando tênue a distância entre o mundo do adulto e da criança (PATERNO, 2011), o que ocasiona o início das atividades sexuais cada vez mais cedo (BONFIM, 2012). Esses estímulos e sistemas de adultização são ferramentas importantes para a produção e comércio de conteúdos sexuais utilizando dos corpos infantis, onde, as imagens compartilhadas pelas(os) responsáveis, e/ou pelas próprias crianças, em suas mídias sociais e jogos online, mesmo não sendo de natureza sexual, são utilizadas e manipuladas para vendas pornográficas (GONZÁLEZ, 2019). Desse modo, ao longo dos estudos, encontramos a compreensão da infância como um período de vulnerabilidade à sexualidade, que deve ser protegido pela sociedade e pelo Estado, e a infância hipersexualizada pela indústria cultural. Entre estes se faz necessária uma abordagem atenciosa e preventiva, de modo a assegurar às crianças conhecimento e segurança necessários ao seu período de desenvolvimento (GONZÁLEZ, 2019).

Sobre os processos de erotização, as pesquisadoras Guacira Lopes Louro (2003) e Valerie Walkerdine (1999) evidenciam a complexidade dos efeitos destes nas construções identitárias de gênero e sexualidade de meninas.

A erotização das garotinhas é um fenômeno complexo, no qual um certo aspecto da sexualidade feminina e da sexualidade infantil é entendido como corruptor de um estado de inocência. A culpa é atribuída tanto aos homens: maus, abusadores e portanto portadores de uma patologia quanto, inversamente, às pequenas lolitas¹⁴ que tentam os homens (WALKERDINE, p.79, 1999).

Neste trecho a autora expõe a contradição na leitura dos adultos sobre as meninas, onde elas são tidas como frágeis inocentes, e também sedutoras, provocativas e sexuais. Esta oposição reflete na construção das identidades, pois podemos ver uma forte disseminação pública de um modelo a ser apoderado, o da menina erotizada e próxima a uma mulher adulta, e que é, simultaneamente, uma ruptura da inocência e uma acentuação da sua vulnerabilidade às violências sexuais

¹⁴A autora referencia a personagem do livro *Lolita* (1955), de Vladimir Nabokov, que retrata uma criança hipersexualizada e vítima de violência sexual. Trazendo para o contexto atual, são as novas infâncias de meninas erotizadas e adultizadas, produzidas pela desmedida exposição sexual.

(WALKERDINE, 1999).

Outro fator que se destaca na literatura é o racial, que tem forte fundamentação histórica do contexto de escravização vivenciado em nosso país. No sistema colonial, os corpos de mulheres negras eram violados constantemente por homens brancos, com a finalidade de produzir gestações sucessivas que avançassem o processo de embranquecimento da população brasileira. Segundo bell hooks (1995), para justificar essas violências, a branquitude configura um repertório iconográfico onde estas mulheres negras são caracterizadas “como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (hooks, 1995, p.469). Nesse sentido, as pesquisadoras Míriam Cristiane Alves e Alcione Correa Alves, fundamentam o conceito Colonialidade da Sexualidade, que aponta a inventada reconstituição dos corpos de modo a atribuir-lhes estereótipos e/ou fetiches, retirando dos corpos negros a representação das diversas e emancipatórias possibilidades de existência (ALVES; ALVES, 2020). Considerando as identidades como resultante das performatividades dos discursos aos quais somos expostas(os) ao longo da vida, a consolidação dessa figura erótica e animalesca agrega às mulheres negras um fardo histórico (MELO; LOPES, 2013). Desse modo:

Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas. Portanto, nosso lema deve ser: organização já! (GONZALEZ, 2020, p.250).

Considerando as interseccionalidades expostas, que atravessam a sexualidade e os processos de erotização dos corpos infantis, precisamos pensar as questões relativas à sexualidade das crianças considerando as subjetividades e identidades diversas de cada sujeito. Como afirmam Camargo e Ribeiro (1999), as crianças gostam e se realizam ao explorar o próprio corpo e serem tocadas, experimentam a si mesmos e seus arredores, limites e possibilidades de experiências (CAMARGO; RIBEIRO, 1999). Contudo, ainda que esse processo se estenda por toda a vida, é na infância que se inicia, e nos cabe compreender e respeitar essa constatação, estabelecendo um diálogo aberto, para que se possa perceber a sexualidade para além do contato físico, contemplando as afetividades e o respeito. A escola, por sua vez, tem por obrigação dar a atenção necessária, tendo

o devido cuidado de como trabalhar/lidar com o despertar da sexualidade infantil e suas nuances, reforçando as regras socioculturais em que estas crianças estão inseridas, atentando-se também para o que é permitido ou não no espaço coletivo ou individual, público ou privado.

4.5 SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil (EI), segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), corresponde a “primeira etapa da educação básica”, voltada para a educação e cuidado de crianças de 0 a 5 anos, podendo ter jornada integral ou parcial (BRASIL, 2010, p.12), tem como compromisso promover o desenvolvimento das crianças (físico, psicológico, intelectual e social) em sua integralidade. Essa etapa de ensino é ofertada por espaços institucionais, como creches e pré-escolas, responsáveis pela complementação das práticas familiares e sociais para a educação e cuidado das crianças.

O fazer docente nos apresenta diversas experiências desafiadoras, a qual somos surpreendidas(os) e questionamos as nossas competências e habilidades em lidar com situações cotidianas da escola. Na Educação Infantil, nos deparamos com o nascer das manifestações sexuais mais nítidas aos olhares adultos, provocando situações conflituosas entre a criança, a escola e a família. Ao notar-se expressões da identidade sexual, brincadeiras que envolvem o toque em si e/ou na(o) outra(o), a equipe pedagógica se encontra incerta frente à diversas indagações. Devemos agir? Como intervir adequadamente? De algum modo, como estas ações irão afetar o desenvolvimento da criança? Diante de tantos questionamentos, muitas vezes, ficamos paralisadas(os) ou reproduzimos uma ação de repressão imediata.

Através das brincadeiras, gestos e movimentos, as crianças, desde muito cedo, vão explorando o espaço em que transitam e tornando-se seres conscientes da sua “corporeidade, de suas sensações e necessidades, potencialidades e limites” (BRASIL, 2017, p.30), necessitando do auxílio de adultos para receberem um suporte acolhedor e significativo (ZORNIG, 2008). Deste modo, as manifestações sexuais vão se apresentando no espaço escolar, conforme o desenvolvimento infantil, colocando a equipe pedagógica em uma posição de insegurança e constrangimento, muitas vezes, devido às angústias acerca da própria sexualidade e a norma de repressão aos prazeres infantis estabelecidos na instituição escolar

(FOUCAULT, 1988; RIBEIRO, 1989; COSTA; CIAFFONE; GESSER, 2014).

Para compreender os documentos políticos educacionais brasileiros que assentaram os debates e prescrições acerca da sexualidade e educação sexual, nos aprofundamos nos estudos de análise documental e pesquisa bibliográfica de Luciana Uchôa Barbosa, Cátia Silene Carrazoni Lopes Viçosa e Vanderlei Folmer (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Em 1997, foram elaborados pelo Ministério da Educação os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento pioneiro que traz para as instituições educacionais a orientação sexual como um tema a ser transversalizado nos conteúdos do currículo, tendo por objetivo a sistematização das ações pedagógicas frente ao tema, a partir do fomento de diálogos entre as equipes pedagógicas, administrativas e técnicas, e responsáveis por estudantes (BRASIL, 1998; FURLANI, 2007). Sobre a implementação desta, escreve o Ministério da Educação:

A Orientação Sexual na escola é um dos fatores que contribui para o conhecimento e valorização dos direitos sexuais e reprodutivos. Estes dizem respeito à possibilidade de que homens e mulheres tomem decisões sobre sua fertilidade, saúde reprodutiva e criação de filhos, tendo acesso às informações e aos recursos necessários para implementar suas decisões. [...] O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Com relação à gravidez indesejada, o debate sobre a contracepção, o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la. Para a prevenção do abuso sexual com crianças e jovens, trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da auto-estima, com a conseqüente inibição do submetimento ao outro (BRASIL, 1998, p.293).

Analisando o cenário posterior à efetivação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, as pesquisadoras e o pesquisador tecem alguns apontamentos. O primeiro se trata dos fatores que levaram ao insucesso dos PCN, pois, apesar destes parâmetros terem contribuído para o princípio das discussões e implementações dos conteúdos de sexualidade no espaço escolar, as instituições escolares não fizeram uma eficaz adesão às orientações (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Para além disso, salientam a necessidade de que os Parâmetros Curriculares Nacionais se adaptassem às mudanças socioculturais e políticas do Brasil, sendo oportuno resgatar os PCN e considerar sua reestruturação e adoção efetiva na prática docente (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Outro documento referente ao campo da educação é o Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), concebido em 2001, que estabeleceu a política educacional, diretrizes, metas e estratégias. Porém, tal qual os PCN, o Plano Nacional de Educação de 2001 também não teve efetiva adesão, e suas metas e objetivos foram parcialmente ou totalmente não contemplados nas práticas educacionais (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Em seu tópico “Objetivos e Metas” determina-se:

12. Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais (BRASIL, 2001).

Em 2004 grandes mudanças ocorrem no campo político e social brasileiro, com o surgimento do “Movimento Escola Sem Partido” (MESP), fundado por Miguel Francisco Urbano Nagib, atual Procurador do Estado de São Paulo, inspirado pelo movimento estadunidense “No Indoctrination”, composto por responsáveis e discentes reunidos através de um fórum on-line de denúncias anônimas, buscando combater educadores que promoviam discussões políticas em sala de aula, vistas pelo movimento como uma tentativa de doutrinação aos alunos (SILVEIRA, 2019). Os fundadores de ambos os movimentos compreendem que a maioria dos professores, livros e planos de aula ignoram a distinção entre comportamento educacional e comportamento de doutrinação, então, os ambientes de discussão e manifestação destes grupos são ferramentas para que estudantes e responsáveis denunciem as “doutrinações” relacionadas aos conteúdos programáticos, materiais didáticos, ações e propostas dos professores na disseminação do conhecimento (SILVEIRA, 2019).

Ao contrário do que defendemos, fundamentadas pelo grande legado de Paulo Freire que afirma a educação como um ato de amor e coragem (FREIRE, 2000), o filósofo Armindo Moreira, referência para o movimento “Escola sem Partido”, defende que só quem ama os alunos pode ser efetivamente educador, e pedir as/os professoras(es) para serem educadoras(es) é pedir-lhes que amem os alunos, o que não é um sentimento necessário para se engajar numa carreira profissional. Logo, nessa perspectiva, o comportamento educacional será de responsabilidade da família e da religião, e as/os professoras(es) estão limitadas(os)

à orientação e transmissão de conhecimentos neutros (MOREIRA, 2012).

Zuleide S. Silveira enfatiza a intensa relação entre Estado, religião e política existente no Movimento Escola Sem Partido afirmando que, apesar deste grupo conceber diferentes influências, eles são, principalmente, intelectuais evangélicos e católicos, ocupando posições de liderança em conselhos e organizações, bem como assumindo domínio sob a mídia e a informação. No entanto, devido à sua presença destacada no espaço público nacional (sociedade civil e sociedade política), os evangélicos destacam-se por meio dos discursos e das práticas extremistas (SILVEIRA, 2019). Sobre o enlace entre política e religiosos evangélicos, Christina Vital e Paulo Victor Leite Lopes dissertam:

[...] a movimentação do campo político e religioso pelos evangélicos introduziu um *empowerment* de diferentes tradições religiosas (embora isto possa parecer contraditório) que, ao invés de negarem o papel da religião no espaço público, passaram a reivindicar um lugar para si a fim de ampliarem a influência de suas denominações e tradições, assim como de suas lideranças e valores, baseados no “discurso dos direitos” e da democracia (demandando um acesso democrático aos bens políticos) (VITAL; LOPES, 2013, p.5).

Com o destaque do movimento e a tentativa de instauração do Projeto Escola Sem Partido (PESP), em 2018, cerca de sessenta projetos de lei tramitavam no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, destinados ao impedimento da doutrinação política e ideológica de docentes para discentes (FURLANETTO et al., 2018). Dentre estas manifestações no poder legislativo frente aos documentos regulamentadores da educação nacional, o movimento propôs significativas retiradas de termos e discussões na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), no atual Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC/2017), relacionadas a proibição da “doutrinação” política, religiosa, moral, de orientação sexual e da ideologia de gênero nas escolas. A perda destes conteúdos nos documentos regulamentadores é, para a área educacional, um retrocesso que reflete o poder alcançado pelos representantes legislativos conservadores.

As elaborações destes recentes documentos foram envoltas por debates nacionais entre os movimentos fundamentalistas, que negam as múltiplas possibilidades de expressão sexual, política e religiosa, e os defensores de uma educação inclusiva pautada nos direitos humanos. Uma grande manobra realizada

pelos conservadores foi a polêmica do nomeado pejorativamente como “kit gay”, onde deputados apresentaram erroneamente um material, destinado a travestis e transexuais usuários de drogas injetáveis, e o livro “Aparelho Sexual e Cia”, como se esses integrassem o conjunto de instrumentos propostos pelo projeto “Escola Sem Homofobia¹⁵” (VITAL; LOPES, 2013).

Junto a polêmica do “kit gay” chega ao Brasil, em 2014, durante as discussões acerca do Plano Nacional de Educação vigente até o ano 2024, a chamada “ideologia de gênero”, referindo-se a uma presumida ação dos movimentos e estudos feministas e LGBTQIA+¹⁶ para ensinar as crianças a aderirem orientações sexuais dissidentes, tendo como grande combatente o Movimento Escola Sem Partido (MESP). A concepção da existência de uma ideologia de gênero, como plano dos estudos sobre feminismos, mulheres e gêneros, parte dos domínios ultraconservadores da Igreja Católica, onde esta é referida sob o rótulo político de ideologia ou teoria de gênero (JUNQUEIRA, 2017). Esta perspectiva representa uma movimentação contra as políticas públicas voltadas às identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes, utilizando do poder e visibilidade das instituições católicas e neopentecostais para propagar posicionamentos e discursos conservadores sobre os debates sociais que estão sendo mobilizados (CORNEJO-VALLE; PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento que regulamenta as aprendizagens essenciais para que estudantes das instituições educacionais públicas e particulares brasileiras, de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, tenham acesso a um desenvolvimento pleno, publicada em 2017, reflete os retrocessos educacionais nos debates acerca da sexualidade. Nesta versão do documento, a temática é apenas inserida nas orientações aos anos finais do Ensino Fundamental na seção de Ciências da Natureza, o que pode restringir a sua abordagem à esfera biológica, contemplando conteúdos relacionados à saúde, anatomia e fisiologia da reprodução, e transformações físicas causadas pela

¹⁵Proposto pelo Ministério da Educação, liderado por Fernando Haddad e organizações não governamentais nacionais e internacionais, com a finalidade de combater a homofobia nas escolas brasileiras. Dada a pressão de parlamentares evangélicos e seus apoiadores, o material foi rejeitado pela então presidente Dilma Rousseff.

¹⁶Sigla referente a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queers, interessexuais, assexuais e demais pessoas, orientações sexuais e variações de gênero.

puberdade (FRANCO-ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021).

No que tange a Educação Infantil, a Base Nacional Comum Curricular estabelece competências que perpassam o autoconhecimento da criança, a sua interação com o outro e a diversidade, e determina direitos de aprendizagem para que essas competências sejam contempladas, de modo que as crianças desempenhem um papel ativo no processo (sendo estes: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) (BRASIL, 2017). Sobre isto, destacamos os seguintes campos de experiências, dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento:

O eu, o outro e o nós - [...] na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

[...]

Corpo, gestos e movimentos - [...] As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o participante privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão (BRASIL, 2017, p.40-41).

Assim, a relação de ensino e aprendizado deve proporcionar que a criança se conheça, se aprecie e se compreenda na diversidade humana, reconhecendo as suas próprias emoções e as dos outros, exercitando a empatia, diálogo e autocrítica, para que se alcance o respeito, acolhimento e valorização dos sujeitos e de “seus saberes, suas identidades, suas culturas e suas potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza” (BRASIL, 2017). Apesar de não haver uma orientação direta para a abordagem da sexualidade nesta etapa do ensino, compreendemos que esta discussão se insere nos seguintes objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, do campo “O eu, o outro e o nós”, para crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses):

Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.

[...]

Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive (BRASIL, 2017, p.45).

Para além do embate político e ideológico que permeia a abordagem da sexualidade na educação, e dos reflexos deste nos documentos legislativos e educacionais brasileiros, a formação pedagógica carece de instrumentalização acerca dessa temática. Pois, as manifestações sexuais, apesar de serem pautadas em muitos diálogos e estudos no mundo adulto, quando oriundas de corpos infantis são encobertas por uma atmosfera de negação e inadequação. Como se estes indivíduos não fossem, ou não devessem, ser sujeitos detentores de desejos e sensações compreendidas como sexuais, omitindo a existência natural da sexualidade na infância e o efeito cultural de adultização e hipersexualização das crianças. Segundo as autoras Dayana Brunetto Carlin dos Santos e Débora Cristina de Araujo, é comum que a/o docente apresente posicionamentos de oposição ou não manifestem a abordagem da temática quando confrontados às expressões da sexualidade infantil, o que pode ser justificado pela ausência ou superficialidade de conhecimentos, por questões atitudinais (como crenças, valores e moralidades) ou pelo receio de serem interpretados de modo desfavorável (SANTOS; ARAUJO, 2009, p.15).

Sobre a instrução dos profissionais da educação, no que se refere a sexualidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, alicerçada nas proposições presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabelecem fundamentos a serem contemplados na estrutura e currículo das instituições que dispõem de cursos de licenciatura. No Art. 5º do capítulo dois, “Formação dos profissionais do magistério para Educação Básica: Base Comum Nacional”, se estabelece que a formação dos profissionais docentes deve assegurar a base comum nacional, norteada pela compreensão do processo emancipatório e constante que é a educação, pautada no reconhecimento das singularidades da docência e do elo entre teorias e práticas, levando em consideração condições do ambiente educacional, para direcionar a(o) profissional à “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes

sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras” (BRASIL, 2015, p.6).

No capítulo quinto, “Da formação inicial do magistério da Educação Básica em nível superior: Estrutura e currículo” se determina que:

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, p.11).

Mediante estas normativas do Ministério da Educação, determinadas instituições de ensino superior trouxeram para os cursos de licenciatura a oferta de disciplinas que em sua ementa abordem a sexualidade, porém, em sua maioria, estes componentes são optativos, complementando a formação obrigatória da(o) discente (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2016). Utilizando a análise da Doutora em Educação Helena Altmann, anterior às Diretrizes Curriculares Nacionais de 2015, podemos inferir que a ausência da abordagem de temas como gênero, orientação sexual e diversidade sexual nos cursos de graduação, ainda presente nos tempos atuais, pode estar relacionada a rigidez e tradicionalidade dos currículos e a autonomia da(o) discente universitária(o) na escolha dos componentes complementares da sua formação (ALTMANN, 2013).

Destarte, é primordial que haja estímulo ao interesse e dedicação às/aos docentes, e que o processo formativo destas(es) profissionais subsidiem conhecimentos aprofundados acerca da sexualidade, possibilitando assim intervenções assertivas com as/os estudantes (COSTA; CIAFFONE; GESSER, 2014; FRANCO-ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021). Ao se instrumentalizar o corpo docente, é possível romper com o pensamento de que as manifestações sexuais infantis possuem origem patológica ou de violência sexual, e reconstruir a forma de atuação mediante essas expressões, desprendendo-se das concepções morais e religiosas, fornecendo as/os discentes as devidas orientações demandadas no que tange a sexualidade (YARED, 2011; FRANCO-ASSIS; SOUZA; BARBOSA, 2021).

Para além da reestruturação curricular das licenciaturas, se faz emergente

oferecer às/aos educadoras(es) formação continuada, como prezam as Diretrizes Curriculares Nacionais, de modo que estas(es) possam estar em constante aprendizado de conhecimentos sobre a sexualidade, que contemplem as pluralidades sociais, culturais, psíquicas, físicas, sexuais, afetivas, políticas e econômicas presentes no espaço escolar (NUNES; SILVA, 2006). Em concordância com a pesquisadora Taise dos Santos Ferreira, é importante que órgãos como o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria Estadual de Educação (SEE) e a Secretaria Municipal de Educação (SME), universidades, pesquisadoras(es) da sexualidade e as escolas, construam, em consonância, propostas formativas de uma educação emancipatória para a sexualidade, que confronte os processos de hipersexualização e erotização, e respeitem o desenvolvimento natural da sexualidade de cada criança (FERREIRA, 2016).

Na prática, a atuação docente frente às manifestações sexuais e a inserção desta temática no ambiente escolar devem ocorrer com fundamentação, naturalidade e sabedoria, onde, através da sexualidade podem ser desenvolvidas abordagens de conteúdos diversos que fazem parte da educação na infância. Como afirma Marcos Ribeiro, a sexualidade não deve ser isolada, e sim integrada nas ações realizadas no cotidiano escolar, atentando-se às curiosidades, demandas apresentadas e manifestações expressas pelas(os) discentes (RIBEIRO, 1999). Essa responsabilidade das/dos professoras(es) se expressa, para além de outros documentos reguladores da educação, na Lei de Diretrizes e Bases. Onde se estabelece, no Artigo 3º, que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
[...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
[...] XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996)

Considerando as orientações sobre a sexualidade como primordiais a formação das subjetividades das crianças, em meio às falhas no cumprimento dos documentos regulamentadores e ao déficit na formação docente, a equipe pedagógica deve estabelecer um “clima institucional” de colaboração e cooperação para a resolução dos conflitos, bem como a elaboração e formação coletiva de ações de intervenções no que tange a sexualidade infantil, em articulação com a

família, principal responsável pela formação social das crianças (SERRANO-LÓPEZ, 2019; BRASIL, 2017, p.71). A partir da aquisição de conhecimentos pelo corpo escolar e das experiências vivenciadas, que poderão quebrar-se os tabus e receios da abordagem de questões sexuais na Educação Infantil, colaborando para que as crianças experimentem seus processos de desenvolvimento de forma integral, segura e sadia (DELL'AGLIO; GARCIA, 1997).

5 DADOS, EXPERIÊNCIAS ESCOLARES E A SEXUALIDADE INFANTIL

5.1 APRESENTAÇÃO

Identificar o lugar/espaco em que se realizou esse estudo implica em situarmos o ambiente para entendermos onde as ações e relações são exercidas. Assim, caracterizar o espaco e os seres envolvidos no desenvolvimento da pesquisa é imprescindível para compreendermos de quais sujeitos estamos tratando.

Todos os encontros com o grupo focal ocorreram virtualmente, mas, propor a realização destes em modalidade metapresencial, ainda quando a equipe se encontrava muito resistente à adesão dos não usuais recursos tecnológicos como ferramenta de ensino/aprendizagem, não foi uma tarefa simples. Fez-se necessário uma política de convencimento individualizada, cheia de zelo e delicadezas para que esses ricos momentos de fala e escuta se efetivassem.

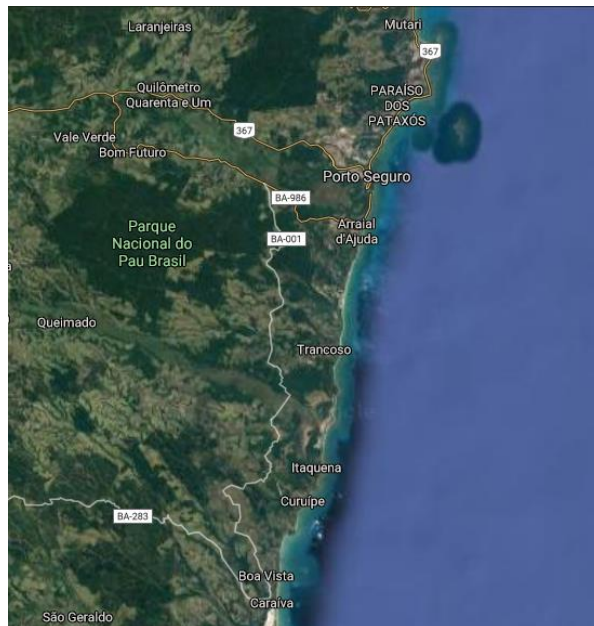
Enquanto levantava os dados de caracterização do território no qual se realizou o estudo, e elaborava os encontros com o grupo focal, estava muito aflita e incerta da concretização dos mesmos, frente às dificuldades encontradas. Mas, o desejo por corporificar este estudo, foi a mola propulsora para a crença de que era possível, e assim aconteceu.

5.2 LÓCUS DA PESQUISA

5.2.1 Arraial d'Ajuda, Porto Seguro, Bahia, Brasil

Porto Seguro é um dos 417 municípios que compõem o estado da Bahia. Instalado no ano de 1534, ocupa uma área territorial de 2418,26 km² (Mapa 1), de densidade demográfica de 52,42 hab/km² e com uma população de 126.929 habitantes (IBGE, 2010). Localizado na mesorregião Sul Baiana, composta por 70 municípios, Porto Seguro está situado a 7 metros de altitude e tem as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 16° 27' 4" Sul, Longitude: 39° 3' 53" Oeste. Limita-se com os municípios de Santa Cruz Cabrália e Prado e faz parte do Parque Nacional Pau Brasil, reserva natural no município (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL; IBGE CIDADES, 2017).

MAPA 1: PORTO SEGURO



Fonte: Mapa construído pela autora, através de recorte do Google Earth (2021)

A constituição histórica de seu povo se fundamenta nas populações indígenas, africanas e europeias em momentos distintos da história, marcada por processos violentos de apagamento e escravização das Maiorias Minorizadas¹⁷ (SANTOS, 2018).

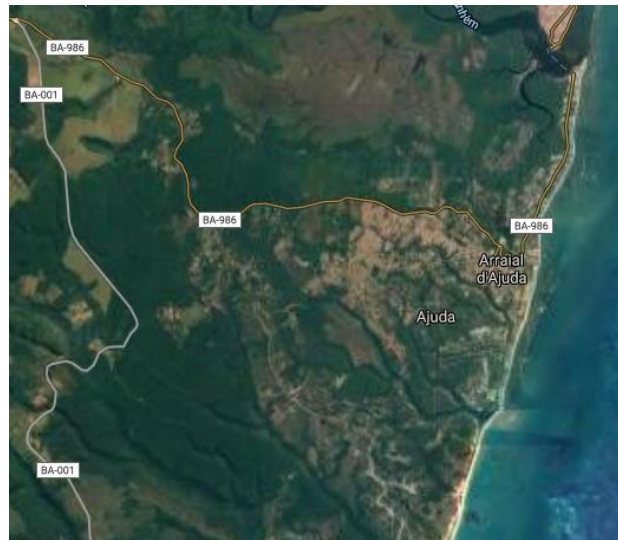
Quanto ao perfil racial da população porto-segurense, conforme os dados coletados pelo IBGE em 2010, de pessoas com 10 anos ou mais de idade, 14.027 pessoas declararam-se pretos, 59.860 pardos, 4.005 indígenas, 558 amarelas e 23.515 brancas (IBGE CIDADES, 2017). Deste modo, o agrupamento de pessoas pretas e pardas, que compõem a raça negra, representa 73.887, o que equivale a 72,46% do grupo analisado. Em relação aos dados sobre o sexo, a população de Porto Seguro, a partir dos 10 anos de idade, foi classificada neste censo em 50.981 do sexo masculino e 50.987 do sexo feminino (IBGE CIDADES, 2017).

Arraial d'Ajuda (Mapa 2) é um distrito de Porto Seguro, cuja população foi registrada em 16.997 habitantes (IBGE, 2010), conhecido por sua calma e belezas naturais que atraem milhares de turistas nacionais e internacionais, sendo o

¹⁷O conceito "Maioria Minorizada" de autoria do professor doutor Richard Santos, é um dispositivo analítico de racialidade que nos oportuniza a reflexão de que, apesar de sermos numericamente a maioria, enquanto sujeito de direitos, somos tratados como minoria.

lugar também fortalecido e difundido pelo turismo religioso. Conforme registros do Santuário Nossa Senhora d'Ajuda, este é o santuário mariano mais antigo do Brasil, fundado em 1549, sendo os seus 470 anos celebrados no ano de 2019 (GUTKOSKI, 2013).

MAPA 2: ARRAIAL D'AJUDA



Fonte: Mapa construído pela autora, através de recorte do Google Earth (2021)

5.2.2 A Educação Infantil pública no município de Porto Seguro

A implementação da Educação Infantil no município de Porto Seguro se inicia no ano de 1972 com a Escolinha de Educação Infantil Tio Patinhas (popularmente conhecida como "Escolinha das Irmãs"), conforme a registros em atas da casa das religiosas Servas do Sagrado Coração da Santa Volpicelli. A posteriori surgiram novas escolas de Educação Infantil, onde predominava a oferta em rede privada até o fim do século XX (PEREIRA, 2020).

A ampliação das ofertas de Educação Infantil por meio da Prefeitura Municipal se inicia a partir de 1996, onde a modalidade, naquele período, atendia crianças de 04 a 06 anos, correspondente a pré-escola (PEREIRA, 2020). A pesquisadora Valdirene Contarato Pereira (2020) ressalta em sua dissertação que:

com a sanção da Lei nº 11.274/2006 que regulamentou o ensino fundamental de 9 anos, foi estabelecido que Estados, Municípios e o Distrito Federal teriam prazo até 2010 para se adequarem à mudança. O município apresentava um total de 11.904 (IBGE, 2010) crianças de 0 a 4 anos. Ao todo hoje, pelo INEP 2019, são 6.413 matrículas na educação infantil; desse total, 5.121 crianças frequentam escolas municipais e 1.292 escolas privadas (PEREIRA, 2020, p.61).

Conforme os dados do Censo Escolar do ano de 2019 e a análise documental, disponibilizados para consulta na Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (SEDUC/PS), das 104 escolas municipais existentes, a oferta de Educação Infantil pública no município, ocorre em 71 unidades de ensino, sendo 47 delas localizadas na zona rural e 24 escolas situadas na zona urbana. Deste montante, 15 escolas atendem exclusivamente o público da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), e 56 unidades são mistas, atendendo, portanto, a modalidade de ensino denominada Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), bem como ao Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º ano), e Ensino Médio (1º ao 3º ano) em algumas escolas indígenas.

Na análise documental realizada presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, também foram investigados os dados dos Censos Escolares dos anos de 2013 a 2019 quanto à oferta da Educação Infantil (Creche e Pré-Escola), em caráter público e municipal, no distrito de Arraial d'Ajuda e no município em sua totalidade. Onde se evidenciou um crescimento gradual e significativo nos últimos quatro anos, no que se refere à oferta da educação pública municipal para as crianças da Educação Infantil, principalmente na etapa pré-escolar, conforme registrado na tabela a seguir:

TABELA 5: NÚMERO DE MATRÍCULAS NO MUNICÍPIO POR LOCALIDADE E ANO

LOCALIDADE	ANO DO CENSO						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CRECHES DE ARRAIAL D'AJUDA	35	20	17	34	35	36	98
PRÉ-ESCOLAS DE ARRAIAL D'AJUDA	362	388	333	322	397	361	424
TOTAL CRECHES DO MUNICÍPIO	964	791	834	858	956	1.126	1.228
TOTAL PRÉ-ESCOLAS DO MUNICÍPIO	3.358	3.509	3.263	3.386	3.613	3.815	3.863

Fonte: A autora (2020)

Em Arraial d'Ajuda, conforme os dados de início do ano letivo de 2020, das oito escolas municipais em funcionamento, quatro delas atendem a Educação Infantil. A Escola Indígena, localizada na Aldeia Velha, contempla a comunidade indígena no ensino da Educação Infantil (Pré-Escola), Fundamental I e Fundamental II. A creche de tempo integral, situada no bairro São Pedro, tem como público alvo estudantes de dois a três anos, com o ensino de Educação Infantil (Creche). No bairro Quintas do Arraial, popularmente conhecido como Estrada da Balsa, a escola atende a demanda da Educação Infantil (Pré-Escola), que se refere às crianças de quatro a cinco de idade, ofertando esta modalidade de ensino em tempo integral.

A escola pesquisada, no ano letivo de 2020, opera no ensino de Educação Infantil (Pré-Escola) e Fundamental I (1º e 2º ano). Conforme os dados fornecidos pela unidade escolar, no princípio deste ano letivo, o corpo administrativo e pedagógico, no que diz respeito à diretora, vice-diretoras, coordenadoras e professoras(es), totalizam 40 funcionárias(os). Sendo 39 (trinta e nove) do sexo feminino e 1 (um) do sexo masculino. Quanto ao perfil racial, 4 (quatro) declararam-se brancas(os), 1 (uma) preta e 35 (trinta e cinco) pardas.

5.2.3 Histórico e caracterização da unidade escolar pesquisada

FIGURA 1: UNIDADE ESCOLAR PESQUISADA



Fonte: A autora (2020)

Através dos registros consultados na instituição educacional em que a pesquisa foi executada (Figura 1¹⁸), disponibilizados pela direção e também com base nos documentos analisados na Secretaria Municipal de Educação de Porto Seguro (SEDUC/PS), constatamos que a referida escola ocupava um espaço físico em seu primeiro endereço que não é o atual, tendo sua fundação no ano de 1993 e ato de criação em 1994. Nesta unidade escolar, inicialmente, foi implantada a Educação Infantil, atendendo na época crianças de 04 a 06 anos. Cabe salientar que a justificativa das crianças de 06 anos serem atendidas na Educação Infantil é legítima, pois, tem data posterior a Lei nº 11.274/2006 que:

Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade (BRASIL, 2006).

Em 2009 a escola pesquisada, ainda de pequeno porte, ocupou outro prédio e já atendia a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I. Em 2016 a referida instituição foi transferida para um bem mais amplo e novo espaço físico, com auditório (inacabado), anfiteatro, caixa de areia, e um pátio extenso e coberto (sendo uma parte deste destinada ao refeitório). Dentre outras dependências estão: cozinha, despensas, banheiros masculinos e femininos para alunas(os) e funcionárias(os), secretaria, salas para professoras(es), direção, vice-direção, coordenação, arquivos e almoxarifados. Esse novo prédio agregou duas outras escolas, que na ocasião foram extintas, o que ocasionou a mudança desta escola de pequeno para médio porte, atendendo, portanto, um público ainda maior, majoritariamente oriundos dos bairros periféricos desta localidade, onde habita a classe social menos favorecida.

No ano de 2018, a citada escola operou com 34 turmas, das quais, 05 turmas eram de Pré I - Educação Infantil, 07 turmas de Pré II - Educação Infantil, e, quanto ao Ensino Fundamental, à escola atendeu 09 turmas de 1º ano, 07 turmas de 2º ano e 06 turmas de 3º ano. Neste espaço educativo há também uma sala destinada ao público atendido pelo Programa Novo Mais Educação, uma videoteca disponível conforme cronograma estabelecido para todas as turmas, uma sala de

¹⁸Salientamos que a imagem retrata um modelo estrutural comum às escolas municipais de Porto Seguro, não sendo assim possível identificar precisamente qual a unidade que integra esta pesquisa.

reforço escolar para atender alguns alunos do 2º e 3º ano do Ensino Fundamental I, e uma sala multifuncional para Atendimento Escolar Especializado (AEE), destinada para as/os alunas(os) com necessidades educacionais especiais, que são assistidos por uma pedagoga, preferencialmente no contraturno.

Em 2019 a procura de vagas foi aumentada, a sala multifuncional e de reforço foram mantidas, o Programa Mais Educação foi suspenso e a videoteca desativada. Assim, a escola passou a trabalhar com 38 turmas, das quais, 06 turmas referiam ao Pré I - Educação Infantil, 08 turmas ao Pré II - Educação Infantil, e, quanto ao Ensino Fundamental, a escola atendeu 10 turmas de 1º ano, 08 turmas de 2º ano e 06 turmas de 3º ano.

Mesmo em tempos de suspensão das aulas presenciais desde 17 de março por conta da pandemia da COVID-19, foi possível levantar com a direção da unidade escolar, em agosto de 2020, dados que sinalizam neste ano letivo a procura ainda maior por vagas na Educação Infantil. Dessa maneira, os alunos do 3º ano do Ensino Fundamental foram realocados para outra unidade escolar nas proximidades da referida instituição, e a sala de reforço foi fechada para adaptar o espaço físico existente possível de atender as 40 turmas matriculadas, das quais, no ensino presencial, 08 turmas são de Pré I - Educação Infantil, 10 turmas de Pré II - Educação Infantil, e, quanto ao Ensino Fundamental I, a escola opera 14 turmas de 1º ano e 08 turmas de 2º ano. Com a implementação do ensino remoto em 15 de março de 2021, a escola se reorganiza pois, dada a demanda, precisou ampliar-se o número de discentes por turma, tendo agora 08 turmas de Pré I - Educação Infantil, 11 turmas de Pré II - Educação Infantil, e, quanto ao Ensino Fundamental I, a escola opera 13 turmas de 1º ano e 08 turmas de 2º ano.

Finalizando o ano letivo de 2020, a matrícula total da referida escola contabilizou 907 (novecentos e sete) discentes, classificados e caracterizados na tabela a seguir conforme o levantamento realizado in loco, cumprindo as medidas e protocolos preventivos à disseminação do Coronavírus.

TABELA 6: NÚMERO DE MATRÍCULAS DA ESCOLA PESQUISADA POR SEXO

Nº DE DISCENTES	SEXO FEMININO	SEXO MASCULINO
-----------------	---------------	----------------

EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA)	PRÉ 1	181	91	90
	PRÉ 2	248	132	116
TOTAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL		429	223	206
ENSINO FUNDAMENTAL I	1º ANO	269	127	142
	2º ANO	209	111	98
TOTAL DO ENSINO FUNDAMENTAL I		478	238	240
TOTAL		907	461	446

Fonte: A autora (2021)

Atualmente a unidade escolar se localiza num bairro parcialmente pavimentado, possui saneamento básico, e fornecimento de água e energia através das companhias estaduais. A instituição é localizada numa área onde se encontram Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Posto de Saúde, uma escola estadual de Ensino Médio, uma creche municipal, uma escola municipal de Ensino Fundamental I e II, e a referida escola pesquisada, de Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Quanto ao perfil étnico-racial das(os) discentes da instituição pesquisada (Tabela 7), observa-se uma predominância de crianças negras, embora a documentação de matrícula do ano de 2020 conste com a maioria de não preenchimento ou não declaração da classificação racial (789 - setecentos e oitenta e nove discentes). Estes dados foram coletados através da análise das fichas de matrícula do ano letivo 2020. Destes, afirmam-se 10 (dez) brancos, 1 (um) indígena, 98 (noventa e oito) pardos e 9 (nove) pretos.

**TABELA 7: NÚMERO DE ALUNOS DA ESCOLA PESQUISADA POR
DECLARAÇÃO RACIAL**

Fonte: A autora (2021)

O bairro Santiago, que possui escola de Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano, se situa em uma área periférica com fornecimento de água e energia, parcialmente com saneamento básico e pavimentação, habitado por pessoas em sua maioria negras e de baixa poder aquisitivo.

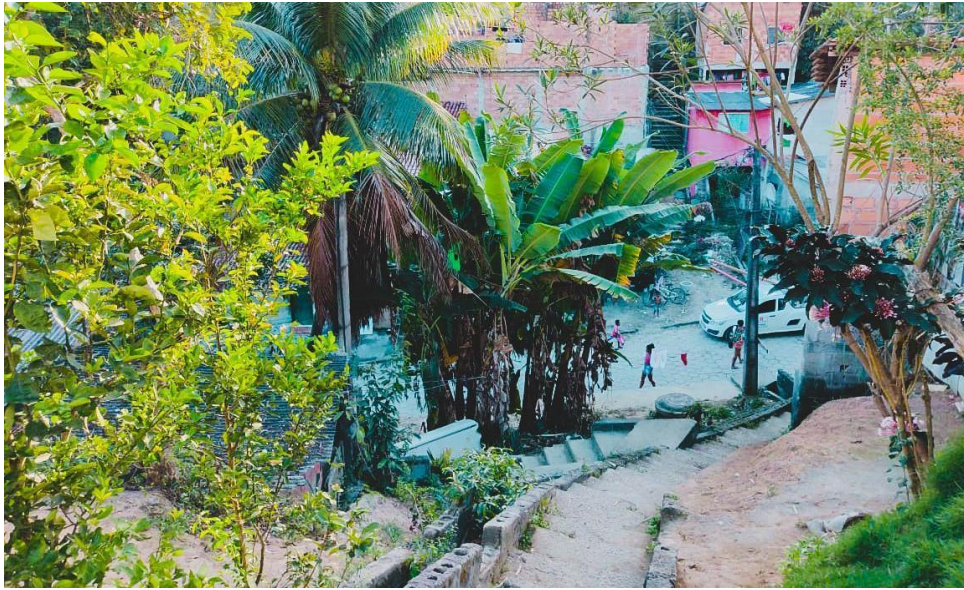
FIGURA 2: BAIRRO SANTIAGO



Fonte: A autora (2020)

O bairro São Pedro possui creche e escolas de Ensino Fundamental I e II (de primeiro ao nono ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), se situa em um território populoso, com fornecimento de água e energia, com saneamento básico e pavimentação quase total, habitado por pessoas em sua maioria negras e de classe baixa e média, onde se estabeleceu uma expansão da área comercial.

FIGURA 3: BAIRRO SÃO PEDRO



Fonte: A autora (2021)

O Alto do Villas, bairro recém constituído, não possui pavimentação e rede de esgoto, o fornecimento de água se dá em grande parte via poço artesiano, e a rede elétrica da empresa de eletricidade estadual não contempla todos os moradores, que recorrem às ligações clandestinas. Este já possui habitação de pessoas negras de classe baixa e média, sendo uma grande parcela em situação de vulnerabilidade social, atendidas pelos programas governamentais.

FIGURA 4: BAIRRO ALTO DO VILLAS



Fonte: A autora (2020)

O Centro é uma área histórica e turística que concentra grande parte do comércio local, logo, possui pavimentação, saneamento básico e fornecimento hidráulico e elétrico. Neste território habitam, a alta classe (majoritariamente advindas(os) de outras localidades), nativas(os) e trabalhadoras(es) que moram em seus ambientes de trabalho.

FIGURA 5: CENTRO



Fonte: A autora (2021)

Os sujeitos moradores do bairro Novo Arraial são servidores públicos, pequenos empresários do comércio local, profissionais liberais, principalmente do ramo de alimentação e hotelaria, em sua maioria negros e de classe baixa e média. Este é parcialmente pavimentado, com saneamento básico, abastecimento de água e energia.

FIGURA 6: BAIRRO NOVO ARRAIAL

Fonte: A autora (2020)

A caracterização aqui apresentada se dá através das observações na instituição pesquisada e a realização das análises das documentações arquivadas em modo físico na unidade escolar, no período de 2020 e 2021, tomando todas as medidas de segurança necessárias ao manuseio de papéis em tempos de pandemia.

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.3.1 Descrição dos encontros

Em consenso aos relatos de timidez, resistência, desconhecimentos e/ou repulsa aos aplicativos disponíveis para realização de reuniões virtuais, a opção pensada para o primeiro encontro, realizado em julho e agosto de 2020, foi dividir a equipe em três subgrupos (lembrando que inicialmente o grupo focal tinha maior número de participantes), pois assim teria o número máximo suportado por videochamada via WhatsApp, aplicativo que todas já utilizavam e estavam particularmente familiarizadas. As datas e horários foram previamente agendados, nos dias anteriores foram enviadas mensagens lembretes e, uma hora antes das horas combinadas, foi reforçado o convite. Nos horários estabelecidos, todas se

fizeram presentes para a realização das chamadas. Apenas, duas das participantes tiveram problemas de conectividade, participando parcialmente do encontro, o que foi solucionado com chamadas individuais, em momentos posteriores, para complementação das informações e proposições desse encontro, cujo objetivo foi explanar a proposta de trabalho a ser desenvolvida, bem como, caracterizar o grupo focal, a fim de garantir que todas as participantes estivessem cientes da sua colaboração e das pretensões deste estudo.

Foram momentos emocionantes de reencontros, regados de sorrisos, lágrimas e afetos. Estávamos cheias de saudades, afinal, nunca ficamos tanto tempo sem o contato visual e físico que o exercício profissional no espaço escolar em comum nos proporciona. Lamentamos o peso que o afastamento ocasionado pela suspensão das aulas nos causou, já que a reação de todas provou que as presentes e seus familiares, naquele momento, encontravam-se bem e com saúde, reforcei a importância de todas continuarmos nos preservando e nos cuidando.

Estávamos todas bem eufóricas e estes instantes interessantíssimos, contudo, era preciso organizar o ambiente para garantir a fala e escuta de todas. Afinal, já que a pandemia nos coloca para aprender a dialogar em outros formatos, nós enquanto sujeitos adaptáveis e comprometidos que somos, vamos descobrindo e experimentando mecanismos para utilizar a tecnologia em nosso favor. Para que possamos, dessa maneira, trocar conhecimentos e informações, minimizar as distâncias e preencher as lacunas do isolamento social e dos déficits na formação profissional.

Para além do acolhimento, dos informes e das boas-vindas, foi aproveitada a oportunidade para salientar que todas são sujeitos anônimos (portanto, serão utilizados nomes fictícios, dessa maneira, nossas identidades enquanto pessoas, profissionais, bem como a identificação da instituição em qual atuamos serão preservadas), enfatizar a importância do “sim” de cada uma delas e já expressar a gratidão por aceitarem o convite. Logo neste momento, a professora Dandara aos risos disparou: “só você minha coordenadora, pra me fazer aceitar uma chamada dessas, mas vou logo avisando, nem me peça para abrir a câmera!” (DANDARA, 2020). Essa declaração automaticamente foi seguida de outras vozes que repetiam: “concordo”, “eu também”. Assim, um mix de sentimentos povoaram os meus

pensamentos. Felicidade pelo carinho, parceria e credibilidade conquistada, mas receio de ter a pesquisa comprometida por não poder acompanhar as reações advindas do corpo que se expressa durante o processo de fala e escuta que, na atual circunstância, só se elas aceitassem abrir suas câmeras essas reações me seriam visíveis e registradas.

Subitamente, apelei para as minhas memórias e os ensinamentos do renomado educador Paulo Freire (FREIRE, 1996) e proferi: “nos movemos como educadoras, porque primeiro nos movemos como gente”. Mencionei também os Círculos de Cultura, método criado pelo mesmo autor e exposto na obra “Educação como prática da liberdade” (1967), que valida o diálogo como ponto central da arte do ensinar e aprender. Dessa maneira, foi feita a conexão com a realidade docente que estava nos sendo imposta (o retorno às aulas de modo remoto), compreendendo os nossos encontros (da pesquisa) também como um movimento de ensino/aprendizagem coletivo e oportunidade de, entre companheiras de trabalho e de estudo, tripulantes do mesmo barco, ganhar intimidade para com as câmeras, pois, logo esse seria o nosso novo modo de lecionar para as/os nossas(os) alunas(os). E a estratégia deu certo. Neste encontro, apenas uma professora optou por continuar com a câmera desligada, sob a justificativa de não estar em condições estéticas para mostrar-se neste momento, mas se prepararia para o próximo, e assim o fez.

Como todas as participantes já se conhecem, dispensou-se a apresentação individualizada, mas agora todas já estavam um pouco mais à vontade em utilizar o áudio e/ou vídeo. Em seguida, as situei quanto ao meu lugar de fala e das minhas vivências enquanto mestranda do PPGER/UFSB/CSC. Sobre lugar de fala, Beatriz Cerino discorre:

O lugar de fala traz, na sua essência, a consciência do papel do indivíduo nas lutas, criando uma lucidez de quando você é o protagonista ou coadjuvante no cenário de discussão. Não há silenciamento de vozes, na verdade é justamente nesse ponto que queremos avançar. Traz uma liberdade para cada grupo se reconhecer e entender em qual espaço se encontra conforme o processo de organização e falar com propriedade a partir dele (CERINO, 2018).

Dando continuidade ao encontro, realizei a apresentação da proposta de estudo para a qual foram convidadas a participar, por conseguinte, ocorreu o

alinhamento, e a confirmação do grupo em integrar-se à presente pesquisa. Na sequência, de forma dialógica, fizemos a caracterização do grupo focal (Tabela 1), onde a última questão (Na sua formação profissional a sexualidade infantil foi abordada?) provocou a ampliação do dado levantado, a ser discutido no tópico 5.3.3.

Finalizamos este momento com os agradecimentos e encaminhamentos para o próximo encontro, que incluíram a necessidade de baixar o aplicativo Google Meet, checar conexão, fechar outras abas e carregar previamente os aparelhos telefônicos e/ou computadores, primando assim pela garantia na participação de todas juntas nos próximos encontros, sem intercorrências de cunho tecnológico.

Conforme acordado anteriormente, do segundo ao quarto encontro a plataforma utilizada foi Google Meet, porém para agendar o segundo encontro se fez necessário aguardar um tempo maior, devido a agenda profissional das envolvidas. Com o retorno escalonado das profissionais na unidade escolar, a fim de se apropriar das mudanças e inovações que o ensino remoto na Educação Básica trazia, bem como a busca independente por conhecimentos que alicerçariam o novo fazer pedagógico, o segundo encontro só pôde acontecer na tarde de 29 de março de 2021, onde, para reforçar o momento anteriormente programado, encaminhei a seguinte mensagem em 26 de março de 2021:

Caríssima colega, passando para informar que o nosso encontro do grupo de pesquisa, conforme a disponibilidade de todas e preferência da maioria, está agendado para a próxima segunda - 29/03/21 - 15h. Posteriormente, enviarei o link do Meet para esse encontro.

Abraços, Iraíldes Bianco.

Assim, iniciei este encontro saudando-as de forma ainda mais descontraída a fim de promover a leveza necessária para que todas ficassem confortáveis com essa forma de conversação que estávamos a realizar. Em seguida, evidenciei que trata-se de uma pesquisa participativa então, juntas, somos os sujeitos dessa construção. Julguei necessário pontuar que no primeiro momento nós tínhamos um grupo de dezessete pessoas mas, como já é do conhecimento de todas, por conta do ensino em modalidade remota e a posse de novos concursados, grande parte do contratos não foram reativados, razões pelas quais naquele primeiro encontro nós éramos

dezessete, e, a partir deste, somos dez pois, como sete das nossas colegas infelizmente foram dispensadas, o grupo foi reestruturado e sua participação restrita aquelas que já atuavam no início e ainda permanecem nesta unidade e etapa do ensino pesquisada.

Dessa maneira, este foi o primeiro momento onde todas as participantes do grupo focal estiveram juntas. Distribuíram-se sorrisos e relatos de satisfação pelo reencontro, mesmo que virtual. A única ausência de participação, previamente justificada e neste encontro compartilhada com o grupo, foi a da professora Maria Felipa, haja vista que, momentos antes deste evento, a mesma recebeu a lamentável notícia que a sua mãe fora acometida pela COVID-19, então, ocupava-se de resolver às questões necessárias aos atendimentos e cuidados com a sua progenitora. Mesmo assim, para além da ausência necessária neste encontro, Maria Felipa sinalizou interesse em ficar a par das discussões propostas para esse dia e disponibilidade para contribuições posteriores.

Reapresentei de forma sintetizada a proposta deste estudo, ação planejada por considerar necessária, diante do intervalo entre o encontro anterior e este. Na oportunidade, anunciei que em novembro de 2020, o projeto que resultou nesta dissertação, cujo título é “Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar” foi aprovado pela banca de qualificação, o que validou a relevância e continuidade desta pesquisa. Sendo o objetivo desse encontro, promover o compartilhamento de experiências sobre as questões que envolvem a sexualidade no ambiente escolar, bem como a percepção da reação das professoras diante dos fatos vivenciados e os métodos de resolução por elas utilizados no cotidiano escolar, favorecemos a análise e discussão tendo como referência o estudo de caso “Manifestações sexuais na Educação Infantil” (Apêndice D).

Relembrei que está garantido o anonimato de todas as envolvidas, e também foi reforçado que a participação de cada uma nesse processo é voluntária e pode ser interrompida, se assim desejar, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (Apêndice A) assinado por todas as professoras inseridas e pela direção da instituição escolar, a fim de esclarecer e proteger todos os sujeitos do estudo, inclusive a pesquisadora. Para além destes esclarecimentos,

foi potencializada a importância do TCLE como um instrumento que imprime o respeito e a ética para com o desenvolvimento da pesquisa.

Como proposto para este segundo encontro, realizou-se o levantamento de forma sucinta e espontânea das vivências e informações sobre as questões que envolvem a sexualidade no ambiente escolar e alguns relatos particulares de como as professoras reagem diante dos fatos vivenciados, bem como os métodos de resolução por estas já utilizados no cotidiano escolar.

Dando seguimento a este encontro, realizei a leitura do estudo de caso (Apêndice D) provocando assim o levantamento de informações e estimulando as reflexões e discussões através das perguntas. Após a leitura do material, a discussão também contemplou a retomada do encontro anterior, no que tange a formação docente.

Finalizei esse momento informando-as que, buscando uma maneira de para além das partilhas e aprendizagens que esses encontros podem nos oferecer, também desejava valorizar e fortalecer a participação de todas, sugeri, e a orientadora concordou que, além delas serem sujeitos ativos desta pesquisa, por esses momentos de estudos e (re)construções, estas também seriam certificadas. Externei os mais sinceros agradecimentos pela presença e contribuições de todas até aqui, e reforcei o quão é importante a participação ativa de cada uma delas. Em seguida, fiz menção à proposta planejada para o III encontro, na expectativa de que conseguiríamos nos organizar para assim cumprirmos os próximos períodos de estudo, fala e escuta nos dois consecutivos meses. Desse modo, ficou previamente agendado, respeitando a opinião e disponibilidade de todas as presentes, a realização do encontro de número três para o mês de abril do corrente ano.

Agendar com antecedência e conformidade com o grupo focal este encontro, não garantiu a realização do mesmo na data prevista, precisamos novamente aguardar um pouco mais, pois dessa vez, a agenda de entrega de atividades impressas às famílias, em formato de plantão presencial, conforme escalonamento, medidas de segurança e cronograma escolar, bem como a formação tecnológica, em formato metapresencial, para professoras(es) que atuam na unidade de ensino pesquisada, delongou a realização do encontro de número três. Sendo possível,

após uma enquete com as docentes envolvidas, encontrar uma brecha para sua realização em vinte e um de maio do ano em curso, conforme comunico na mensagem a seguir, enviada às professoras que compõem o grupo focal.

Prezada colega, boa tarde...

Por conta das nossas últimas demandas com o ensino remoto, o nosso III encontro de estudos, que deveria ter acontecido em abril, como programado no encontro anterior, precisou, por duas vezes ser adiado e, considerando as respostas da enquete para combinar essa data, já está remarcado. Dessa maneira, peço que agendem nosso momento virtual na semana que vem: (sexta- feira 21/05/21 - 15h). Posteriormente, enviarei o link do Meet.

Abraços, Iraíldes Bianco.

De forma inusitada, neste terceiro encontro, fui permitindo o acesso das professoras à sala virtual com a reprodução de um vídeo, apresentando a música “Clareou”, composta por Rodrigo Leite e Serginho Meriti, que faz parte do álbum “Alma Brasileira”, cantada por Diogo Nogueira (<https://www.youtube.com/watch?v=OC9-QHOILns>). Minha pretensão era propiciar deleite e descontração ao momento, e logo fui surpreendida ao perceber que quase todas, inclusive duas das inicialmente mais resistentes em aparecer no vídeo, logo abriram suas câmeras e se mostraram bem mais à vontade. Algumas delas até se sacolejavam em seus assentos, e outra, de pé, dançava sorridente a música reproduzida. Ao finalizar a execução da canção, vários discursos foram feitos da forma como foram recepcionadas na sala, dentre este, destaco o testemunho de três delas: “Eu quase não ia participar hoje, foi bom mudar de ideia, já até me animei, estava tão triste...”, “Muito bom, hoje eu precisava ouvir a mensagem que essa música transmite”, “Que maravilha começar assim, eu adoro pagode”. Então, cumprimentei a todas e, fazendo referência aos relatos e aos entraves superados para que esse encontro acontecesse, o que inclui a dificuldade em encontrarmos uma data favorável a todas, recitei um trecho da canção: “Pra tudo tem um jeito/ E se não teve jeito ainda não chegou ao fim”. Portanto, não podemos nos desanimar, precisamos nos esperar. Tudo é possível, só precisamos lutar e resistir. Desistir jamais! Digo isso também para mim...

Após esse momento, comuniquei a ausência de duas das participantes que fizeram contato antes de iniciarmos este encontro, sendo elas: Carolina e Maria Felipa. A primeira justificou que precisava auxiliar a filha em uma tarefa que não

podia ser postergada, e a segunda explicou estar em fase de confecção de material das/dos alunas(os), que deveria ser enviado no dia seguinte, razão pela qual não mais dispunha deste tempo.

Dando continuidade, propus a retomada das reflexões estabelecidas no estudo de caso, e revelei o objetivo deste encontro, que foi fomentar as discussões e (re)construções de conhecimentos necessários à compreensão da constituição das identidades, sexualidade infantil e suas manifestações na infância.

Desse modo, apresentei ao grupo, um estudo teórico, embasado em referências como BRASIL (1998; 2009; 2017), FREUD (1996); GONZÁLEZ (2019); LOURO (2000) e MARTINAZZO (2010), que tratam de construção identitária e suas contribuições para aquisição de conhecimentos sobre sexualidade e erotização na infância, e os estudos de sexualidade na Educação Infantil.

Como encaminhamentos para o próximo e último encontro, que prevê a socialização, construção, análise e discussão coletiva de propostas pedagógicas, em comum acordo, as participantes se organizaram em duplas, sendo uma professora que trabalha com crianças de 4 anos de idade (Pré I) e a outra com as de 5 anos (Pré II), e uma delas individualmente, para que até o próximo encontro levantassem ideias de intervenções para a abordagem das manifestações sexuais infantis, onde se distribuiu os públicos-alvo para os quais as propostas deveriam ser direcionadas: docente, discente, responsáveis e secretaria de educação. Para uma melhor sistematização, disponibilizei um roteiro como sugestão para organização dessas ideias (Apêndice E).

Encerrei esse dinâmico e proveitoso momento de formação e reflexão, agradecendo a disposição e participação de todas que, mesmo o encontro tendo se prolongado, durando um pouco mais que o tempo previsto, todas as presentes permaneceram até o final, permitindo assim, concluí-lo.

O quarto e último encontro com o grupo de focal, foi realizado na tarde de 09 de junho de 2021 contando com cem por cento de presença das participantes. Por perceber o efeito positivo alcançado no encontro anterior, novamente, optei por permitir o acesso das professoras à sala virtual com a reprodução de outro vídeo. Dessa vez, considerando também a ocasião das festas juninas, apresentei a canção

“ABC do Sertão”, composta por Luiz Gonzaga e Zé Dantas, uma das músicas do álbum “A Raiz do Nordeste”, e que, no vídeo apresentado, fora interpretada pelos artistas Luiz Gonzaga e Fagner (https://www.youtube.com/watch?v=eE_ILR4zvqw&list=OLAK5uy_lx7WV57B7TwZNFfAIDHGYTeSwPr1ef7fM). Igualmente ao encontro passado, a satisfação e alegria das participantes estavam estampadas em seus rostos. Uma professora até lamentou o fato de, por conta da COVID-19, os nossos momentos sempre se realizarem através dos aparelhos (computador ou celular). Outra colega sinaliza: “infelizmente é o que temos para o momento”. Relatos estes seguidos de gestos de concordância por outras professoras presentes. No mesmo instante, utilizei os versos “Lá no meu sertão pro caboco lê/ Tem que aprender um outro ABC”, para provocá-las quanto a importância de buscar novas formas de aprender, ensinar e (re)construir conhecimentos para que, com segurança e assertividade, enquanto profissionais que lidam com a infância, aprimorem-se as nossas práticas futuras.

Com todas as participantes já bem acolhidas, lembrei o que foi abordado em cada um dos encontros anteriores, sendo: o primeiro, de apresentação e delineamento das propostas; o segundo, por meio de diálogos, trocas e um estudo de caso; o terceiro, uma retomada do estudo de caso e apresentação de um estudo teórico, com ênfase em construção identitária, sexualidade, erotização e Educação Infantil, no qual ficou acordado que juntas, construiríamos, analisaríamos e discutiríamos propostas pedagógicas para resolução das problemáticas apontadas, relacionadas a sexualidade infantil e suas manifestações no espaço educativo. Portanto, o objetivo deste encontro foi contribuir para a construção de propostas pedagógicas de intervenção, alinhadas a teorias relevantes e práticas exitosas, capazes de auxiliar a atuação docente na resolução de questões que envolvem a sexualidade e os corpos infantis.

Todas as participantes socializaram as propostas pedagógicas por elas idealizadas, para que, com todo o grupo, estas fossem discutidas e construídas, sendo: uma delas atuante no Pré II (5 anos), e as demais, organizadas em duplas, mesclando uma professora que trabalha com o Pré I (4 anos) com outra que atende as crianças de Pré II (5 anos).

Dessa maneira, franqueei a palavra para a primeira dupla, composta por Maria Firmina e Lélia, para exporem a proposta voltada para o corpo docente no formato de oficina, cujos objetivos são: compreender as dificuldades das/dos docentes em abordar a sexualidade com as/os discentes, e proporcionar um espaço de reflexão e debate sobre as práticas pedagógicas relacionadas às manifestações das sexualidades das criança na Educação Infantil. Esta intervenção, após as coletivas contribuições, dispôs de um momento inicial de troca de experiências, formação teórica acerca dos temas emergentes sobre a sexualidade infantil, e, por fim, a realização de uma intervenção prática das(os) docentes com estudantes para concretizar os aprendizados obtidos.

A segunda dupla, Dandara e Marielle, trouxeram a ideia de se construir e ofertar um minicurso para formação docente, que de fato preencha as lacunas que dificultam as ações assertivas frente às manifestações sexuais na infância. Tendo como objetivos: conhecer a visão das(os) professoras(es) sobre a dimensão do seu papel pedagógico em relação a sexualidade infantil na escola e fornecer os conhecimentos e recursos necessários para que a/o docente promova às/aos educandas(os) um desenvolvimento sexual saudável e o respeito às diversas identidades sexuais. Nesta proposta está previsto um momento de diálogos sobre a importância da(do) docente no processo de formação da identidade sexual das crianças, e o compartilhamento de recursos, como vídeos e livros, para a abordagem da sexualidade infantil com as(os) discentes.

Já a terceira dupla, formada por Djamila e Clementina, tendo a(o) discente como público-alvo, socializaram a sugestão de desenvolvermos um projeto que explore o conhecimento do corpo e as manifestações da sexualidade infantil. Nesta intervenção se realizaria uma roda de conversa sobre similaridades e diferenças entre os corpos, análises e registros da observação de como as crianças se relacionam ao brincar de faz-de-conta, ilustração e identificação de partes do corpo contemplando também os diálogos sobre quem pode tocá-las, e, por fim, a exibição dos materiais produzidos pelas crianças.

Sueli e Carolina, a quarta dupla, idealizadoras de uma proposta que alcançasse mães, pais e/ou responsáveis, manifestaram o interesse na realização de palestras que abordem a temática da sexualidade infantil. Tendo por objetivo

contribuir com o conhecimento das(os) responsáveis pelas crianças sobre a sexualidade infantil, o corpo escolar elencaria previamente temáticas emergentes e disponibilizaria uma caixa de dúvidas, para, a partir delas, desenvolver-se uma palestra por unidade letiva, com profissionais de áreas diversas, como Educação, Saúde e Psicologia.

Individualmente, Maria Felipa, inserindo a Secretaria Municipal de Educação como órgão responsável por garantir formação continuada em serviço para as/os professoras(es), lançou a proposta de inclusão do tema sexualidade na Educação Infantil na Jornada Pedagógica, com o objetivo de contribuir para a capacitação docente da Educação Infantil e promover mudanças nas práticas pedagógicas. Para esta ação, a Secretaria Municipal de Educação contactaria pesquisadoras(es) para promover oficinas e palestras que fundamentem a sexualidade no âmbito da Educação Infantil, em diálogo com as experiências escolares do município, organizaria uma exibição de materiais audiovisuais que versam sobre a temática, para, a partir destes aprendizados, pôr em debate a inserção da sexualidade infantil no Projeto Político Pedagógico, construindo assim um espaço de constante discussão acerca da sexualidade infantil.

Todas as propostas apresentadas foram analisadas, discutidas e complementadas por todas as participantes do grupo focal. Aproveitei o ensejo para comunicá-las que estas, passarão por um processo de revisão, reescrita, estruturação e complementação, para que, enriquecidas pelos conhecimentos teóricos obtidos por este estudo, possam compor o produto educacional desta pesquisa, que é o livro: “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!”.

Com o coração cheio de esperanças de que estes momentos coletivos de reflexão e (re)construção sobre as infâncias e os seus corpos, foram produtivos e significativos para todas nós, encerrei este último encontro, reiterando os mais sinceros agradecimentos a estas professoras. Em seguida, informei-as que, na próxima semana, todas estarão de posse dos seus certificados de participação neste grupo de estudos, e que, assim que o livro for materializado e aprovado, será primeiramente com elas socializado.

“Já vai acabar... Tão rápido? Agora que estava ficando bom” (MARIA FIRMINA, 2021). Penso que, de fato, o tempo possa ter sido mesmo curto, dada a real importância ao tema. Mas, refletindo positivamente sobre essa observação da professora, vejo que justamente essa questão temporal possa ser a motivação para continuar a busca pelo conhecimento. Já que, ainda, muito precisamos nos instrumentalizar para agir, reagir e dialogar mais assertivamente frente às manifestações sexuais das crianças no ambiente escolar.

5.3.2 Relatos e intervenções docentes

Neste tópico, disserto sobre as narrativas das professoras de Educação Infantil da Rede Municipal de Porto Seguro, que compuseram o grupo focal, sobre a sexualidade infantil e como estas experienciaram, em sua atuação, às manifestações sexuais das crianças. Início a presente partilha das experiências com o grupo focal, tomando como ponto de partida a concepção de Clementina acerca da sexualidade: *“A sexualidade é a necessidade que todo indivíduo tem de receber, dar e expressar afeto, que nos traz sensações de prazer”* (CLEMENTINA, 2021). Este pensamento plural sob a constituição da sexualidade, expressada pela professora, dialoga com a compreensão de Freud, que agrega sentimentos, como afeto e respeito, à sexualidade:

Em psicanálise, o conceito do que é sexual abrange bem mais; ele vai mais abaixo e também mais acima do que seu sentido popular. Esta extensão se justifica geneticamente; nós reconhecemos como pertencentes à “vida sexual” todas as atividades dos sentimentos ternos que têm os impulsos sexuais primitivos como fonte, mesmo quando esses impulsos se tornaram inibidos com relação a seu fim sexual original, ou tiveram de trocar esse fim por outro que não é mais sexual. Usamos a palavra “sexualidade” no mesmo sentido compreensivo que aquele em que a língua alemã usa a palavra *lieben* (amar) (Freud, 2006, p.234).

Pensando na sexualidade como inerente à realidade infantil, e como essa vem a se manifestar ao longo do desenvolvimento da criança, destaco as falas externalizadas pelas professoras Marielle e Lélia que reafirmam os conhecimentos obtidos através dos estudos teóricos de Sigmund Freud (1996), César Nunes e Edna Silva (2006), partilhados na presente pesquisa, que nos falam das diferentes etapas e modos que a criança percorre no explorar da sexualidade:

Eu penso assim: a sexualidade, infantil, da criança, já vem desde quando nasce. A partir do momento que ela tá ali, e começa conhecer o próprio corpo, ela começa a se (pausa). Quando chega uma certa idade, ela começa a (pausa) se tocar. Mas não com intuito de coisas impróprias, mas

sim de conhecer o próprio corpo. [...] Conhecer as partes, assim, sem noção do que ela tá fazendo (MARIELLE, 2021).

Como Marielle falou, já nasce, já vem assim se preparando, a criança no amamentar. E quando vai crescendo, vai se descobrindo. O menino e a menina. [...] Então eles vão descobrindo, através do contato, do ver, a diferença de um pro outro. E também no se tocar, que às vezes se acha uma malícia, mas eles estão se descobrindo né (LÉLIA, 2021).

Quanto aos compartilhamentos das experiências que estas professoras vivenciaram, no tocante às manifestações da sexualidade infantil, e as medidas tomadas por elas. Lélia relata: “*eu já passei com outras crianças em sala de aula, eles se tocando, assim (pausa) olhando pro outro, vestidos né. Teve criança também que se esfregava na cadeira. Eu perguntava se estava acontecendo alguma coisa*” (LÉLIA, 2021). Referenciando o estudo de caso realizado no segundo encontro, Sueli nos conta um fato que ocorreu com uma aluna:

Você começou a ler o texto e eu me identifiquei. Quando eu compartilhei que uma aluna, há muito tempo, ficava inclinada na cadeira deitada se masturbando, nem imaginava o que era aquilo. Então, eu ficava passando perto dela. Ela parava, ficava sem ação, aí eu mandava ela levantar e sentar direito, corrigir a postura. Mas ela fazia direto, aí o caso foi levado para a diretora e coordenação. Foi chamada a mãe e conversado com ela. Mas eu não tinha preparo nenhum para lidar, o que fazer. Mas a gente vê muitas crianças assim hoje em dia (SUELI, 2021).

A fala de Sueli, evoca para a conversação os fatores temporalidade e diversidade de infâncias, onde, nas narrativas das docentes, são expressos conceitos como erotização infantil, adultização e sexualização precoce.

Porque hoje, com esse mundo (pausa) esse mundo de internet, de, né (pausa) Desse jeito que as crianças estão vivendo hoje, parece que eles estão se tornando adultos mais cedo, né. Então já tem algumas menininhas que já ficam (pausa) que tem aquele receio. Quando vai pra sala, eles logo brincam né. São espalhafatosos, não se importam. Tem uns que não, mas tem outros que já [...] percebe, já tem aquela percepção (LUIZA HELENA, 2021).

A gente não tinha aquela coisa de ficar assistindo televisão. Hoje tá aí, a mídia em tudo quanto é canto, as crianças assistem a televisão. Vai no celular para ver, se a mãe não tiver prestando atenção, eles podem estar vendo um vídeo de sexo. Então, isso influencia a curiosidade deles (DJAMILA, 2021).

Tudo agora estimula mais isso. As músicas estimulam demais, a maneira de dançar. [...] Isso para nós é uma coisa "Oooh" (chocante). Olha a dificuldade que eu estou tendo com medo dos aplicativos e da internet, para - nome do filho - é tudo natural. Pra eles, é natural ouvir essas músicas, é normal dançar assim. [...] Na idade deles eu não tinha a informação que hoje eles têm.

Nesse caso a gente chama de erotização. Uma criança ainda pequena mostrando o bumbum, se exibindo. Porque ela se espelha no adulto, imita

e se acha. Se sente como adulto. [...] Algumas crianças se manifestam mais cedo por conta das vivências delas, outras se manifestam mais tarde. Tem criança que a família consegue preservar um pouco mais, aí manifesta depois. (DJAMILA, 2021).

Neste debate, acerca da construção de diferentes infâncias e sexualidades infantis, baseadas nas vivências e interações da criança com o meio, surge o questionamento de qual seria o momento adequado para as intervenções educacionais quanto à sexualidade.

[...] tudo no seu tempo. A criança vai se descobrindo. A palavra "se", SE DESCOBRINDO, me descobrindo. Então, não adianta adiantar essa questão, orientação precoce, deixa acontecer naturalmente. A criança nasce, sempre tem que respeitar as etapas da criança. Se ela chegou, sentiu desejo de conhecer determinada parte, nós temos várias formas de trabalhar com a criança, quando ela perguntar sobre. A criança tá com vontade de ver a parte íntima do tio. E aí, o que fazer nesse momento? Será que vai ter que mostrar? Será que não existe outra forma no diálogo para poder trabalhar com essa criança, para que isso seja no tempo dela, de uma forma bem natural. Sim, é complicado, muito complicado trabalhar esse tema. E me ajudem aí (DANDARA, 2021).

Quando Dandara citou o tempo, né, esperar o tempo, mas esse tempo está muito adiantado. A criança já chega na escola com muitas informações, com confissão, digo, com experiências, já viu muitas coisas acontecendo ao seu redor (pausa). Elas não têm esclarecimento, mas elas têm as dúvidas, as questões. Por que isso? Porque a gente sabe que muitos já viram coisas que talvez não deveriam ver. Então o tempo, tá muito (pausa), tá muito antes, tá muito cedo (CLEMENTINA, 2021).

O exemplo citado pela professora Dandara leva Maria Firmina a compartilhar a história de sua sobrinha, que, aos nove anos, também desenvolveu curiosidade pelo corpo do tio por falta de orientações e conhecimentos acerca dos diversos corpos, que só houve, de fato, aos doze anos. A partir deste relato as docentes refletem e questionam a atuação da família e da escola neste caso.

Mas, aí também, 9 anos? Onde estava a escola? Passou pela família, a família falhou. 9 anos? E onde estava a escola? Tipo assim, não teve nenhuma aula que trabalhou o corpo? [...] Eu tô questionando para todas nós. Por onde passou a escola? Não houve um trabalho do feminino, do masculino, do corpo humano masculino e feminino, entendeu... Fica no ar essa questão né. Quando a gente trabalha as partes do corpo, a gente mostra o pênis, a vagina? Como que essa menina não conhecia? (CLEMENTINA, 2021).

Mas é isso que acontece. Se a criança desde pequena tivesse presenciado isso, ela não ficaria uma menina de 9 anos desorientada para ver o tio pelado. Tem que ser trabalhado lá quando é bebezinho, para ser natural a criança saber que a menina e o menino tem um corpo de um jeito e de outro. Para deixar ela reconhecer isso com 12 anos, aí que é o perigo (MARIELLE, 2021).

Até mesmo a família não está preparada para isso, porque a família esconde as coisas da criança. [...] Aí fica escondendo as coisas, depois a criança toma um susto, quer pegar, quer saber como é. [...] Porque nunca, nem a mãe, teve coragem de mostrar como é o corpo de um menino. A família não está preparada para trabalhar com isso (MARIA FIRMINA, 2021).

Desse modo, compreendemos que a sexualidade presente no ambiente familiar, para além das manifestações da criança, se faz também pelas ações, ou ausências delas, valores e pudores dos sujeitos que a compõem. Carolina nos atenta para as dificuldades impostas quando a escola tenta suprir estas lacunas deixadas pela família: *“Muitos pais não falam, vão empurrando, empurrando... E aí quando a gente fala, muitas vezes é condenada. Mas acho que tem o tempo de cada um. Acho que a escola deveria abordar muito mais isso” (CAROLINA, 2021).* Diante das dificuldades em trabalhar a sexualidade em conjunto com a família, Djamilia complementa:

E é complicado, porque, quando vai falar com a criança, a gente tem a preocupação do que a família vai pensar. Eu também vivi essa experiência com alunos em sala de aula. E se eu orientar a criança e chegar em casa e o pai falar alguma coisa, achar que eu tô insinuando, o que é muito preocupante. A gente não tá preparado não, para trabalhar com esse tema. Tem de averiguar se são pais de diálogo, se são pessoas esclarecidas. Dá para colocar no meio da situação e chamar, mas tem pais hoje em dia que não dá nem para você chamar, porque a coisa toma uma proporção que não deveria. Então acho que cabe fazer essa avaliação, porque eu já passei em situação na escola, que eu precisei tirar a família de lado da situação, porque eu sabia que estava piorando (DJAMILA, 2021).

Sobre os confrontos com a família ao adotar práticas pedagógicas que abordam o corpo e a sexualidade, nos descreve Clementina:

Eu trabalhei numa escola particular, e uma vez trabalhando corpo humano com as crianças, fui falando as partes do corpo né, palavras corretas, o pênis, a vagina. Então quando a menina chegou em casa e (pausa) partilhou isso com a família, no outro dia eu já recebi o pai com uma mensagem assim, bem clara: “da vida sexual, da educação sexual da minha filha, cuida eu, professora. A senhora tá para ensinar a ler e escrever, contar, mas a educação sexual da minha filha cuida eu”. Você veja, depois eu entendi que era por questões religiosas. [...] Eles não contêm esse amparo na família, eles não têm esse diálogo na família. É raro esse diálogo da família das partes do corpo, se tem, é tratado com muito tabu. Veja que os pais não trabalham com os nomes corretos com as crianças, “lava seu pênis, lava sua vagina”, da maneira correta. É, “lava seu piu-piu”, é a “perereca”, a “pepeca”. Já é abordado de uma forma. (pausa) Como se fosse uma coisa, é (pausa) ousada, uma ousadia, uma coisa proibida. Já é abordado desse jeito. Eu digo porque quando eu começo a falar com as crianças o nome correto e chego em casa, eu sempre tenho retorno de “- nome real -, você tá ensinando mesmo essa palavra para ela, para ele?”. Alguns que já tem intimidade, ou me conhecem da igreja, contam “- nome real -, passei um mico. Fui falar com o - nome de um aluno - para lavar o piu-piu e ele me corrigiu na hora: “piu-piu não mãe, eu não sou uma galinha

nem nada. Eu tenho pênis, que a pró - nome real - falou". Olha como essas coisas ainda são abordadas. [...] Eu já tive diversas experiências, que partilhei com a coordenadora e mestrandas, e partilhar essas situações com a família é muito difícil, pois, às vezes é "a pró que tá enxergando isso. A pró que tá com maldade. A pró está me condenando dizendo que aconteceu algo com essa criança na minha casa, mas nunca aconteceu porque eu tomo cuidado". Abordar isso também é trazer para nós uma responsabilidade muito grande, não só de formação, de educação, mas também como um alvo da família (CLEMENTINA, 2021).

Em suma, as narrativas docentes apontam para uma comum dificuldade em atuar frente às manifestações das sexualidades de alunas e alunos da Educação Infantil. Dentre as adversidades, Marielle enfatiza a transmissão dos acontecimentos à família: *"Trabalhar com sexualidade, a vida de cada um, é complicado. Porque a gente tem que saber como vai falar pra criança, e como ela vai contar para os pais"* (MARIELLE, 2021). Para Lélia, a diversidade de orientações sexuais presentes no arranjo familiar de discentes é um fator que, quando mencionado em sala, torna-se um desafio para a professora.

E hoje tá mais difícil ainda, porque, assim, mudou muito. Tem homem com homem, mulher com mulher, morando, namorando, e a criança vivencia isso em casa. E aí quando chega na escola, chegando na rodinha e a criança falar meu pai namora com homem. E aí? Como que eu falo para as crianças na rodinha que é normal, natural? Eu fiquei assim (pausa) tem coisas que é difícil a gente abordar. Sinceramente eu fiquei sem saber como lidar com aquela situação (LÉLIA, 2021).

Para Djamila, o grande desafio enfrentado é encarar a percepção e constatação de que a criança está passando por uma violência sexual, e os percursos e medidas a serem estabelecidos para resolução do problema.

Quando eu falo de dificuldade em trabalhar, não é as partes do corpo, isso a gente tem aquela forma, a metodologia de passar, que a gente acaba trabalhando e não chama tanto atenção para outras coisas. Mas a minha dificuldade é trabalhar com a realidade, em tempo real. A que a criança chega com a informação para a gente, de vivência dela, que está totalmente fora da faixa etária dela, para a gente trabalhar. Aí chega dificuldade, [...] olha que eu trabalho com Educação Infantil, mas eu já tive aluno para chegar contando violências, pesadas pra idade dele, e eu não podia deixar passar em branco. É onde a gente tem dificuldade viva, porque, para gente trabalhar isso, a gente tem que entrar na vida da família do aluno, descobrir porque ele trouxe isso, e a preocupação dele chegar e contar para os pais. É nesse sentido que eu estava falando que eu me preocupo muito com o tema. Situações de alunos meus da Educação Infantil, um abuso, fiquei perdida sem saber como lidar com a situação, que é além de trabalhar as partes do corpo. É algo que está na realidade da criança e não deveria jamais estar. Aí é minha dificuldade de lidar (DJAMILA, 2021).

Uma reflexão importante levantada por Clementina é a construção da identidade docente, que ultrapassa os processos de formação acadêmica. Desse

modo, compreendendo que as intervenções nas manifestações sexuais infantis são estruturadas pelo enredo social dos sujeitos (NUNES; SILVA, 2000), as experiências e concepções pessoais, culturais, religiosas, políticas e sociais, são determinantes para a atuação das(os) professoras(es) sobre a sexualidade infantil.

Precisa dominar os saberes da prática pedagógica, lógico. Mas a forma que o professor constrói a bagagem dele é no dia a dia, [...] e também tem muito dos seus valores, o que ele é, sua essência. Talvez, pela religiosidade vivida, pela criação que tivemos (pausa), isso somos nós, isso nos caracteriza. O que vai levar a corrigir isso, como se fosse um erro. A se espantar por meninos abraçar meninos, ou menino brincar de boneca. E aí a gente vai corrigindo como se fosse um erro, algo errado. Talvez nos falte sensibilidade. Essas possibilidades de perceber que ele está brincando com a boneca porque, talvez, em sua casa, ele quem cuida da irmãzinha, ou sei lá o quê. Esquece desse contexto (CLEMENTINA, 2021).

A professora também tece críticas à abordagem da sexualidade apenas na perspectiva biológica sobre o corpo humano ou quando ocorrem situações de manifestação da sexualidade infantil, além de situar, para nós participantes, como ela atua nestes momentos.

Então, como a gente aborda isso na sala de aula, é que a gente deixa esperar para quando vai abordar na aula de Ciências, né, as partes do corpo, uma intervenção ali e acolá quando acontece. "Ah pró, fulano puxou meu pênis", que ele vai falar piu-piu, ou "não sei quem bateu na minha pepeca", E aí tem um professor que vai falar assim "que coisa feia menino, para com isso", tem aquele professor que vai parar na hora e fazer aquela intervenção mais orientada, né, falando sobre as partes do corpo. "Por que está pegando?", que não é brinquedo, porque se fosse brinquedo estaria na caixinha de brinquedo. Então, como a gente aborda, é a diferença. Na verdade, é como uma data comemorativa. [...] Na maioria das vezes, a gente só aborda essas questões quando vai trabalhar Ciências ou quando acontecem essas eventualidades aí (CLEMENTINA, 2021).

Considerando as experiências já vivenciadas e assumindo receios e despreparo, as professoras relatam apostar na naturalidade como primeira postura para lidar com as manifestações sexuais de forma mais sensível e sábia. Sobre isso, destaco as falas de Djamila e Dandara:

Mas, a gente realmente não sabe como agir. Eu mesma já me peguei em várias situações que eu fiquei perdidinha, aí quando eu pedi ajuda para as minhas colegas, eu percebi que elas também tinham a mesma dificuldade, sem saber como agir. Então eu mesma tento agir, sabe o mais natural possível, tento não levar pro lado do que eu tô presenciando, e tento entender o que a criança está tentando demonstrar. Mas realmente é muito difícil. Eu até gostei muito desse tema, porque agora a gente vai ter a oportunidade de aprender um pouco mais como agir diante da situação (DJAMILA, 2021).

A naturalidade acontece quando a gente não repreende a criança. Por mais que a gente não tenha domínio do assunto, a gente tenta não fazer aquela cara de assustada, não inibir a criança, o primeiro passo é esse. Manter a

calma, respirar fundo mesmo sem resposta, essa é a naturalidade (DANDARA, 2021).

Sobre o estudo de caso aplicado, iniciamos os diálogos pensando quais posturas assumimos em situações como a exemplificada, e com quais destas personagens tivemos uma identificação. Maria Firmina assume que, em vários momentos, se adota uma postura que se alinha a professora um:

Acho que várias vezes a gente age como professora um, porque essa professora, em si, não estava errada, a não ser o modo dela falar que foi muito duro com a criança. Mas nenhuma professora vai deixar, sabendo que está acontecendo, uma criança ir no banheiro e estar praticando a mesma coisa, a gente vai evitar que isso aconteça (MARIA FIRMINA, 2021).

As outras professoras retrataram identificarem-se com as ações de ambas as docentes do estudo de caso, e reiteraram a importância de se estabelecer constantes diálogos com a coordenação sobre os fatos que ocorrem em sala de aula. Clementina questiona que: *“deveria ter um plano de ação para essa situação. E fico vendo, que é impossível um plano de ação que não passe pela família”* (CLEMENTINA, 2021). Faço uso do discurso de Marielle, para situar a concordância das docentes em transitar entre as personagens:

Acho que nós temos um pouco das duas professoras [...]. Às vezes, no impulso, a gente pode acabar sendo grossa para repreender. Fica com medo de ir na coordenação, e virar aquela confusão, mas precisa falar assim porque a gente precisa de respaldo em relação a esse problema. Não é nem problema, coisas que acontecem na sala de aula. Eu aprendi que a gente precisa compartilhar, precisa compartilhar o que passa na sala em relação a esses assuntos. Também, quando a criança é muito quieta, muito calada, a gente tem que ficar de olho, que pode ser alguma questão com relação à sexualidade, algum abuso (MARIELLE, 2021).

Pensando nas associações que seriam estabelecidas entre a criança do estudo de caso (ausente de descrições e características) e os sujeitos protagonistas das experiências de manifestações sexuais vivenciadas, provoqueei as professoras a compartilharem a projeção da criança criada em seu imaginário. Quase por unanimidade, as docentes elaboraram a imagem de uma menina, de classe econômica baixa e de família desestruturada, compreendendo aqui essa família como carente de segurança, afetividade e recursos materiais básicos para o desenvolvimento da criança. Todavia, como ressalta Djamila, as manifestações sexuais fazem parte da infância, e as problemáticas que a permeiam podem ser presentes em qualquer estrutura familiar.

A gente pensa também, ou entende, que acontece independente de classe,

a curiosidade e os estímulos vêm de qualquer parte. Às vezes a gente fala da família desestruturada, mas estruturadas também passam por situações assim, e às vezes situações até piores. Estruturada na vida, mas não tem estrutura para ensinar, para cuidar. Tem outros tipos de estrutura, mas não faz trabalho com a criança, de trabalhar de forma educativa os estímulos que ela tem ou recebe. [...] Então, às vezes a família é estruturada, mas não dá importância (DJAMILA, 2021).

Por fim, os estudos, relatos e experiências das manifestações sexuais na Educação Infantil se encerram, por hora, com a consciência de que se há uma forte necessidade de buscar conhecimentos e cobrar formações pedagógicas, que capacitem as docentes para atuar efetivamente com as questões referentes à sexualidade infantil.

É só buscar informações sobre o assunto, porque é tudo muito um tabu pra gente. Eu também venho de uma família muito reservada e fica um pouco mais difícil, mas a gente precisa esclarecer isso para as crianças (DANDARA, 2021).

5.3.3 Formação docente e ferramentas para atuação nas manifestações sexuais infantis

Uma discussão latente, tanto na revisão bibliográfica que assenta esta pesquisa, quanto nos diálogos promovidos pela conversação com o grupo focal, é a carência na formação docente recebida para lidar com a sexualidade infantil. Desse modo, para além da pergunta objetiva presente na caracterização das integrantes da pesquisa, julguei necessário aprofundar a investigação através do seguinte questionamento: “De que maneira e em que etapa da sua formação profissional a sexualidade infantil foi abordada?”. Quatro docentes relatam que esta temática não integrou o seu processo formativo, como podemos observar nos trechos a seguir onde Sueli expõe a dificuldade das(os) profissionais que foram suas/seus professoras(es), e Maria Felipa, juntamente a Dandara, apontam ter obtido aprendizado através da prática, das trocas de conhecimentos com o corpo pedagógico da instituição que atua, e da busca autônoma por estudos teóricos.

Durante a minha formação profissional a sexualidade infantil não era muito comentada, os professores apresentavam dificuldades para lidarem com essas questões, um TABU. Os professores tinham dificuldades para tratarem de assuntos sobre a sexualidade infantil dentro da sala de aula, deixando de responder aos questionamentos dos alunos ou respondiam de forma fantasiosa (SUELI, 2020).

[...] A busca pela troca de experiências sobre a sexualidade infantil aconteceu sempre com o grupo de trabalho, e ajuda, quando necessária,

também era compartilhada com base nas informações colhidas com a família. Na minha formação profissional não tive acesso a teorias para embasamento da minha prática junto ao tema. (MARIA FELIPA, 2020).

O relato se trata de uma criança de 4 anos, que estava debaixo da mesa com o pênis ereto, e outro coleguinha olhando. No momento não sabia por onde começar. Pedi para ele sentar na cadeira, e assustada fui conversar com a coordenadora. Ela me falou que ele estava se descobrindo e que era normal isso acontecer. No momento só pensava que a criança estava reproduzindo a vivência do mundo adulto, achei um absurdo, inconformada fui aprofundar no assunto, comecei a estudar sobre... Hoje aprendi que a falta de informação pode custar um alto preço, que conversar sobre a sexualidade deve acontecer no dia a dia e desde muito cedo, com a linguagem e conteúdo de acordo com a fase do desenvolvimento da criança (DANDARA, 2020).

Boa parte das docentes relatam ter experienciado momentos de aprendizagens teóricas sobre a sexualidade infantil em diferentes momentos do seu processo de formação profissional, como relatam a seguir:

Por mais que tenha estudado um pouco sobre Freud, foi dentro da sala de aula, com turmas na faixa etária de 4/5 anos, que me deparei com diversas situações relacionadas à sexualidade. Um faz de conta que sou o pai e você a mãe, mãos dadas fingindo ser namoradinhos, um beijo na boca ainda que seja encostar os lábios, ou um olhar comprido no colega ao usar o banheiro fazendo comparações, curiosidades vindas com perguntas, abraços exagerados [...] (CLEMENTINA, 2020).

A verdade é que sempre procurei em formações, momentos que tratasse da sexualidade infantil, mas... Só ouvi educadores relatando experiências, todos em busca de respostas e estratégias de como trabalhar a temática [...] (DJAMILA, 2020).

Na minha formação, a sexualidade infantil vem sendo abordada desde o momento que resolvi fazer o Magistério, através de cursos e dos professores que ensinavam as matérias referentes ao tema. E de relatos que aconteciam na família, e eram abordados durante as formações (MARIELLE, 2020).

[...] a maneira como a sexualidade infantil foi abordada em minha formação profissional, foi através dos cursos nas disciplinas, cursinhos, debates e na própria instituição de trabalho (escola) (NEUSA, 2020).

Algumas das docentes analisam criticamente os conhecimentos fornecidos em sua formação profissional, evidenciando a superficialidade e distanciamento da realidade que a sexualidade infantil é abordada nos cursos acadêmicos de graduação e pós-graduação.

Primeiro que a nossa formação acadêmica aborda superficialmente, não traz relatos de vivências... Porque não é só a gente que vivencia isso, toda

escola acontece isso, todo mundo tem um relato disso, no entanto, isso nunca foi tão abordado profundamente... Nos nossos cursos, nas nossas faculdades, informações (CLEMENTINA, 2021).

A sexualidade infantil foi abordada ainda na adolescência, mas foi aprofundada na graduação em Pedagogia, porém, só na teoria (ANTONIETA, 2020).

Apesar desse tema sempre existir, nunca foi abordado como nos dias atuais. Antes não se falava de sexualidade nas escolas, era mais oculto por não saber como lidar com tal situação. Quando comecei a estudar Pedagogia foi abordado o tema, porém, nada de concreto de como a gente realmente trabalhar com a temática. Não temos uma resposta exata, por, muitas vezes, não estarmos preparados. Apesar de que, hoje existem vários estudos, para que possamos entender melhor e se preparar para essa temática (ESPERANÇA, 2020).

Superficialmente na licenciatura em Pedagogia, mas, com ênfase apenas nos aspectos biológicos da sexualidade. No curso de Psicopedagogia, se dava uma perspectiva freudiana da educação sexual no campo educacional, literário e midiático. Porém, muito centralizada nas fases do desenvolvimento psicosssexual (CONCEIÇÃO, 2020).

As narrativas das professoras participantes deste estudo traduzem que, mesmo a maioria tendo declarado que a sexualidade infantil foi abordada em sua formação profissional, esse processo se deu de forma pouco aprofundada, o que limitou o conhecimento e tomada de atitudes assertivas, frente às questões que, as mesmas relatam, já terem vivenciado no exercício da docência com crianças pequenas e, com as quais, ainda se sentem pouco preparadas para lidar com ciência e segurança .

As professoras Lélia, Dandara, Petronilha e Maria Firmina, em seus discursos, ainda sinalizam a busca de apoio junto à coordenação pedagógica, família e/ou estudos independentes, a fim de preencher as lacunas existentes em sua formação frente à demanda existente, no que tange às manifestações sexuais na infância.

Tendo conhecimento da realidade vivenciada no espaço escolar de Educação Infantil, e das dificuldades em se obter ferramentas que norteiam a atuação frente às manifestações sexuais infantis, o grupo focal estabeleceu diálogos que foram contemplados em um livro composto por conhecimentos teóricos, considerações norteadoras ao corpo pedagógico e propostas pedagógicas, dentre outras informações relevantes ao tema.

O livro “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!”, produto dessa investigação teórica e prática, prefaciado por minha ilustre orientadora, dispõe de conceitos presentes nos estudos da sexualidade na infância, para que, apropriados destes, a/o docente possa compreender mais profundamente os conteúdos expostos na sessão “Teorizando e refletindo”, que apresenta alguns conhecimentos teóricos, interdisciplinares e decoloniais, relevantes à compreensão da sexualidade de crianças na Educação Infantil. Entrelaçando a realidade com a teoria, os diálogos e experiências partilhados pelas docentes ao longo da conversação irão se apresentar no desenvolver das páginas, servindo como fonte de análises, (re)construções e reflexões para o(a) leitor(a).

Neste livro se apresenta uma nuvem de palavras composta por expressões verbalizadas e extraídas das discussões ao longo dos quatro encontros com as professoras atuantes na Educação Infantil, sendo estas, palavras, que foram proferidas enfaticamente durante o processo de fala e escuta, promovido por esses momentos de estudos, reflexões e partilhas. O material educacional também se compõe de um estudo de caso, que visa favorecer a reflexão e análise de fatos que envolvem a sexualidade na escola e os métodos de resolução utilizados pelos sujeitos envolvidos.

O eixo principal da referida obra, é a coletânea de propostas pedagógicas, elaboradas coletivamente pelo grupo focal desta pesquisa. Contendo: **I)** Oficina para docentes, que possibilita a troca de experiências, estudos teóricos e intervenção prática; **II)** Minicurso, que reforça o papel da/do docente (público-alvo desta intervenção) na construção da sexualidade da criança, e compartilha materiais e recursos para abordagem da temática; **III)** Projeto com as/os discentes, onde se dialoga sobre os corpos, analisa o brincar, e produz representações anatômicas com as crianças; **IV)** Palestras destinadas às/aos responsáveis das crianças, abordando temas emergentes que tange a sexualidade, através de profissionais de áreas diversas do conhecimento; **V)** Formação continuada, a ser ofertada pela Secretaria de Educação, durante as Jornadas Pedagógicas, composta por oficinas, palestras e exposições.

6 INCONCLUSÕES

[...] os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade (FREIRE, 1987, p.47).

Refletindo à luz do saberes de Paulo Freire e sobre a palavra (re)construções, que muito me acompanhou durante as vivências no programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, sendo esta também a resposta dada, ainda no primeiro ano de curso, quando, para a produção de um vídeo institucional, me foi perguntado: “o que o PPGER tem?”. Dito isso, seria impossível imaginar que alcançaria as conclusões, assim, penso ser mais coerente utilizar inconclusões.

Em 2019, ano de ingresso neste curso e instituição, desconhecia a produção científica de intelectuais negras(os), como Lélia Gonzalez, no entanto, foi neste lugar, por meio de dois componentes curriculares e do curso “O pensamento feminista amefricano de Lélia Gonzalez: uma perspectiva decolonial no ensino das relações raciais”, ofertados pela Prof. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos, a quem fui agraciada de ser sua orientanda, que me foi possível adentrar e principiar o universo da literatura decolonial, provocando a busca e descoberta de outras(os) estudiosas(as) desta linha de pensamento, priorizada nesta pesquisa.

Como já fora declarado, esta pesquisa surgiu das minhas experiências enquanto coordenadora pedagógica, em uma unidade de ensino que atende Educação Infantil, e das diversas inquietações por parte do corpo docente no que se refere a sexualidade na infância. Dessa maneira, o objetivo primordial do presente estudo foi contribuir com as práticas das(os) professoras(es) da Educação Infantil (Pré-Escola) sobre a sexualidade infantil, através de uma perspectiva decolonizadora, norteadora às ações destas(es) profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar, para que haja espaço de diálogos e ações assertivas sobre a sexualidade infantil.

Buscando sintetizar os resultados alcançados, mediante o estudo teórico realizado, julgo necessária uma articulação entre os órgãos educacionais, a

comunidade acadêmica e os corpos escolares, para que, através dessa junção harmoniosa, possam promover ações que contribuam com a atuação da(o) docente em exercício na Educação Infantil, no que tange às manifestações sexuais das crianças. Desse modo, defendo que a referida revisão teórica foi fundamental para que se realizasse os passos seguintes desta pesquisa.

Quanto ao estudo de campo, foram realizados quatro encontros de conversação com o grupo focal, que, ao longo destes ricos momentos de fala e escuta, promovidos pelos estudos, discussões e trocas de experiências acerca das temáticas abordadas nesta pesquisa, algumas palavras foram assiduamente proferidas pelas professoras, como: curiosidade, desconhecimento, dificuldade, estranheza, temor, preocupação. Daí surgiu a ideia da construção de uma nuvem de palavras, inserida no produto educacional (livro "SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!"), seguida de um breve relato de sua origem e uma questão que propõe aguçar a reflexão das(os) leitoras(es).

Fruto também desses encontros, as propostas pedagógicas, após o processo de análise, reescrita, reestruturação e complementação, estão publicizadas no supracitado livro. Nessa trajetória, primei por garantir um espaço coletivo de diálogo e reflexão crítica decolonial, que possibilitasse a (re)construção do conhecimento e entendimento pedagógico que alicerçam atuações e/ou intervenções docentes assertivas acerca da sexualidade de crianças da Educação Infantil. Sobre esses encontros, a escrita posterior, da professora Clementina, corrobora com a afirmativa de que o tempo e esforço empregados nessa empreitada resultarão em práticas mais exitosas:

Saudações cara mestranda!

Sobre os encontros de formação, eu confesso que tanto pessoal quanto profissional, foram significativos e relevantes, sobretudo por abrir um leque de questionamentos e reflexões sobre minhas ações e a ausência delas diante dessa realidade "situação" a sexualidade na infância e no contexto Educação Infantil, espaço escolar. Relato aqui que durante essa formação deparei-me em meu cotidiano¹⁹ com tais situações que outrora resolveria carregada de tabus, no entanto ao passo que refletia sobre, percebia que a abordagem estava revestida das reflexões trazidas pelo tema abordado (CLEMENTINA, 2021).

O estudo que resultou nesta dissertação apresenta uma vertente diante das

¹⁹A professora Clementina é também mãe de duas crianças, estando uma delas vivenciando a primeira infância.

inúmeras que poderiam ser pensadas para abordar a sexualidade infantil no ambiente escolar. Contudo, justifico as lacunas inerentes ao processo de leitura, escrita e tomada de decisões:

O exercício da pesquisa em si é um processo de escolhas que implica ausências. Assim, assumo a responsabilidade pelas ausências no presente trabalho.

Por fim, por mais cuidadosa que pudesse ser, tenho consciência de que este trabalho também cria sentidos, significados e representações [...] (SANTOS, 2019, p.22).

Para encerrar essa etapa - não as discussões, problematizações e reflexões acerca da sexualidade nos corpos infantis, pois reitero a real impossibilidade de concluí-las - aconselho as/os professoras(es) que façam uma análise crítica sobre as suas atuações frente às manifestações sexuais infantis, e sejam sujeitos que busquem e cobrem uma formação adequada e constante para melhor contribuir no desenvolvimento das(os) estudantes. Afinal, conforme as palavras do grande mestre Paulo Freire:

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p.25).

7 REFERÊNCIAS

ALTMANN, Helena. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, p. 69-82, 2013.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sess/a/psXJs4Jh86t9JRjbr6QPtdj/?lang=pt&format=html>>.

Acesso em: 06 jul. 2021.

ALVES, Míriam Cristiane; ALVES, Alcione Correa. **Epistemologias e metodologias negras, descoloniais e antirracistas**. Porto Alegre: Rede Unida, 2020. Disponível em:

<http://www.repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/prefix/7336/1/Colonialidade_da_sexualidade.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2021.

AMBROGI, Ingrid Hötte. Reflexões sobre os usos do espaço como garantia para a criação de meninos e meninas pequenas. **Pro-Posições**, v. 22, n. 2, p. 63-73, 2011.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072011000200006&script=sci_arttext>.

Acesso em: 17 mai. 2020.

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, p. e772-e772, 2019. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/772>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

BARREYRO, Gladys Beatriz. O "Programa Alfabetização Solidária": terceirização no contexto da reforma do Estado. **Educar em revista**, Curitiba, n. 38, p. 175-191, dez. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 mai. 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

BEARZOTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**. São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-117, 1994. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X1994000100024&lng=en&nrm=iso>.

Acesso em: 08 mai. 2020.

BECK, Caio. **Método Paulo Freire de alfabetização**. Andragogia Brasil, 2016.

Disponível em: <<http://andragogiabrasil.com.br/metodo-paulo-freire-de-alfabetizacao/>>

Acesso em: 08 mai. 2020.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922016000100015&script=sci_arttext>.

Acesso em: 14 ago. 2020.

BONFIM, Cláudia. **Desnudando a educação sexual**. Campinas, SP: **Papiros**, 2012.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/655/1/genero.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. **Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada**, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CAMARGO, Ana Maria F. de, RIBEIRO, Cláudia. Sexualidade(s) e Infância(s): a sexualidade como tema transversal. São Paulo: **Moderna**, Campinas: Ed. UNICAMP, 1999. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/pibidpedagogiaufra/sexualidade-s-e-infancias-s-a-sexualidade-como-um-tema-transversal>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

Central Única dos Trabalhadores. **Breve histórico**. Disponível em: <www.cut.org.br/conteudo/breve-historico>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CERINO, Beatriz. **Lugar de fala**: saiba o que significa e qual é a importância do conceito. VERSAR, 20 dez 2018. Disponível em: <<https://www.revistaversar.com.br/lugar-de-fala/>>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAMBOREDON, Jean-Claude; PRÉVOT, Jean. O ofício de criança: Definição social da primeira infância e funções diferenciadas da escola maternal. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. n. 59, 1986. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1305>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. Editora Brasiliense, 1987.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, José Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. **Cadernos Pagu**, v. 50, 2017.

COSTA, Adriane; CIAFFONE, Rocha; GESSER, Marivete. Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 774-787, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n3/1982-3703-pcp-34-03-0774.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2020.

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Artmed Editora, 2008.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; GARCIA, Aida Cássia Leal. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 97-110, agosto de 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1997000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. 2020.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. O delineamento de pesquisa qualitativa. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, p. 127-53, 2008. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/nn0nv1e>> Acesso em: 05 ago. 2020.

DUBAR, Claude. **Para uma teoria sociológica da identidade**. A socialização. Porto Editora, 1997.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FAGUNDES, Christielle; ALMEIDA, Sandra Francesca Conte de. A nova ordem simbólica e suas repercussões na função docente, no Ensino Superior. In: MEDEIROS, C. P.; ALMEIDA, S. F. C. de. (Orgs.). **Psicanálise implicada: educar e tratar o sujeito**. Curitiba: Juruá, v.1., p.65-89, 2016.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EdUFBA, 2008.

FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamentos sobre gênero, feminismo e negritude. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 691-713, dezembro de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2016000300691&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FERREIRA, Taise dos Santos. **Sexualização infantil: desafios na prática pedagógica no grupo 2**. 2016. 86 f. Monografia (Especialização) - Curso de Docência na Educação Infantil, Faculdade de Educação da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19988/1/PDF%20TCC%20UFBA%20FINAL%20PARA%20O%20REPOSIT%20c3%93RIO.pdf>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

FLEURY, Maria Tereza Leme; DA COSTA WERLANG, Sergio Ribeiro. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GVPesquisa**, 2017. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/apgvpesquisa/article/download/72796/69984>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: <<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade**. In MACHADO, Roberto. (Org). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: **Edições Graal**, 1988. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. São Paulo: Graal, 1988.

FRANCO-ASSIS, Greice Ayra; SOUZA, Ediane Eduão Ferreira de; BARBOSA, Adriana Gonçalves. Sexualidade na escola: desafios e possibilidades para além dos PCNS e da BNCC. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.2, p.13662-13680, 2021. Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/24374>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 24 ed., 2000.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Ed. Standart Brasileira. Vol. XI. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

FURLANETTO, Milene Fontana et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, p. 550-571, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cp/a/FnJLpCKWxMc4CMr8mHyShLs/?lang=pt#>>. Acesso em: 04 jul. 2021.

FURLANI, Jimena. Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 46, p. 269-285, dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GAGNON, John H. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1227/gagnon.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**.

Plageder, 2009. Disponível em:

<<http://meiradarocha.jor.br/news/tcc/files/2017/12/Gerhardt-e-Silveira.-M%C3%A9todos-de-Pesquisa-EAD-UFRGS.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

<http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997. **HAGUETTE, TMF Metodologias qualitativas na Sociologia**, v. 5, 1997. Disponível em:

<<https://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020. Disponível em: <<https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2021.

GONZÁLEZ, Pilar Anastasía. Erotização infantil e gramáticas afetivas: discursos sobre a infância na era 2.0 na Argentina. **Sexualidade, Saúde e Sociedade (Rio de Janeiro)**, n. 31, pág. 101-118, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872019000100101&script=sci_arttext&lng=es>. Acesso em: 18 mai. 2020.

GOUVEIA, Marizete; ZANELLO, Valeska. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 24, e42738, 2019. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100239&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2020.

GROSGOUEL, Ramon. The epistemic decolonial turn beyond political-economy paradigms. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, 2007, p. 211-223. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/233028182_The_epistemic_decolonial_turn>. Acesso em: 14 ago. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

hooks, bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-469, 1995.

Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Resgatar nossa memória. In: ARRAES, Jarid.

Heroínas negras brasileiras: em 15 cordéis. São Paulo: Pólen, p.176, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de Gênero": A invenção de uma categoria

polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. **Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares**. Belo Horizonte: Initia Via, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000a. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/46833/29119>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000b.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade: o normal, o diferente e o excêntrico. In: NECKEL, Jane Felipe, GOELLER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MALDONADO-TORRES, Nelson. "Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto". In: Santiago CASTRO-GÓMEZ; Ramón GROSGOUEL (orgs.). **El giro Decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana– Siglo del Hombre, pp.127-167, 2007. Disponível em: <<http://www.decolonialtranslation.com/espanol/maldonado-colonialidad-del-ser.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

MARTINAZZO, Celso José. Identidade Humana: unidade e diversidade enquanto desafios para uma educação planetária. **Revista Contexto & Educação**, v. 25, n. 84, p. 31-50, 2010. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/460>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MELO, Glenda Cristina Valim de; LOPES, Luiz Paulo da Moita. As performances discursivo-identitárias de mulheres negras em uma comunidade para negros na Orkut. **DELTA**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 237-265, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502013000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 mai. 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao/>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

MILLER, Jacques Alain. Problemas de pareja, cinco modelos. In: MILLER, J.-A. **La pareja y el amor: conversaciones clínicas con Jacques Alain-Miller em Barcelona**. Barcelona: Eólia, 2003. Disponível em: <https://www.academia.edu/32665965/Alain_Miller_J_Pareja_y_Amor>. Acesso em: 19 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/ee15se>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

Ministério da Educação. **Programa de Formação de Professores em Exercício: Apresentação**. Disponível em: <<http://proformacao.proinfo.mec.gov.br/apresentacao.asp>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. A escrita de si em memoriais de formação. In: V Congresso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – São Gonçalo. São Gonçalo: **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, V. 2 N. Especial – p. 297-311 (jun - out 2016): “Vozes da Educação” 311 Botelho Editora, 2008. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/v/completos%5Ccomunicacoes%5CJaqueline%20de%20F%C3%A1tima%20dos%20Santos%20Morais.pdf>>. Acesso em: 17 mai. 2020.

MOREIRA, Armindo. Professor não é educador. Toledo, PR: **Indicto**, 2012.

MOTTA, Flávia; PAULA, Claudemir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não mencionado. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88365, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000200405&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MULLER, Verônica Regina. **História de crianças e infâncias: registros, narrativas de vida privada**. Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Palestra proferida**, n. 1^o, 2005.

NUNES, César. SILVA, Edna. A Educação Sexual da Criança: Subsídios Teóricos e Propostas Práticas para uma Abordagem da Sexualidade para além da Transversalidade. Campinas, SP. **Autores Associados**. 2006.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. **Nuevamérica**. Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/23089659/O_QUE_%C3%89_UMA_EDUCA%C3%87%C3%83O_DECOLONIAL> Acesso em: 14 ago. 2020.

PATERNNO, Keli Andréa Vargas. **Alvasão da Erotização do Adulto no Mundo Infantil: micropoderes na vida pública e privada**. PG 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Profa. Dra. Verônica Regina Müller. Maringá, 2011. Disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/SITE%20PPE%202010/dissertacoes/2011-Keli-Paterno.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

PAULA, Marco Henrique Pereira de et al. ADULTIZAÇÃO E EROTIZAÇÃO INFANTIL: A INFLUÊNCIA SOCIAL. **Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão**, 2018. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/235133557.pdf>>. Acesso em: 18 mai. 2021.

PIRES, Gabriela. “Fragmentos: descobrir-se negra”. **Blogueiras Negras**, 14/01/2014. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/fragmentos-descobrir-se-negra/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

PLÁCIDO, Elane da Silva; SANTOS, Maria da Conceição. O ser criança e a sexualização infantil em face ao discurso midiático: O Caderno Rosa de Lori Lamby. In: **Conexões**: linguagens e educação em cena. Campina Grande: Amplla, 2021. p. 171-188. Disponível em: <<https://ampllaeditora.com.br/books/2021/04/eBook-Conexoes.pdf#page=172>>. Acesso em: 6 mai. 2020.

POSTMAN, Neill. **O desaparecimento da infância**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro:Graphia. Tradução de Suzana Menescal de A. Carvalho e José Laurenio de Melo. Cadernos da Pedagogia. São Carlos, Ano, v. 3, p. 60-79, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525198/mod_resource/content/1/O%20de%20desaparecimento%20da%20inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Educação como uma forma de colonialismo. **Cadernos Ceru**, v. 25, n. 1, p. 19-32, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ceru/article/download/89146/92022>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. Uma breve história dos estudos decoloniais. MASP Afrall. Amanda Carneiro (Org.). Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: **Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand**, 2019. Disponível em: <<https://www.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbkZhc8Jv.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41070>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 145-168, junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 mai. 2020.

RIBEIRO, Marcos. Metodologia do trabalho com crianças. In: _____ (Org.). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, p.169, 1999.

RIBEIRO, Moneda Oliveira. Sentimentos e reações do aluno de enfermagem ante algumas situações relacionadas à sexualidade infantil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 3-19, abril de 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62341989000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 mai. 2020.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. Disciplinas que discutem sexualidade nos currículos do Ensino Superior brasileiro: produzindo um diagnóstico da situação atual. **Revista Linhas**, v. 17, n. 34, p. 197-224, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723817342016197>>. Acesso em: 05 jul. 2021.

SALGADO, Raquel Gonçalves. Da menina à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas de ficção e vida. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 32, n. 86, p. 117-136, abril de 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622012000000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 mai. 2020.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de. Sexualidades e gêneros: questões introdutórias. In: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (org.). **Sexualidade**. Curitiba: Seed, 2009. p. 59-71. Disponível em:

<<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/CadernosTematicosDiversidade.pdf#page=13>>. Acesso em: 07 jul. 2021.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. **Guiné-Bissau: da independência colonial à dependência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. vol. 20, nº 2, Porto Alegre, 1995, pp.71-99. Disponível em:

<<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SERRANO-LÓPEZ, Federico Guillermo. A operação do dispositivo de sexualidade nas identidades emocionais atribuídas a crianças em livros de leitura espanhóis e colombianos na primeira metade do século XX. **História da Educação**, v. 23, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-34592019000100419&lang=en>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SILVA, Samara Renata Maciel. **Inocência Perdida: Lilica riplica e o estímulo a adultização e erotização infantil**. Campina Grande, 2017. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. [Monografia]. Disponível em:

<<https://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14535/1/PDF%20-%20SAMARA%20RENATA%20MACIEL%20SILVA.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020.

SILVEIRA, Zuleide S. Onda conservadora: o emergente movimento escola sem partido. **Escola sem partido ou a escola da mordaca e do partido único a serviço do capital** [e-Book]. Minas Gerais, Uberlândia: Navegando publicações, p. 17-48, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Joao-Silva-Junior-9/publication/329524178_Escola_sem_partido_a_inquisicao_da_educacao_no_Brasil/links/5debeff792851c83646b65a7/Escola-sem-partido-a-inquisicao-da-educacao-no-Brasil.pdf#page=27>. Acesso em: 1 jul. 2021.

TEIXEIRA, Adla Betsaida Martins; RAPOSO, Ana Elvira Steinbach Silva. Banheiros escolares: promotores de diferenças de gênero. In: **Anais da 30 Reunião Anual da Anped**, GT Gênero, Sexualidade e Educação 07 a 10 de Outubro de 2007, Caxambu. Disponível em: <<http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3472--Int.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia de Pesquisa-ação**. São Paulo: Saraiva, 1986.

Disponível em:

<https://www.academia.edu/32028417/Metodologia_Da_Pesquisa_Acao_Michel_Thiollent>. Acesso em: 06 de mai. 2020.

VIANA, Claudia; FINCO, Daniela. Meninas e meninos na Educação Infantil: uma questão de gênero e poder. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 33, p. 265-283, dezembro de 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332009000200010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 mai. 2020.

VITAL, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Fundação Heinrich Böll, 2013.

WALKERDINE, Valerie. A cultura popular e a erotização das garotinhas. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 1999. Disponível em:

<<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/55390/33657>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

XAVIER FILHA, Constantina. Gênero, corpo e sexualidade nos livros para a infância. **Educar em revista**, Curitiba, n. spe-1, p. 153-169, 2014. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602014000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2020.

YARED, Yalin Brizola. **A educação sexual na escola: tensões e prazeres na prática pedagógica de professores de ciências e biologia**. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação de Mestrado, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, SC. Disponível em:

<https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/b1cd61715f28e65cb113eea2143a55e3.pdf>. Acesso em: 07 de abr.2021.

ZORNIG, Silvia Maria Abu-Jamra. As teorias sexuais infantis na atualidade: algumas reflexões. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 1, p. 73-77, março de 2008.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722008000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 mai. 2020.

8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

8.1.1 – Institucional



UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
(PPGER)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

A presente instituição escolar está sendo convidada a participar da pesquisa “Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar”, de responsabilidade de Iraídes Bianco Santos, discente do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER). Oferecido pela Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB, sob a orientação da Prof. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos. O objetivo desta pesquisa é contribuir com as práticas das(os) professoras(es) da Educação Infantil (Pré-Escola) sobre sexualidade infantil, através de uma perspectiva decolonial, norteadora às ações destas(es) profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar, para que haja espaço de diálogos e ações assertivas sobre a sexualidade infantil.

As/os participantes da pesquisa receberão todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, mídias de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

O desenvolvimento da pesquisa não representa qualquer risco, e a coleta de dados será realizada por meio de estudos e discussões. A participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Tendo autonomia para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de

benefícios.

Espera-se com esta pesquisa, contribuir para enfatizar a necessidade da criação de uma educação escolar que contribua para uma efetiva construção, compreensão e valorização da diversidade étnica, cultural e econômica, no meio em que se vive.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos às participantes por meio de uma reunião de apresentação dos resultados finais, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Diretora

**Ass. da Pesquisadora
Iraíldes Bianco Santos**

Porto Seguro - Bahia, ___/___/2020.

8.1.2 – Individual



UFSB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
(PPGER)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar”, de responsabilidade de **Iraíldes Bianco Santos**, discente do Mestrado Profissional em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER). Oferecido pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, sob a orientação da Prof. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos. O objetivo desta pesquisa é contribuir com as práticas das(os) professoras(es) da Educação Infantil (Pré-Escola) sobre sexualidade infantil, através de uma perspectiva decolonial, norteadora às ações destas(es) profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar, para que haja espaço de diálogos e ações assertivas sobre a sexualidade infantil.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, mídias de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

Convidamos você a participar desta pesquisa, sem qualquer risco, cuja coleta de dados será realizada por meio de estudos e discussões. Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Espera-se com esta pesquisa, contribuir para enfatizar a necessidade da criação de uma educação escolar que contribua para uma efetiva construção,

compreensão e valorização da diversidade étnica, cultural e econômica, no meio em que se vive.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos às participantes por meio de uma reunião de apresentação dos resultados finais, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Participante

**Ass. da Pesquisadora
Iraildes Bianco Santos**

Porto Seguro - Bahia, ____/____/2020.

8.2 FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL

IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA	
CARGO	<input type="checkbox"/> COORDENADORA PEDAGÓGICA <input type="checkbox"/> PROFESSORAS
GÊNERO	<input type="checkbox"/> MULHER
VÍNCULO EMPREGATÍCIO	<input type="checkbox"/> CONTRATO <input type="checkbox"/> EFETIVO
CLASSE ECONÔMICA	<input type="checkbox"/> A [+20 Salários Mínimos] <input type="checkbox"/> B [10-20 Salários Mínimos] <input type="checkbox"/> C [4-10 Salários Mínimos] <input type="checkbox"/> D [2-4 Salários Mínimos]
RAÇA/COR	<input type="checkbox"/> NEGRA [<input type="checkbox"/> PRETA <input type="checkbox"/> PARDA] <input type="checkbox"/> BRANCA
IDADE	<input type="checkbox"/> 27-29 anos <input type="checkbox"/> 30-39 anos <input type="checkbox"/> 40-49 anos <input type="checkbox"/> 50-59 anos
RELIGIÃO	_____ <input type="checkbox"/> NÃO POSSUI OU NÃO DECLARADA
FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO	<input type="checkbox"/> Outras _____ <input type="checkbox"/> FORMAÇÃO GERAL <input type="checkbox"/> MAGISTÉRIO

	GRADUAÇÃO <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Outras Licenciaturas
	ESPECIALIZAÇÃO Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> <input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Em curso
GRAU ACADÊMICO	MESTRADO Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> <input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Em curso
	DOUTORADO <input type="checkbox"/> Concluído <input type="checkbox"/> Em curso
<hr/>	
TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	<input type="checkbox"/> Até 05 anos <input type="checkbox"/> 06-10 anos <input type="checkbox"/> 11-15 anos <input type="checkbox"/> 16 anos +
<hr/>	
NA SUA FORMAÇÃO PROFISSIONAL A SEXUALIDADE INFANTIL FOI ABORDADA?	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/> Não lembra ou não respondeu
<hr/>	

8.3 APÊNDICE C – Planejamentos dos encontros com o grupo focal

8.3.1 Planejamento do Encontro I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UFSC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – PPGER
CAMPUS SOSÍGENES COSTA / PORTO SEGURO-BA

PLANEJAMENTO - ENCONTRO I - GRUPO FOCAL

DADOS DA PROPONENTE:

Nome: Iraildes Bianco Santos
Vínculo Institucional: Professora da Rede Municipal de Educação, Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil, Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER/UFSC/CSC
Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022361314112772>
E-mail: irabiano@hotmail.com

TEMÁTICAS DO ENCONTRO:

Apresentação da proponente e da proposta de estudo;
Caracterização do grupo focal.

OBJETIVO GERAL:

Explanar a proposta de trabalho a ser desenvolvida, bem como, caracterizar o grupo focal, a fim de garantir que todas as participantes estejam cientes da sua colaboração e das pretensões deste estudo.

CARGA HORÁRIA:

03 h

NÚMERO DE PARTICIPANTES:

17 (dividido em 03 subgrupos)

CRONOGRAMA DO ENCONTRO:

1º MOMENTO
Acolhimento, informes e boas-vindas
Apresentação da pesquisadora e sua proposta

2º MOMENTO
Caracterização do grupo focal

3º MOMENTO

Encaminhamentos para ao próximo encontro

Agradecimentos

Encerramento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Rio de Janeiro:

Edições Graal, 1988. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf> Acesso em: 08 mai. 2020.

SANTOS, Iraildes Bianco. Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar. Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB/PPGER/CSC, Porto Seguro, 2020.

RECURSOS ELETRÔNICOS

Computador

Celular

Internet

8.3.2 Planejamento do Encontro II



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UFESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – PPGER
CAMPUS SOSÍGENES COSTA / PORTO SEGURO-BA

PLANEJAMENTO - ENCONTRO II - GRUPO FOCAL

DADOS DA PROPONENTE:

Nome: Iraildes Bianco Santos

Vínculo Institucional: Professora da Rede Municipal de Educação, Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil, Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER/UFESB/CSC

Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022361314112772>

E-mail: irabiano@hotmail.com

TEMÁTICAS DO ENCONTRO:

Sexualidade no ambiente escolar;
Estudo de caso.

OBJETIVO GERAL:

Promover o compartilhamento de experiências sobre as questões que envolvem a sexualidade no ambiente escolar, bem como a percepção da reação das professoras diante dos fatos vivenciados e os métodos de resolução por elas utilizados no cotidiano escolar, favorecendo a análise e a discussão tendo como referência, um estudo de caso.

CARGA HORÁRIA:

03 h

NÚMERO DE PARTICIPANTES:

10

CRONOGRAMA DO ENCONTRO:

1º MOMENTO

Saudações e quebra-gelo

Reapresentação simplificada da proposta de estudo

Relatos e trocas

2º MOMENTO

Estudo de caso
Análise e discussão

3º MOMENTO

Encaminhamentos para o próximo encontro
Agradecimentos
Encerramento

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

SANTOS, Iraildes Bianco. Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar. Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB/PPGER/CSC, Porto Seguro, 2020.

MATERIAL DE APOIO:

Caderno de bordo pedagógico.

RECURSOS ELETRÔNICOS

Computador
Celular
Internet

8.3.3 Planejamento do Encontro III



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – PPGER
CAMPUS SOSÍGENES COSTA / PORTO SEGURO-BA**

PLANEJAMENTO - ENCONTRO III - GRUPO FOCAL

DADOS DA PROPONENTE:

Nome: Iraíldes Bianco Santos
Vínculo Institucional: Professora da Rede Municipal de Educação, Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil, Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER/UFSB/CSC
Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022361314112772>
E-mail: irabiano@hotmail.com

TEMÁTICAS DO ENCONTRO:

Construção Identitária;
Sexualidade e Erotização;
Sexualidade e Educação Infantil.

OBJETIVO GERAL:

Fomentar as discussões e (re)construções de conhecimentos necessários à compreensão da constituição das identidades, sexualidade infantil e suas manifestações na infância.

CARGA HORÁRIA:

03 h

NÚMERO DE PARTICIPANTES:

10

CRONOGRAMA DO ENCONTRO

1º MOMENTO

Saudações e abertura

Retomada das reflexões estabelecidas no estudo de caso

2º MOMENTO

Estudo teórico

Discussão

3º MOMENTO

Encaminhamentos para o último encontro

Agradecimentos

Encerramento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/655/1/genero.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GONZÁLEZ, Pilar Anastasía. Erotização infantil e gramáticas afetivas: discursos sobre a infância na era 2.0 na Argentina. **Sexualidade, Saúde e Sociedade (Rio de Janeiro)**, n. 31, pág. 101-118, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872019000100101&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em: 18 mai. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/download/46833/29119>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MARTINAZZO, Celso José. Identidade Humana: unidade e diversidade enquanto desafios para uma educação planetária. **Revista Contexto & Educação**, v. 25, n. 84, p. 31-50, 2010. Disponível em: <<https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/460>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

SANTOS, Iraídes Bianco. Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar. Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB/PPGER/CSC, Porto Seguro, 2020.

RECURSOS ELETRÔNICOS

Computador /Celular
Internet

8.3.4 Planejamento do Encontro IV



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS – PPGER
CAMPUS SOSÍGENES COSTA / PORTO SEGURO-BA

PLANEJAMENTO - ENCONTRO IV - GRUPO FOCAL

DADOS DA PROPONENTE:

Nome: Iraildes Bianco Santos
Vínculo Institucional: Professora da Rede Municipal de Educação, Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil, Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais/PPGER/UFSC/CSC
Link para Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8022361314112772>
E-mail: irabiano@hotmail.com

TEMÁTICA DO ENCONTRO:

Propostas pedagógicas.

OBJETIVO GERAL:

Contribuir para a construção de propostas pedagógicas de intervenção, alinhadas a teorias relevantes e práticas exitosas, capazes de auxiliar a atuação docente na resolução de questões que envolvem a sexualidade e os corpos infantis.

CARGA HORÁRIA:

03 h

NÚMERO DE PARTICIPANTES:

10

CRONOGRAMA DO ENCONTRO

1º MOMENTO

Acolhimento
Retomada dos encontros anteriores

2º MOMENTO

Socialização, análise e discussão coletiva das propostas pedagógicas para resolução das problemáticas apontadas

3º MOMENTO

Informes

Agradecimentos
Encerramento

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

SANTOS, Iraildes Bianco. Sexualidade da criança na Educação Infantil: (re)pensando as práticas educacionais no ambiente escolar. Projeto de Pesquisa do Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia UFSB/PPGER/CSC, Porto Seguro, 2020.

RECURSOS ELETRÔNICOS

Computador
Celular
Internet

8.4 APÊNDICE D - ESTUDO DE CASO

Manifestações sexuais na Educação Infantil

Suponha que, na turma de Educação Infantil a qual duas professoras lecionam, possua uma criança que lhes chama atenção pela curiosidade em relação aos corpos de colegas. Ao longo do ano letivo, percebe-se uma expansão dessas ações, onde a criança agora busca meios de mostrar-se e ver os corpos das outras.

Ao perceber que essa criança estava frequentemente indo ao banheiro com outras crianças, na tentativa de visualizar seus corpos, a Professora 1 imediatamente a repreende e proíbe que continue acompanhando colegas ao banheiro.

Passado um tempo, a criança começa a repetidamente esfregar-se em diversos objetos da escola, como uma ação satisfatória. Até que, durante uma atividade na área coletiva da unidade escolar, a Professora 2 encontra esta mesma criança, estimulando suas genitais e intervêm dizendo:

- Não faça isso, é feio! Lave as mãos e volte a brincar junto com as outras crianças.

Então direciona esta criança ao seu grupo e acompanha mais atentamente a brincadeira.

Após a aula se encerrar, ela partilha o ocorrido com a Professora 1, que responde:

- Eu não sei o que fazer! Mesmo repreendendo continua com essas atitudes, e agora ainda mais graves e frequentes. Por que isso está acontecendo?

Professora 2: - Não sei, mas vou ficar de olho para não permitir que continue se repetindo e essas questões não atrapalhem a aula.

Professora 1: - Vou conversar com a gestora, para que ela esteja ciente da situação.

Professora 2: - Tem certeza? É um assunto muito delicado e pode causar problemas maiores.

Professora 1: - Sim. Talvez ela possa orientar melhor como agir nesse caso.

No dia seguinte, em reunião com a gestora, a Professora 1 relata as situações ocorridas com a criança e suas angústias em como solucionar essas questões.

Gestora: - Apesar dessas manifestações sexuais serem frequentes, muitas vezes só são percebidas por nós quando ocorrem de forma mais explícitas. Por ser

um relato incomum, nós enquanto administração da escola, não temos um plano de ação para o que vem ocorrendo. Mas vou buscar informações e conhecimentos para que possamos compreender o que está por trás dessas ações e agir de forma adequada com a criança, além de estabelecer um diálogo com os adultos responsáveis.

Reflexões

Q1. Você, na posição da Professora 1 do caso em questão, como se expressaria diante das primeiras observações de manifestações sexuais?

Q2. Enquanto profissional atuante na Educação Infantil, como você caracterizaria essa criança? Pensando no corpo físico e meio social de convívio desta criança.

Q3. Qual seria a sua postura na situação onde a Professora 2 encontra a criança num momento de autoerotismo?

Q4. Enquanto gestora, quais orientações você faria para a Professora 1 e a Professora 2?

Q5. Frente ao caso relatado, e a possibilidade de novas situações similares ocorrerem, como a escola deve agir após tomar conhecimento disso?

8.5 APÊNDICE E – Roteiro de propostas pedagógicas

SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (RE)PENSANDO AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR

Iraildes Bianco Santos

ORIENTAÇÕES

Olá, professoras!

Conforme o exposto no encontro anterior, para a próxima etapa, serão idealizadas intervenções para a abordagem das manifestações sexuais infantis. Para isso, já foram distribuídos públicos-alvo (como docente, discente, pais e/ou responsáveis e secretaria de educação), aos quais deverão ser direcionadas as ideias elaboradas.

Cada pessoa/dupla será(ão) responsável(eis) por idealizar uma proposta pedagógica (direcionada ao público-alvo que discriminei em particular). Sugiro o preenchimento do roteiro a seguir, para otimizar a socialização das propostas, que ocorrerá no próximo encontro, para análise e discussão coletiva de cada intervenção.

Em caso de maiores dúvidas, sintam-se à vontade para entrar em contato comigo previamente.

SUGESTÃO DE ROTEIRO DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS

Público-alvo:

Proposta:

Temática(s) contemplada(s):

Objetivos:

Etapas:

Recursos:

Referências Bibliográficas: (se houver)

8.6 APÊNDICE F – Certificado para o grupo focal

Certificado

Conferimos o presente certificado a **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, por sua participação na pesquisa “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: (RE)PENSANDO AS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO AMBIENTE ESCOLAR”, desenvolvida pela pesquisadora Iraildes Bianco Santos, e coordenada pela Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Rebouças. Realizada no período de 08/2020 – 06/2021, totalizando 15 horas.

Porto Seguro – Bahia
16/06/2021



Prof.^a Dr.^a Maria do Carmo Rebouças



IraildesBianco Santos


UFSB
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO SUL DA BAHIA

8.7 APÊNDICE G - CARACTERIZAÇÃO DISCENTE DA ESCOLA PESQUISADA POR SEXO, RAÇA E BAIRRO DE RESIDÊNCIA

DADOS LEVANTADOS EM ____/____/____

EDUCAÇÃO INFANTIL () ENSINO FUNDAMENTAL I ()

ANO/ETAPA _____ TURMA _____ TURNO _____

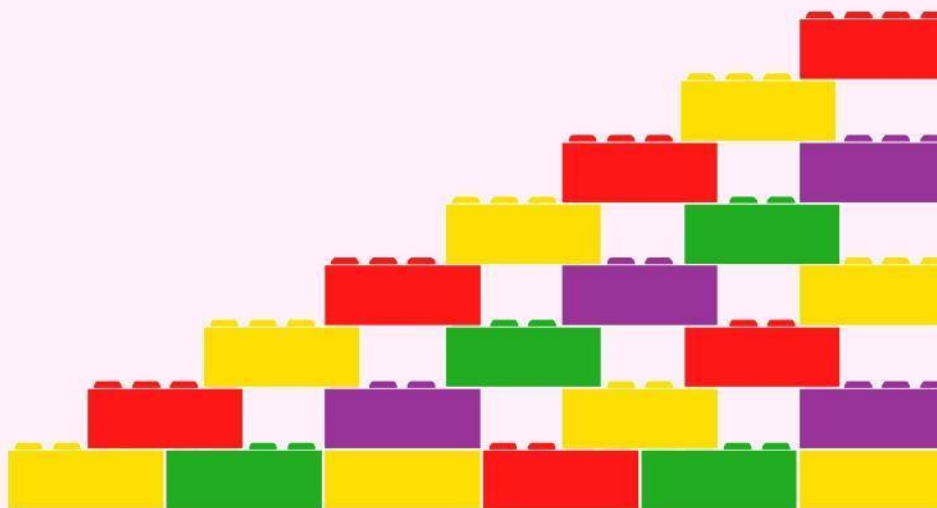
TOTAL DE ALUNOS: _____

SEXO	RAÇA/COR	BAIRRO DE RESIDÊNCIA
FEMININO	AMARELA	ALTO DO VILLAS
MASCULINO	BRANCA	CENTRO
	INDÍGENA	GUANABARA
	PARDA	MANGABEIRA
	PRETA	NOVO ARRAIAL
	NÃO DECLARADA	SANTIAGO
		SÃO FRANCISCO
		SÃO JOSÉ
		SÃO PEDRO
		VILLAS DO ARRAIAL
		OUTROS
		NÃO DECLARADO

8.8 APÊNDICE H – Livro: “SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!”



Este livro tem a pretensão de contribuir para com a formação das(os) educadoras(es) que atuam com as infâncias, no que tange a sexualidade infantil e suas manifestações no ambiente escolar. As escolhas das temáticas nele abordadas se sustentam, nas parcas e/ou ausentes publicações em circulação sobre o assunto, onde o estudo, a pesquisa e a tomada de decisões assertivas são convergentes e necessárias.



9 ANEXO**9.1 ANEXO A – Ficha de matrícula institucional**

FICHA DE MATRÍCULA

Dados Cadastrais

Matrícula: _____ Situação: _____ Etapa: _____
 Nome: _____ Data de Nascimento: _____ Sexo: _____
 Naturalidade: _____ Estado: _____ Nacionalidade: _____
 Número de Passaporte de Nacionalidade Estrangeira: _____
 Certidão de Nascimento: _____ Data de Emissão: _____
 Nome do Cartório: _____ UF: _____ Município: _____
 Nº de Identidade: _____ Emissor: _____ Data de Emissão: _____
 Filiação:
 Mãe: _____ CPF: _____ RG: _____
 Pai: _____ CPF: _____ RG: _____
 Cor/Raça: () Amarela () Branca () Indígena () Parda () Preta () Não Declarou

Endereçamento

Logradouro: _____ Nº: _____ Compl.: _____
 CEP: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ Fone: _____

Dados Escolares

Situação: () Novato () Repetente () Repetente p/ abandono () Repetente p/ reprovação
 Matrícula Complementar: () Na própria escola () Não () Outra escola () Sim
 Utiliza transporte escolar:
 () Frota própria () Não () Outros () Passe () Rural () Sim () Urbano () Veículo locado
 Poderá participar de atividades propostas pela escola: () Sim () Não
 Opção para Ensino Religioso: () Sim () Não
 Possui Bolsa-Família: () Não () Sim () Número do NIS: _____
 Já estudou antes: () Não () Sim Onde: _____ Quanto tempo: _____
 Em caso de emergência, a quem informar primeiro: _____ Fone: _____
 Local de trabalho da Mãe: _____ Fone: _____
 Local de trabalho do Pai: _____ Fone: _____
 Nome da turma: _____

Educação Infantil

Pré-Escola: () Pré I [4 anos] () Pré II [5 anos] () Integral () Matutino () Vespertino

Ensino Fundamental I

1º Ciclo: () 1º ano [6 anos] () 2º ano [7 anos] () 3º ano [8 anos] () Matutino () Vespertino
 2º Ciclo: () 4º ano [9 anos] () 5º ano [7 anos] () Matutino () Vespertino

Dados Complementares

Portador de necessidades educacionais especiais: () Não () Sim () Com laudo () Sem laudo
 Quais: () Altas habilidades/Superdotação () Autismo () Cegueira () Deficiência Auditiva
 () Deficiência Física () Deficiência Intelectual () Deficiência Mental () Deficiência múltipla
 () Síndrome de Down () Surdez () Surdocegueira () Transtornos invasivos do desenvolvimento () Outros: _____

Local: _____ Data: ____ de _____ de _____

 Ass. do(a) Diretor(a)

 Ass. do(a) Responsável

 Ass. do(a) Secretário(a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS – PPGER/CSC
NÍVEL MESTRADO PROFISSIONAL**

IRAILDES BIANO SANTOS

**SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
vamos falar sobre isso!**

PORTO SEGURO - BA

2021

IRAILDES BIANO SANTOS

**SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
vamos falar sobre isso!**

Produto de Mestrado Profissional apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos.

PORTO SEGURO - BA

2021



**SEXUALIDADE DA
CRIANÇA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL:**

VAMOS FALAR SOBRE ISSO!



IRAILDES BIANO SANTOS



**SEXUALIDADE DA CRIANÇA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
vamos falar sobre isso!**

Iraildes Bianco Santos

**SEXUALIDADE DA CRIANÇA
NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
vamos falar sobre isso!**

PORTO SEGURO - BA

2021

Catálogo na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)
Sistema de Bibliotecas (SIBI)

S237s Santos, Iraildes Bianco, 1976 -
Sexualidade da criança na educação infantil: vamos falar
sobre isso! [recurso eletrônico] / Iraildes Bianco Santos. – Porto
Seguro: UFSB, 2021.
70 f.

1. Educação Infantil. 2. Infância. 3. Sexualidade Infantil. I. Título.

CDD – 372.372

*Ao Alef
A Sacha
Ao Marcos
As/aos sobrinhas(os) que tenho
As/aos netas(os) que ainda terei
As/aos professoras(es) de Educação Infantil*

SUMÁRIO

PREFÁCIO, p.09

INTRODUÇÃO, p.12

ALGUNS CONCEITOS, p.16

DECOLONIZAÇÃO, p.17

EDUCAÇÃO INFANTIL, p.17

EROTIZAÇÃO, p.17

IDENTIDADE, p.18

INFÂNCIA, p.19

SEXUALIDADE, p.19

TEORIZANDO E REFLETINDO, p.21

EDUCAÇÃO DECOLONIZADORA, p.22

CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE, p.23

SEXUALIDADE E EROTIZAÇÃO, p.26

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL, p.30

NUVEM DE PALAVRAS, p.35

ESTUDO DE CASO, p.38

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS, p.44

PROPOSTA PEDAGÓGICA I, p.45

PROPOSTA PEDAGÓGICA II, p.48

PROPOSTA PEDAGÓGICA III, p.51

PROPOSTA PEDAGÓGICA IV, p.54

PROPOSTA PEDAGÓGICA V, p.56

CONSIDERAÇÕES, p.59

REFERÊNCIAS, p.63

A AUTORA, p.68

AGRADECIMENTOS, p.69

REGISTROS DO(A) LEITOR(A), p.70

“Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fazemos”.

Paulo Freire

PREFÁCIO

Propostas Pedagógicas para abordagem da sexualidade na Educação Infantil

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.”

Paulo Freire

É com muita alegria que prefacio a obra **SEXUALIDADE DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: vamos falar sobre isso!**, da professora e mestra Iraíldes Bianco Santos.

O presente livro é fruto de seu compromisso com a Educação Infantil e com o ensino das relações étnico-raciais que se adensou e encontrou forma junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da Universidade Federal do Sul da Bahia.

A sexualidade sempre foi e infelizmente ainda é um tema interdito no seio das

famílias brasileiras, assim como nas escolas. Contudo, sendo uma freiriana como ela é, pró Iraildes não fugiu à “discussão criadora” e, juntamente com suas colegas, de forma dialógica, cuidadosa e amorosa, pesquisou e elaborou o presente livro com o objetivo de oferecer um material didático que contribuísse com o ensino dessa temática, nas salas de aula da Educação Infantil.

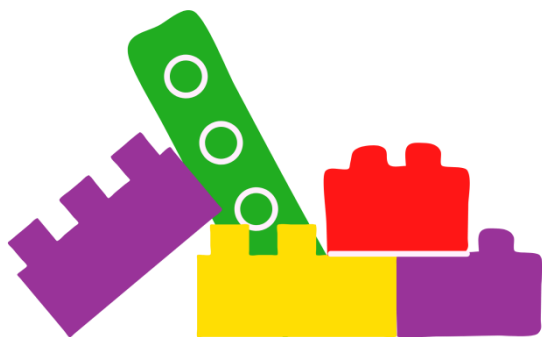
O livro é, sobretudo, a materialização da sensibilidade da autora com o bem-estar e o desenvolvimento integral das crianças com quem convive diariamente.

Desejo que essa obra seja mobilizada e utilizada pelos e pelas docentes da Educação Infantil de Porto Seguro e que com isso possa colaborar com a construção de uma educação realmente libertadora!

Profª Drª Maria do Carmo Rebouças dos Santos
Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais da
Universidade Federal do Sul da Bahia



INTRODUÇÃO



O presente livro é resultado da minha pesquisa de Mestrado na Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Campus Sosígenes Costa (CSC), no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER).

O estudo se materializou através de investigações teóricas e práticas, com a intencionalidade de contribuir para a formação das(os) professoras(es) da Educação Infantil (etapa pré-escolar) sobre a sexualidade infantil, através de uma perspectiva decolonizadora, norteadora às ações destas/destes profissionais sobre os aspectos que envolvem manifestações sexuais das crianças na instituição escolar, para que haja espaço de diálogos e ações assertivas.

Dessa maneira, disponibilizo esse material como instrumento de formação para as/os profissionais das infâncias, acerca das

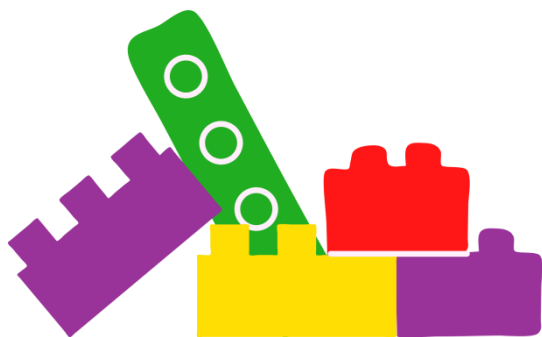


problemáticas que permeiam a sexualidade das crianças.

A você leitor(a), deixo o convite para uma (re)construtiva e proveitosa leitura!



ALGUNS CONCEITOS



DECOLONIZAÇÃO

A decolonização tem por objetivo romper as amarras do período colonial, através da desconstrução de discursos, conceitos e perspectivas impostos aos sujeitos subalternizados. No âmbito da educação, a ação de “decolonizar” refere-se à promoção de pedagogias não hegemônicas (OLIVEIRA, 2016, p.3).

EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil corresponde ao primeiro ciclo da Educação Básica, dividido em Creche e Pré-Escola, ofertando educação e cuidado a crianças de 0 a 5 anos.

EROTIZAÇÃO

A erotização, por definição, é o ato ou o produto de promover sensações eróticas a si ou ao outro. Quando falamos de erotização infantil remetemos ao estímulo de uma



sexualidade e sensualidade não correspondentes aos anseios naturais das crianças, antecipando processos do seu desenvolvimento que podem expô-las a situações de vulnerabilidade (SILVA, 2017).

“

Nesse caso a gente chama de erotização. Uma criança ainda pequena mostrando o bumbum, se exibindo. Porque ela se espelha no adulto, imita e se acha. Se sente como adulto (DJAMILA, 2021).

”

IDENTIDADE

Fundamentada pelos estudos da Sociologia e Psicologia, entendo a identidade como um agrupamento de diversos atributos que caracterizam o sujeito. Esta não se faz pronta e estática, mas sim um eterno processo de (re)construção e mutação, através das



interações com o contexto histórico, social e cultural a qual se está inserido.

INFÂNCIA

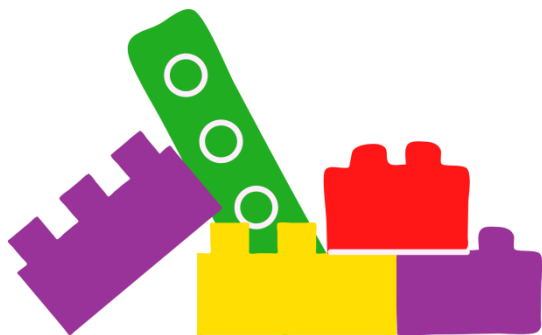
Com o surgimento da escolarização na sociedade capitalista, ocorre a separação de crianças e adultos, onde, a partir desta ruptura, se estabelece a infância enquanto uma categoria social com características específicas. Entendendo que as pessoas que estão vivenciando essa categoria social necessitam de ser cuidadas e escolarizadas, e tomando consciência de que esta realidade não é unânime na vida das crianças, é válido considerar a existência de diversas infâncias.

SEXUALIDADE

A sexualidade engloba sensações, emoções, prazeres, desejos, fantasias, afetividades, relações sociais, sexuais e reprodutivas.



TEORIZANDO E REFLETINDO



EDUCAÇÃO DECOLONIZADORA

Considerando a necessidade de uma educação não somente denunciativa, e sim propositiva de novos pensamentos e conhecimentos, emprego o conceito decolonização. Este termo referencia:

a construção de uma noção e visão pedagógica que se projeta muito além dos processos de ensino e de transmissão de saber, uma pedagogia concebida como política cultural, envolvendo não apenas os espaços educativos formais, mas também as organizações dos movimentos sociais. DEcolonizar na educação é construir outras pedagogias além da hegemônica. DEScolonizar é apenas denunciar as amarras coloniais e não constituir outras formas de pensar e produzir conhecimento (OLIVEIRA, 2016, p.3).

Mediante o exposto, o pensamento decolonial aliado à educação é uma ferramenta de problematização e denúncia das situações coloniais ainda presentes na contemporaneidade, visando à emancipação dos povos subalternizados pela colonialidade



(OLIVEIRA, 2016). Pensar a partir destes, reconhecendo sua cultura, política, economia e ideologias, e valorizando epistemicamente os seus saberes e conhecimentos em detrimento das heranças eurocentradas impostas pela colonialidade (REIS; ANDRADE, 2018).

PARA APROFUNDAR:

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. **Nuevamérica**. Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016.

CONSTRUÇÃO DA SEXUALIDADE

Para entender a construção da sexualidade, partimos dos estudos sociológicos e psicológicos de identidade, dos autores Antonio da Costa Ciampa (1987), Claude Dubar (1997), Zygmunt Bauman (2005) e Stuart Hall (2006). Deste modo, entendemos a



identidade como não estática, mas sim um constante processo de (re)construção e transformação (BAUMAN, 2005; HALL, 2006), onde, através das interações do sujeito com o contexto histórico, social e cultural a qual está inserido (CIAMPA, 1987; DUBAR, 1997), produz-se identidades individuais e coletivas momentâneas. Assim, é primordial a análise de como os indivíduos vivem e experienciam os “processos de socialização”, para compreendermos o funcionamento do sistema de construção identitária e apropriação da cultura de seu meio (MOTTA; PAULA, 2019, p.5).

Inicialmente a criança era marcada pela “ingenuidade, fragilidade e incompetência”, dependendo estritamente do controle moralista das instituições familiares e escolares para estabelecer modelos e comportamentos inerentes a sua identidade (SALGADO, 2012, p.120). A pós-modernidade trouxe a



desestabilização destes papéis convencionais destinados à criança e ao adulto, onde, na então “sociedade de consumo”, a criança assume um espaço de protagonismo nesse processo, tendo uma interferência direta das mídias eletrônicas (SALGADO, 2012, p.120). Destarte, vemos a criança enquanto sujeito socialmente ativo e atuante na construção de sua identidade, capaz de desenvolver reflexões próprias sobre a cultura e as interações sociais que a cercam, para assim reinventar-se enquanto sujeito social e (re)construir seu cotidiano, ações e brincadeiras (CERTEAU, 1998).

Para Kabengele Munanga, refletir sobre identidade evoca conceitos de diversidade que se fazem presentes na consolidação de uma educação democrática, como classe, etnia, gênero e etariedade, cujos sujeitos estabelecem relações dialéticas e/ou excludentes (MUNANGA, 2005). Quando se



nota o início dos interesses sexuais da criança, se acentuam os marcadores que diferenciam as identidades e papéis de gênero, com as ações determinadoras da família e escola. Assim, com as classificações identitárias e os ideais de comportamento adequado apresentados às crianças pelos adultos de seu convívio, estes meninos e meninas absorvem as informações e reelaboram suas ações cotidianas com o meio, que expressam de maneira simbólica, através de falas, brincadeiras e posturas, as suas relações com o gênero e sexualidade do seu corpo infantil (RIBEIRO, 2006).

SEXUALIDADE E EROTIZAÇÃO

Sobre as concepções acerca da sexualidade infantil nos séculos XIX e XX, a doutora em estudos de gênero Pilar Anastasía González (2019), em uma pesquisa de análise



sócio semiótica dos discursos, nos apresenta duas elocuições sociais que permearam a época. A primeira parte da burguesia vitoriana do século XIX, configurou a infância como um período assexual da vida, sendo a criança uma figura representativa da inocência e do sagrado. Em oposição a essas narrativas, as considerações da psicanálise freudiana, da Antropologia, Psicologia e Sociologia, fundamentaram a sexualidade infantil como natural, normal e essencial para o desenvolvimento humano (GONZÁLEZ, 2019).

Mediante a consolidação dos movimentos de luta contra a violência sexual infantil, no contexto dos Estados Unidos das décadas de 1970 e 1980, se estabelece uma estratificação da sexualidade por idade. Nesta norma, a sexualidade na infância é concebida como brincadeiras e experimentações destituídas de pretensões sexuais, que na adolescência irá se desenvolver com o



surgimento de fantasias e identidades eróticas, alcançando na fase adulta a sua integralidade. Assim, constitui-se a associação hegemônica da sexualidade como um produto correspondente à idade adulta (GONZÁLEZ, 2019). Esta percepção da vulnerabilidade das crianças, e da necessidade de serem protegidas, gera a elaboração de medidas normatizadoras e moralizadoras voltadas ao público infantil, presentes nas literaturas, no brincar e na educação.

Para Sigmund Freud (FREUD, 1996), fundador da Psicanálise, ciência que aborda os estados e processos mentais do comportamento humano e de suas interações com um ambiente físico e social, a sexualidade é resultado de diversas etapas do processo de desenvolvimento, ligadas às funções corpóreas, que percorre a infância e vida adulta dos indivíduos. Afirmando a existência da sexualidade infantil, extrai-se a criança do



universo da ingenuidade comumente atribuída a esta fase da vida. Tal afirmativa também evidencia o deleite e satisfação às suas necessidades, que são proporcionados através do despertar das prazerosas sensações ao corpo infantil, vivenciadas em suas autoeróticas descobertas.

Em sua obra “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade” (1996), Freud nos apresenta as fases do desenvolvimento psicosssexual, sistematizadas na tabela a seguir:

FASES DO DESENVOLVIMENTO PSICOSSEXUAL

FASE ORAL 0 - 1 ANO	É através da boca que ocorrem as primeiras interações da criança, sendo ela essencial para a alimentação e para exploração do meio.
FASE ANAL 1 - 3 ANOS	Marcada pelo aprendizado dos processos de evacuações e higiene, onde a criança desenvolverá prazeres e desprazeres com esta parte do corpo.
FASE	A criança percebe as diferenças entre



FÁLICA 3 - 6 ANOS	os sexos, podendo desenvolver uma maior atração ao/a seu genitor(a) de sexo oposto. Para ter uma maior resposta afetiva, a criança se aproxima de características do(a) genitor(a) do mesmo sexo.
FASE LATENTE 6 ANOS - PUBERDADE	Resultante da intervenção de outros sujeitos nas manifestações sexuais, onde os desejos sexuais serão reprimidos e a atenção se voltará para o desenvolvimento social que não envolve a sexualidade.
FASE GENITAL PUBERDADE	O aumento dos impulsos sexuais faz emergir os conflitos estabelecidos nas fases anteriores. É um período onde se toma maior consciência das identidades sexuais e se busca meios de realizar os seus desejos eróticos e interpessoais.

Fonte: A autora (2020)

SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL

Na prática, a atuação docente frente às manifestações sexuais e a inserção desta temática no ambiente escolar devem ocorrer com fundamentação, naturalidade e sabedoria, onde, através da sexualidade podem ser



desenvolvidas abordagens de conteúdos diversos que fazem parte da educação na infância. Como afirma Marcos Ribeiro, a sexualidade não deve ser isolada, e sim integrada nas ações realizadas no cotidiano escolar, atentando-se às curiosidades, demandas apresentadas e manifestações expressas pelas(os) discentes (RIBEIRO, 1999). Essa responsabilidade das/dos professoras(es) se expressa, para além de outros documentos reguladores da educação, na Lei de Diretrizes e Bases. Onde se estabelece, no Artigo 3º, que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...] II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

[...] XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, 1996).



Considerando as orientações sobre a sexualidade como primordiais a formação das subjetividades das crianças, em meio às falhas no cumprimento dos documentos regulamentadores e ao déficit na formação docente, a equipe pedagógica deve estabelecer um “clima institucional” de colaboração e cooperação para a resolução dos conflitos, bem como a elaboração e formação coletiva de ações de intervenções no que tange a sexualidade infantil, em articulação com a família, principal responsável pela formação social das crianças (SERRANO-LÓPEZ, 2019; BRASIL, 2017, p.71).

A partir da aquisição de conhecimentos pelo corpo escolar e das experiências vivenciadas, que poderão quebrar-se os tabus e receios da abordagem de questões sexuais na Educação Infantil, colaborando para que as crianças experimentem seus processos de



desenvolvimento de forma integral, segura e sadia (DELL'AGLIO; GARCIA, 1997).



Ela tinha apenas 5 anos de idade, corpo franzino, de habilidades consideradas próprias de menino travesso. Subia em árvores, jogava futebol com os meninos, detalhe, era na brincadeira a única menina, não por ter sido escolhida, mas porque se impunha a aceitá-la. Olhos arregalados, pareciam que iam saltar de tanta curiosidade que eles transmitiam.

Pele amarronzada, cabelos lisos, sempre esvoaçados, correspondendo à ação do corpo, que não conseguia parar sequer por um instante.

Criança curiosa é criança inteligente, mas essa trazia consigo peculiaridades um tanto estranhas, incomum. Era a primeira vez em que me deparava com tal situação. Então uma criancinha de 5 anos que não apresentava nenhuma “dificuldade” cognitiva de aprendizagem, ao contrário tinha bom raciocínio lógico, reconhecia o alfabeto, números, quantidades, coordenação motora ampla bastante desenvolvida, aparentemente feliz, começou a ter atitudes estranhas.

Comecei observando que não sentava na cadeira, mas debruçava sobre a mesa e na quina da mesa, começava a esfregar a vagina, uma, duas, três vezes, e ao ser chamada atenção, corrigia sua postura mas logo distraía e voltava fazer a mesma coisa.



Com o passar dos “dias” essa situação foi deixando de ser corriqueira, mas com frequência em um curto tempo, ela já voltava a praticar. E perdera o total “controle” dessa ação. Agora já não era apenas a quina da mesa, mais a cadeira, o chão da sala, os pneus do pátio, a alça da mochila, o lápis, o joelho da pró quando se aproximava para correção. Nesse momento era visível um semblante de prazer e satisfação naquela ação, que começaram a interferir em seu desempenho mediante a execução das atividades propostas. E mais um elemento surgia, ela agora se alojava no banheiro a cada uso de outros colegas, ela fazia de um tudo para estar no banheiro, olhando por debaixo da porta com muita curiosidade. Aqui ela já não fazia mais questão de esconder tais atitudes, os movimentos, a prática, tornara algo normal, e para ela, essencial (CLEMENTINA, 2020).

”

PARA REFLETIR:

Considerando o relato da professora Clementina, como você compreende a função docente frente às manifestações sexuais infantis no espaço escolar? Se sente preparada(o) o suficiente para lidar com esse caso?



NUVEM DE PALAVRAS



Fonte: A autora (2021)

Esta nuvem de palavras tem em sua composição expressões verbalizadas e extraídas das discussões ao longo de quatro encontros experienciados com um grupo de professoras atuantes na Educação Infantil (Pré-Escola), sendo estas palavras, proferidas enfaticamente, durante o processo de fala e escuta, promovido por esses momentos de estudos, partilhas, (re)construções e reflexões.

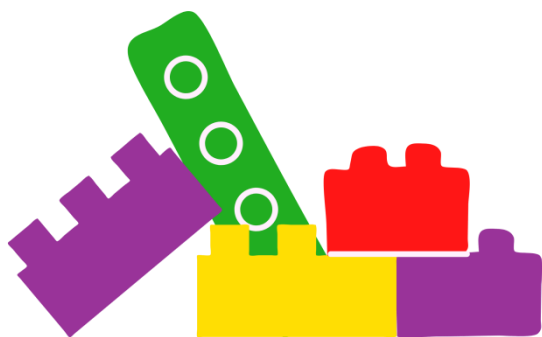


PARA REFLETIR:

Qual/Quais palavra(s) contida(s) na nuvem lhe(s) chama(m) mais atenção? Tente compreender os motivos da sua escolha.



ESTUDO DE CASO



MANIFESTAÇÕES SEXUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Suponha que, na turma de Educação Infantil a qual duas/dois professoras(es) lecionam, possua uma criança que lhes chama atenção pela curiosidade em relação aos corpos de colegas. Ao longo do ano letivo, percebe-se uma expansão dessas ações, onde a criança agora busca meios de mostrar-se e ver os corpos das outras.

Ao perceber que essa criança estava frequentemente indo ao banheiro com outras crianças, na tentativa de visualizar seus corpos, o/a Professor(a) 1 imediatamente a repreende e proíbe que continue acompanhando colegas ao banheiro.

Passado um tempo, a criança começa a repetidamente esfregar-se em diversos objetos da escola, como uma ação satisfatória. Até



que, durante uma atividade na área coletiva da unidade escolar, o/a Professor(a) 2 encontra esta mesma criança, estimulando suas genitais e intervêm dizendo:

- Não faça isso, é feio! Lave as mãos e volte a brincar junto com as outras crianças.

Então direciona esta criança ao seu grupo e acompanha mais atentamente a brincadeira.

Após a aula se encerrar, ela partilha o ocorrido com o/a Professor(a) 1, que responde:

- Eu não sei o que fazer! Mesmo repreendendo continua com essas atitudes, e agora ainda mais graves e frequentes. Por que isso está acontecendo?

Professor(a) 2: - Não sei, mas vou ficar de olho para não permitir que continue se repetindo e essas questões não atrapalhem a aula.



Professor(a) 1: - Vou conversar com a gestora, para que ela esteja ciente da situação.

Professor(a) 2: - Tem certeza? É um assunto muito delicado e pode causar problemas maiores.

Professor(a) 1: - Sim. Talvez ela possa orientar melhor como agir nesse caso.

No dia seguinte, em reunião com o/a gestor(a), a Professor(a) 1 relata as situações ocorridas com a criança e suas angústias em como solucionar essas questões.

Gestor(a): - Apesar dessas manifestações sexuais serem frequentes, muitas vezes só são percebidas por nós quando ocorrem de forma mais explícitas. Por ser um relato incomum, nós, enquanto administração da escola, não temos um plano de ação para o que vem ocorrendo. Mas vou buscar informações e conhecimentos para que



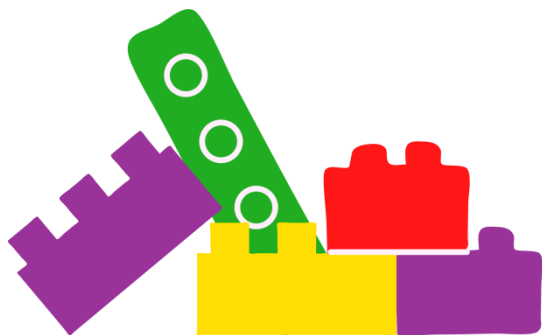
possamos compreender o que está por trás dessas ações e agir de forma adequada com a criança, além de estabelecer um diálogo com as/os adultas(os) responsáveis.

PARA (RE)PENSAR:

No fictício estudo de caso, aparecem quatro personagens e os seus respectivos papéis naquele cenário. Na posição de Professor(a), qual seria a sua postura diante da situação apresentada? E enquanto gestor(a)?



PROPOSTAS PEDAGÓGICAS



Proposta Pedagógica I

Público-alvo: Docentes de Educação Infantil

Proposta: Oficina

Temáticas contempladas: Sexualidade Infantil; Manifestações Sexuais; Atuação Docente.

Objetivos:

Compreender as dificuldades vivenciadas na docência para a abordagem da sexualidade com crianças da Educação Infantil;

Proporcionar um espaço de reflexão e construção de conhecimentos para atuação mediante às manifestações da sexualidade na infância.

Etapas:

1. Diálogos e experiências: este momento será direcionado à partilha de vivências das manifestações da sexualidade de



crianças no espaço escolar, e como as/os profissionais atuaram nestas circunstâncias;

2. Estudo teórico: será propiciado à/ao docente a imersão nas literaturas que versam sobre as temáticas que tange a sexualidade, em seus diferentes aspectos, através da análise coletiva de fragmentos textuais;
3. Ação prática: as/os docentes deverão ser direcionados a grupos de estudantes, para que com estes desenvolvam uma intervenção na temática da sexualidade.

Recursos:

Literaturas referenciadas;

Retroprojektor.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene Carrazoni Lopes; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista**



Eletrônica Acervo Saúde, v. 11, n. 10, p. 1-10, 2019.

BEARZOTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**. São Paulo, v. 52, n. 1, p. 113-117, 1994.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Etnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 145-168, 2006.



Proposta Pedagógica II

Público-alvo: Docentes de Educação Infantil

Proposta: Minicurso

Temáticas contempladas: Sexualidade Infantil; Recursos Didáticos; Papel Docente.

Objetivos:

Perceber a ótica das/dos professoras(es) sobre o seu papel pedagógico em relação a sexualidade infantil no espaço escolar;

Fornecer conhecimentos e recursos necessários para instrumentalizar a/o docente na abordagem da sexualidade infantil.

Etapas:

1. Função docente: nesta etapa inicial as/os profissionais da educação serão provocadas(os) a compartilhar como compreendem o seu papel frente às



manifestações sexuais infantis no espaço escolar;

2. Estudo documental: momento de análise e estudo dos documentos regulamentadores da educação brasileira, e o que estes nos orientam sobre a sexualidade;
3. Acervo pedagógico: para conclusão do minicurso serão compartilhados com o grupo recursos que auxiliam na abordagem da sexualidade na Educação Infantil.

Recursos:

Retroprojeter;

Cópias ou exemplares dos documentos regulamentares;

Materiais compartilhados no acervo pedagógico.

Referências Bibliográficas:

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394. 1996.



Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros Curriculares Nacionais: orientação sexual. Brasília: MEC /SEF, 1998.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Etnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/655/1/genero.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.



Proposta Pedagógica III

Público-alvo: Discentes de Educação Infantil

Proposta: Projeto

Temáticas contempladas: Sexualidade Infantil; Corporeidade.

Objetivo:

Compreender a importância do conhecimento sobre o corpo para o desenvolvimento saudável da sexualidade infantil.

Etapas:

1. Diálogos: o momento introdutório se dará através da roda de conversa com as crianças, para compreender as diferenças e semelhanças que elas identificam entre o grupo, e estabelecer quais relações com o corpo podem ser realizadas, tomando registro dos



- conhecimentos prévios da turma, para ações posteriores;
2. Faz-de-conta: através da brincadeira de faz-de-conta, a/o docente irá analisar como as crianças se relacionam e quais diálogos permeiam esse momento;
 3. Quem sou eu?: com as crianças dispostas de forma ordenada, a/o docente irá apontar para cada uma, e uma criança com os olhos vendados terá de escolher qual colega terá de adivinhar quem é, através das características físicas que as outras crianças forem citando sobre a/o colega escolhido;
 4. Culminância: por fim, cada criança irá ilustrar o seu corpo e as características dele em tamanho real, identificando as partes que o compõem.

Recursos:

Papel kraft;



Materiais para desenho e pintura.

Referências Bibliográficas:

Vídeo: “As partes do corpo humano para crianças” (Smile and Learn - Português);

Livros: “Pipo e Fifi: Ensinando Proteção Contra a Violência Sexual na Infância” (Caroline Arcari); e “Não Me Toca, Seu Boboca!” (Andrea Viviana Taubman).



Proposta Pedagógica IV

Público-alvo: Responsáveis

Proposta: Palestras

Temáticas contempladas: Sexualidade Infantil; Família.

Objetivo:

Contribuir para com o conhecimento das(os) responsáveis pelas crianças sobre a sexualidade infantil.

Etapas:

1. Análise: o corpo escolar, a partir do diálogo sobre as vivências escolares e das dúvidas expressas pelas(os) responsáveis, se reunirá para elencar previamente temáticas emergentes do que tange a sexualidade infantil;
2. Formação: a partir desta análise, se desenvolverá uma palestra em cada unidade letiva, com profissionais de



áreas diversas do conhecimento, como Educação, Saúde e Psicologia.

Recursos:

Retroprojektor;

Caixa para dúvidas, perguntas e/ou sugestões.

Referências Bibliográficas:

Vídeo: “A Educação Sexual é papel da escola ou da família?” (Mary Neide Figueiró).



Proposta Pedagógica V

Público-alvo: Secretaria de Educação

Proposta: Inserção da temática sexualidade infantil na Jornada Pedagógica

Temáticas contempladas: Sexualidade Infantil; Manifestações Sexuais; Formação Docente.

Objetivo:

Promover uma Jornada Pedagógica que incluirá efetivamente o tema sexualidade na Educação Infantil, contribuindo para a capacitação docente e avanços nas práticas pedagógicas.

Etapas:

1. Planejamento: para construir as propostas de formação a secretaria de educação deverá contactar autoras(es) que desenvolvem estudos sobre a sexualidade infantil, para que sejam



elaboradas oficinas, palestras e exposição sobre esta temática;

2. Debate: para que os conhecimentos sejam de fato utilizados na prática escolar, há de se construir na Jornada Pedagógica um espaço de discussão sobre a inclusão da sexualidade nos Projetos Políticos Pedagógicos.

Recursos:

Retroprojektor;

Materiais audiovisuais.

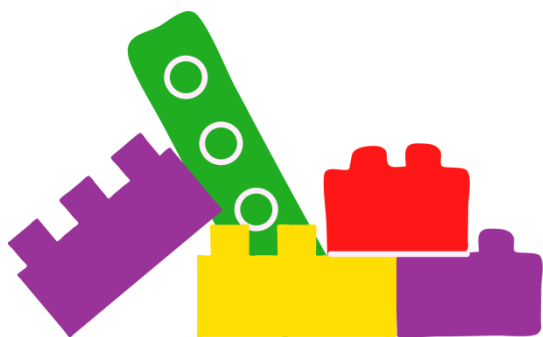
Referências Bibliográficas:

COSTA, Adriane; CIAFFONE, Rocha; GESSER, Marivete. Integração Saúde e Educação: Contribuições da Psicologia para a Formação de Educadores de uma Creche em Sexualidade Infantil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 3, p. 774-787, 2014.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; GARCIA, Aida Cássia Leal. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 97-110, 1997.



CONSIDERAÇÕES



A pesquisa que resultou neste livro, que propõe contribuir para a formação das(os) docentes da Educação Infantil (Pré-Escola), apresenta algumas facetas diante das inúmeras que poderiam ser pensadas para abordar a sexualidade infantil no ambiente escolar. Contudo, justifico as lacunas inerentes ao processo de leitura, escrita e tomada de decisões:

O exercício da pesquisa em si é um processo de escolhas que implica ausências. Assim, assumo a responsabilidade pelas ausências no presente trabalho. (SANTOS, 2019, p.22).

Para encerrar essa obra – não as discussões, problematizações e reflexões acerca da sexualidade nos corpos infantis, pois considero a real impossibilidade de esgotá-las - aconselho as/aos leitoras(es) que faça(m) uma análise crítica sobre a(s) sua(s) atuação(ões) frente às manifestações sexuais infantis. Afinal, conforme as palavras do mestre Paulo Freire:



Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p.25).

Espero que esse livro alcance muitos profissionais das infâncias e que possa minimizar as carências existentes na formação docente em relação às temáticas nele abordadas.

Abraços pedagógicos!



REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**. Editora Brasiliense, 1987.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; GARCIA, Aida Cássia Leal. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, Ribeirão Preto, n. 12-13, p. 97-110, 1997.

DUBAR, Claude. **Para uma teoria sociológica da identidade**. A socialização. Porto Editora, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**: edição standard. v. 7. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GONZÁLEZ, Pilar Anastasía. Erotização infantil e gramáticas afetivas: discursos sobre a infância na era 2.0 na Argentina. **Sexualidade, Saúde e Sociedade (Rio de Janeiro)**, n. 31, pág. 101-118, 2019.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MOTTA, Flávia; PAULA, Claudemir de. Questões Raciais para Crianças: resistência e denúncia do não mencionado. **Educ. Real**. Porto Alegre, v. 44, n. 2, e88365, 2019.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. **Palestra proferida**, n. 1º, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. O que é uma educação decolonial. **Nuevamérica**. Buenos Aires, v. 149, p. 35-39, 2016.

REIS, Maurício de Novais; ANDRADE, Marcilea Freitas Ferraz de. O pensamento decolonial: análise, desafios e perspectivas. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 17, n. 202, p. 01-11, 2018.



RIBEIRO, Jucélia Santos Bispo. Brincadeiras de meninas e meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e construção social das diferenças. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 145-168, 2006.

RIBEIRO, Marcos. Metodologia do trabalho com crianças. In: _____ (Org.). **O prazer e o pensar**: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde. São Paulo: Gente: Cores – Centro de Orientação e Educação Sexual, p.169, 1999.

SALGADO, Raquel Gonçalves. Da menina à heroína superpoderosa: infância, gênero e poder nas cenas de ficção e vida. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 32, n. 86, p. 117-136, 2012.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. **Guiné-Bissau**: da independência colonial à dependência da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2019.

SERRANO-LÓPEZ, Federico Guillermo. A operação do dispositivo de sexualidade nas identidades emocionais atribuídas a crianças em livros de leitura espanhóis e colombianos na primeira metade do século XX. **História da Educação**, v. 23, 2019.



SILVA, Samara Renata Maciel. **Inocência Perdida:** Liliça riplica e o estímulo a adultização e erotização infantil. Campina Grande, 2017. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2017. [Monografia].





IRAILDES BIANO SANTOS

- Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais (UFSB/CSC).

- Especialista em:

Psicopedagogia Institucional;

Matemática;

Psicopedagogia Clínica;

Gestão Escolar.

- Licenciada em Pedagogia.

- Integrante dos Grupos de Pesquisa:

Pluralismos Jurídicos e Usos Emancipatórios do Direito UFSB/CNPq;

Pensamento Negro Contemporâneo UFSB/CNPq.

- Professora e Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem a Sua permissão, acredito que nada é possível.

Aos familiares e amigas(os), pela atenção e cuidado dispensados durante esse processo de (re)construções.

A minha orientadora no Mestrado, Prof^a Dr.^a Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos, pelas valiosas contribuições, carregadas de afeto, reflexão e sensibilidade.

As professoras, que compuseram o grupo focal, as quais, por questões éticas e garantia da preservação de suas identidades, me refiro através de nomes fictícios. Mulheres incríveis que muito enriqueceram esta obra.

REGISTROS DO(A) LEITOR(A)

A series of horizontal lines for recording reader data, framed by colorful decorative borders.

Este livro tem a pretensão de contribuir para com a formação das(os) educadoras(es) que atuam com as infâncias, no que tange a sexualidade infantil e suas manifestações no ambiente escolar. As escolhas das temáticas nele abordadas se sustentam, nas parcas e/ou ausentes publicações em circulação sobre o assunto, onde o estudo, a pesquisa e a tomada de decisões assertivas são convergentes e necessárias.

